



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA - UNEBDCH - CAMPUS VI
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E
SOCIEDADE (PPGELS)**

ANTONIO CLAUDIO BARBOSA

**DEBAIXO D'ÁGUA: A INUNDAÇÃO DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DERIACHO DAS PEDRAS, RIO DE CONTAS-
BAHIA**

**CAETITÉ-BAHIA
2021**

ANTONIO CLAUDIO BARBOSA

DEBAIXO D'ÁGUA: A INUNDAÇÃO DA COMUNIDADE QUILOMBOLA
DERIACHO DAS PEDRAS, RIO DE CONTAS-BAHIA.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), como parte dos requisitos necessários à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Dr Nivaldo Osvaldo Dutra.

FICHA CATALOGRÁFICA
Sistema de Bibliotecas da UNEB

CLAUDIO BARBOSA, ANTONIO

DEBAIXO D' ÁGUA: A INUNDAÇÃO DA COMUNIDADE
QUILOMBOLA DE RIACHO DAS PEDRAS, RIO DE CONTAS-BAHIA /
ANTONIO CLAUDIO BARBOSA. - Caetité, 2021.

118 fls.

Orientador(a): Nivaldo Osvaldo Dutra.

Inclui Referências

Dissertação (Mestrado Profissional) - Universidade do Estado da
Bahia. Departamento de Ciências Humanas. Programa de Pós
Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade - PPGELS, Campus VI.
2021.

1.Escavidão. 2.Quilombolas. 3.Barragem. 4.Estado. 5.Racismo.

CDD: 307

	<p>UNIVERSIDADE DO ESTADO DA BAHIA <small>Autorização Decreto nº 9237/86. DOU 18/07/96. Reconhecimento: Portaria 909/95, DOU 01/08-95</small></p> <p>PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE</p>	
---	---	---

FOLHA DE APROVAÇÃO

“DEBAIXO D’AGUA. A INUNDAÇÃO DA COMUNIDADE REMANESCENTE QUILOMBOLA DE RIACHO DAS PEDRAS. RIO DE CONTAS, BAHIA”.

ANTONIO CLAUDIO BARBOSA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em ENSINO, LINGUAGEM E SOCIEDADE - PPGELS, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Ensino, Linguagem e Sociedade pela Universidade do Estado da Bahia.

Aprovada, em 22 de dezembro de 2021, com nota-8,0

Nivaldo Osvaldo Dutra

Professor Dr. NIVALDO OSVALDO DUTRA
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em História
Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Elizeu Pinheiro da Cruz

Professor Dr. ELIZEU PINHEIRO DA CRUZ
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Ciências Sociais
Universidade Federal da Bahia

Dinalva de Jesus Santana Macedo

Professora Dra. DINALVA DE JESUS SANTANA MACEDO
Universidade do Estado da Bahia
Doutorado em Educação e Contemporaneidade
Universidade do Estado da Bahia

Washington Santos Nascimento

Professor Dr. WASHINGTON SANTOS NASCIMENTO
UERJ – UERJ
Doutorado em História Social
Universidade de São Paulo

DEDICARTÓRIA

Dedico esse texto à minha bisavó, Maria Quêa, em memória, minha avó Marcolina e minha mãe, Glória, mulheres que me compõem e ao povo de Quilombo de Barra, Bananal e Riacho das Pedras.

AGRADECIMENTOS

Agradeço inicialmente aos Ancestrais e Orixás que nos guiou nesta jornada que desde 2008 começamos e pausamos até os dias de agora. Seria impossível deixar de agradecer a todas professoras e professores que me ajudaram nas aventuras escolares, mesmo aqueles do comecinho nos anos 80, que não lembro o nome até os do Ensino Médio como Margareth Castro e Zequinha que foram notáveis para meu crescimento. Às vezes me encontro pensando quão importantes foram meus coleguinhas do Ensino Médio que tanto me incentivaram nos estudos. Kyara e sua generosíssima mãe Zildinha praticamente me empurraram para a Faculdade, risos. Creio que a Família tenha a responsabilidade gigante em minha trajetória, além de Pai, Mãe e irmãos, a primaiada toda e aos tios e tias. Essa parte familiar ajuda de formas que não dá pra citar aqui. Quando não fiz o vestibular para Educação Física, sonho de então, minhas tias empenharam em oferecer outras possibilidades de estudar que não fosse em Caetité. Era como se elas dissessem que onde eu quisesse seria possível fazer um curso superior. E aqui estamos: fazendo um Mestrado. Por isso um sonoro grito de gratidão aos que lembrei agora e aos que possa não ter lembrado. Sozinhos não seguimos.

Nesse Mestrado conheci e “re-conheci” pessoas incríveis, coleguinhas que deram todo apoio como Gabriele, Vania, Aílton, Pedro, Tarcizo, Diego, Dani, Adelice, Heloisa, Yuri, Polyana e todos os outros. Lembro também dos professores que foram fundamentais nesta etapa, sobretudo Nivaldo, que já conhecia desde a graduação e que foi meu orientador, amigo e inspirador, também Zoraide que conheci por último no Mestrado, que me apresentou Beatriz do Nascimento, valendo lembrar com um carinho mais que especial, diria espacial, de Elizeu, professor que tanto me tirou do lugar, me lançou em inúmeros espaços de dúvidas e incertezas, fazendo das aulas verdadeiros campos de conflitos essenciais para meu amadurecimento. Ainda pensando no curso, seria horrível não agradecer ao pessoal da lanchonete Picnic que sempre nos socorreu nos intervalos das aulas com carinho, comida, boa, boa música e cerveja, ajudando a estreitar o convívio entre tantos colegas.

Então, me sinto muito agradecido nesta hora, e dedico de coração e pulmão estas palavras a todas que estiveram presentes neste caminho tão longo e bacana, em especial aos queridos e queridas moradores das Comunidades que me receberam com carinho, buchada e atenção, em especial a Carmo que atendeu

minhas ligações nesta nova fase da Pesquisa balançada pela Pandemia do Corona vírus.

Encerro os agradecimentos reforçando a gratidão à Família, com um destaque “especial” para Camila que me apoiou em todo curso.

Sobradinho

*O homem chega, já desfaz a natureza
Tira gente, põe represa, diz que tudo vai mudar
O São Francisco lá pra cima da Bahia
Diz que dia menos dia vai subir bem devagar
E passo a passo vai cumprindo a profecia
Do beato que dizia que o Sertão ia alagar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão
Adeus Remanso, Casa Nova, Sento-Sé
Adeus Pilão Arcado, vem o rio te engolir Debaixo d'água
lá se vai a vida inteira Vai virar mar
Por cima da cachoeira o Gaiola vai, vai subir Vai ter
barragem no salto do Sobradinho
E o povo vai-se embora com medo de se afogar
O sertão vai virar mar
Dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão Vai virar
mar
Dá no coração
O medo que algum dia o mar também vire sertão*

(Sá e Guarabyra, Rodrix)

RESUMO

A pesquisa que realizamos está relacionada à construção da Barragem Luiz Vieira em 1983, no município de Rio de Contas Bahia, que inundou a Comunidade Quilombola de Riacho das Pedras, e provocou sérios danos às outras duas comunidades, Barra e Bananal. As comunidades de Barra e Bananal sofreram mudanças graves, pois o rio que ali passava foi desviado alagando as mais férteis terras dessas comunidades. Já Riacho das Pedras teve menos sorte e foi extinta, encoberta quase por completo pelo espelho d'água da barragem ficando algumas partes fora d'água. Mas não havendo condições plausíveis de habitação, os moradores foram forçados a deixar seus territórios ancestrais para tentar a sorte em localidades próximas na periferia de Rio de Contas e até lugares mais distantes como o Estado de São Paulo. Objetivamos analisar o processo da construção da Barragem relacionado esta construção ao Racismo entranhado na estrutura deste país. Realizamos uma pesquisa Qualitativa com base em História Oral, contudo, muito nos dedicamos à análise de documental. Entrevistas Semiestruturadas foram realizadas com moradores das Comunidades afetadas sendo Quilombolas ou não, as entrevistas não foram feitas com crianças. É reluzente o descaso do órgão responsável pela obra, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas) que prometeu às comunidades uma série de melhorias e que por certo não foram realizadas, como quadras esportivas, posto de saúde, obras de saneamento básico, dentre outras. Terras alagadas, vidas espalhadas divididas, a memória sufocada em baixo d'água. Este descaso envolve seres humanos, a fauna e a flora e ainda aspectos culturais deste povo que vive naquele território há séculos, em nosso entendimento está lastreado na estrutura racista que existe e prepondera em nosso país, daí uma das razões para fazermos esta pesquisa.

Palavras-chaves Escravidão. Quilombolas. Barragem. Estado. Racismo.

ABSTRACT

The research we carried out is related to the construction of the Luiz Vieira Dam in 1983, in the municipality of Rio de Contas Bahia, which flooded the remaining Quilombola Community of Riacho das Pedras, and caused serious damage to other two communities, Barra and Bananal. The communities of Barra and Bananal underwent serious changes, as the river that ran there was diverted, flooding the most fertile lands of these communities. Riacho das Pedras, on the other hand, had less luck than the other communities and was extinguished, almost completely covered by the dam's water mirror, leaving only some parts out of the water. But with no plausible housing conditions, residents were forced to leave their ancestral territories to try their luck in nearby locations on the outskirts of Rio de Contas and even more distant places like the State of São Paulo. The negligence of the agency responsible for the work, the DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas - National Department of Works against Droughts), which promised the communities a series of improvements, which certainly were not carried out, such as sports courts, health centers, basic sanitation works, among others. Flooded lands, scattered lives all over the country, memory smothered underwater. This neglect involves human beings, fauna and flora and even cultural aspects of this people who have lived in that territory for centuries, in our understanding it is based on the racist structure that exists and prevails in our country, hence one of the reasons for doing this research.

Keywords: Slavery. Quilombola. Dam. State. Racism.

RESUMEN

La investigación que llevamos a cabo se relaciona a la construcción de la presa de agua Luiz Vieira en el año 1983, en el municipio de Rio de Contas- Bahia, y que inundó la Comunidad Quilombola de Riacho das Pedras y causó graves daños a otras comunidades, Barra y Bananal. Las comunidades de Barra y Bananal sufrieron serios cambios, ya que el río que corría allí se desvió, inundando las tierras más fértiles de estas comunidades Riacho das Pedras, en cambio, tuvo menos suerte y se extinguió, fue casi completamente cubierta por el espejo de agua de la presa, dejando algunas partes fuera del agua. Pero sin condiciones de vivienda plausibles, los habitantes fueron obligados a irse de sus territorios ancestrales para probar suerte en localidades periféricas cercanas de Rio de Contas, e incluso lugares más lejos, como en el Estado de São Paulo. Llama la atención la negligencia del órgano responsable de la obra, la DNOCS (Departamento Nacional de Obras contra as Secas), que prometió a las comunidades un conjunto de mejoras y que ciertamente no se llevaron a cabo, tales como canchas deportivas, clínica de salud, obras de saneamiento básico, entre otros. Tierras inundadas, vidas dispersas, divididas, la memoria asfixiada bajo el agua. Este descuido involucra los humanos, la fauna y la flora y aún los aspectos culturales del pueblo que ha vivido en aquél territorio durante siglos, y que a nuestro entender se fundamenta en la estructura racista que existe y prevalece en nuestro país, de ahí una de las razones para hacer esta investigación.

Palabras clave: Esclavitud. Quilombola. Presa. Estado. Racismo.

SUMÁRIO

1.	INTRODUÇÃO	13
2.	SE DEUS É GRANDE, O MATO É AINDA MAIOR.....	23
2.1.	Quilombos.....	26
2.2.	As múltiplas faces de Palmares	33
3.	A TERRA. EXISTIR-RESISTIR.....	40
3.1.	Os quilombos da atualidade	51
3.2.	Terra e Território	54
3.3.	As Comunidades	60
4.	A ÁGUA ESTADO-VIOLÊNCIA	71
4.1.	Construção é igual a Destruição	71
4.2.	A Barragem	71
4.3.	Vidas Negras Importam?	81
4.4.	A carne mais barata do mercado.....	83
4.5.	Ratos, Porcos, Lobos e Abutres	85
5.	“SERTÃO: QUEM SABE DELE É URUBU E GAVIÃO”	91
5.1.	O Estado e seus braços de Tiranossauro Rex.....	93
6.	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	105
	REFERÊNCIAS.....	107
	Anexos	112
	Anexo I- Eis o conteúdo da Carta Régia que autoriza a criação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas:	112
	Anexo II-Carta do Vice-rei, informando que a Vila havia sido Criada:	113
	Anexo III-Eis o conteúdo da Carta Régia que delega a transferência da Vila:	114
	Anexo IV – Fotografias.....	115

1. INTRODUÇÃO

É no primeiro dia do derradeiro mês do ano de 2008, no quarto movimento da lua nova e sob o sol do verão que pedimos permissão e força aos nossos Ancestrais e Orixás para falarmos de assuntos pertinentes a um povo, que tem sua origem naqueles que creem na força da palavra falada, na honra que se impõe com a voz sem perder a importância ou validade em detrimento daquilo que se é escrito.

Um povo que a alegria salta dos corpos para aquecer tudo a sua volta. Um povo que mostra sua beleza e originalidade na cor preta da pele. Um povo que a ciência aponta ser o primeiro entre todos os outros do planeta e que tem os pés e as mãos na terra, aquela da qual viemos e para qual voltaremos. Falaremos aqui de um assunto que gerou e ainda gera debate: Os Povos Quilombolas, em especial das comunidades de Barra, Bananal Riacho das Pedras no município de Rio de Contas, Bahia. Assim comecei a abraçar esta temática que tanto me soa essencial, nos idos de 2008. Hoje, em 2021 continuo dentro dessa esfera negra e Quilombola na tarefa de escrever essa Dissertação de Mestrado sob os efeitos nefastos da Pandemia de Covid-19.

Escolhemos a temática racial pela mais pura afinidade. Não apenas pela cor da pele, mas também pelo interesse de querer relatar e questionar injustiças que ocorreram e ocorrem com essas negras e negros lutadores e resistentes que se encontram em todo Brasil, inclusive na Bahia. Em contraponto, argumentarei que uma abordagem pós-colonial de “sociologias conectadas”, com sua crítica do eurocentrismo e sua preocupação central com as histórias do colonialismo e da escravidão, proporciona recursos mais adequados para o entendimento de nosso mundo global contemporâneo..

Durante o curso de Pós-Graduação História e Cultura Afro-brasileira e Baiana, oferecido pela Faculdade Católica de Ciências Econômicas da Bahia (FACCEBA), a nossa proximidade com a temática foi crescendo e se estruturando academicamente. Nesse estreitamento com a temática, surge uma dúvida: de qual comunidade falar? Mesmo com a distância do local onde se desdobraria a pesquisa, haja vista que, de Caetité, onde reside o presente autor, a Rio de Contas estão os longos 175 km, optamos por esta localidade dada à gravidade da violência sofrida pelas comunidades Barra, Bananal e Riacho das Pedras que descreveremos em outra parte do trabalho.

Lembro-me de esperar o ônibus às seis da manhã, que sempre atrasava, me levando à Brumado quase às dez... Daí pegava uma carona ou transporte alternativo para chegar à cidade de Livramento, onde teria duas possibilidades: uma carona ou esperar transporte oficial até Rio de Contas. Neste caso, chega-se em Rio de Contas cerca de meio-dia e meia. Por isso afirmo serem longos, os 175 km. Daí até as comunidades eram 15 km que percorria andando ou de carona... Mas na maioria das vezes fiquei na cidade mesmo, dentro do Arquivo público e no bairro Pirulito colhendo falas dos ex-moradores das Comunidades.

Apesar das dificuldades de transporte, que exigia grande demanda de tempo e paciência, esse foi o nosso motivo para pesquisa. A importância da temática gritava em meus ouvidos e superaria todos os problemas, quer fossem de tempo, financeiros ou de outras ordens.

A maioria dos dicionários pesquisados afirma que Remanescente vem de “remanescer” que quer dizer “restar”, “sobrar”. Quilombola vem de quilombo que significa “refúgio de escravos fugidos”. Nesse âmbito entendemos que pensar as duas palavras em destaque seria remeter-nos a alguns distintos espaços de tempo: passado e presente. Se existem os remanescentes, aqueles que restaram, este termo soa como algo pejorativo, afinal, o que sobra parece que não foi desejado como os restos, absolutamente afirmamos que não gostamos deste termo. Contudo, faremos um esforço e buscaremos algo positivo dentro desta questão. Desta forma reafirmamos a força do positivo em ser remanescente, parece-nos que somos todos remanescentes de algum tempo. Remanescer é ficar, resistir, comoficou algo de nossos pais em nós e ficou ou ficará algo de nós em nossas filhas e filhos. Nossa história vem de outras histórias... Aqueles que remanesceram, que sobreviveram às intempéries históricas e às mazelas do tempo. Estes fazem com suas criações e recriações culturais, parte do tempo de agora, o presente, oriundos de um tempo distante, o passado. Falaremos não só do agora como também do “outrora” quando os ancestrais dos que hoje são *Remanescentes* eram propriamente ditos quilombolas, que entre as matas e as cidades teciam suas relações de resistência e permanência, comércio, cultura, entre outras. Na terceira parte deste trabalho falaremos especificadamente sobre o termo *Remanescente* sobre o qual nos parece negativo, depois o mesmo, será usado em condições bem específicas, nesta Dissertação.

Destacaremos esse povo que, vale evidenciar, não são descendentes de

escravose sim de um povo livre que foi escravizado. Para nós, isso faz a maior diferença, pois naturalmente não se nasce na condição de escravo, esta é uma condição duramente imposta. Embora a escravidão tenha ocorrido em quase toda história da humanidade, a escravização do povo africano é algo realmente diferente. Tudo que for feito, ou dito para desnaturalizar a condição de ser escravizado deve ser feito.

Este será nosso tema central: o povo que lutou ao longo de séculos pela liberdade que lhe foi tomada e criou seus mecanismos de defesa para não nascer com senhor e sim livre. Nesse andar contínuo de tempo foram se fazendo e refazendo novas raízes e tradições modificadas pelo curso da história e pelas ações do clima, dos animais humanos e não humanos. Essa luta que será destacada foi e é contra o Estado brasileiro.

A pesquisa que realizamos está relacionada à construção da Barragem Luiz Vieira em 1983, no município de Rio de Contas Bahia, que inundou as Comunidades Quilombolas de Riacho das Pedras e provocou sérios danos às outras duas comunidades, Barra e Bananal. As comunidades de Barra e Bananal sofreram mudanças graves, pois o rio que ali passava foi desviado alagando as mais férteis terras dessas comunidades. Já Riacho das Pedras teve menos sorte e foi extinta, encoberta quase por completo pelo espelho d'água da barragem ficando algumas partes fora d'água. Mas não havendo condições plausíveis de habitação, os moradores foram forçados a deixar seus territórios ancestrais para tentar a sorte em localidades próximas na periferia de Rio de Contas e até lugares mais distantes como o Estado de São Paulo.

É reluzente o descaso do órgão responsável pela obra, o Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS), que prometeu às Comunidades uma série de melhorias e que por certo não foram realizadas, como quadras esportivas, posto de saúde, obras de saneamento básico, dentre outras. Terras alagadas, vidas espalhadas, divididas, a memória sufocada em baixo d'água. Este descaso envolve seres humanos, a fauna e a flora e ainda aspectos culturais deste povo que vive naquele território há séculos.

Nesse transitar entre os tempos pretendemos elucidar alguns conceitos que, a nosso ver, são datados, dentro da historiografia tradicional, e repetidos em novelas, filmes e em livros didáticos. Entendemos que a linha de debate tem que ser outra bem diferente. *Quilombos, Remanescentes, Escravidão, Racismo, África,*

entre outros termos carecem de estudos mais criteriosos.

Após algumas semanas em arquivos públicos, no mês de janeiro de 2009, em especial o de Rio de Contas, percebemos quanto o material escrito é importante para este tipo de pesquisa. Muitos números revelados através das linhas guardadas em livros e outros documentos. Informações sobre datas, nomes, fatos que indubitavelmente nos abasteceram para que este trabalho fosse concluído, entretanto, após dias de andanças, conversas e entrevistas percebemos o quanto o uso da história oral fora também muito importante.

A soma do uso dessas materialidades analíticas guiou-nos em todo o percurso. Após analisarmos falas dos narradores, aceitamos e enxergamos que o uso da história oral está atrelado a uma carga grande de subjetividade. Em falas emocionadas que nos foram reveladas, sentimos que a mágoa e rancor gerados pelo sofrimento causado pela criação da Barragem Luiz Vieira em 1983, hoje apareciam carregados de ambiguidades que deveriam ser analisados e utilizados com grande cuidado, entretanto as fontes escritas trazem problemas tão grandes ou maiores. Em geral, as fontes escritas, neste caso, por serem oficiais, como documentos encontrados no Arquivo Público, sugerem que são verdadeiras, porém o contrário foi evidenciado neste trabalho.

Os documentos informavam fatos que nunca aconteceram, como no caso dos relatórios do DNOCS que apresentavam uma série de melhorias para a região, mas na prática da busca por relatos de hoje ou nas visitas às áreas mencionadas encontram-se exatamente o oposto. Obras obsoletas, ou inacabadas e outras ainda que nunca começaram.

Antes de falarmos sobre o uso da História Oral, apresentaremos uma breve definição de Paul Veyne (1998, p. 285, apud SILVEIRA 2007, p. 36), que diz o seguinte: “Desde seu aparecimento, a função da História é fornecer à sociedade uma explicação de suas origens. Do grego, *Historie*, significa procurar, investigar... História é, quer uma série de acontecimentos, quer a narração dessa série de acontecimentos.”

Vê-se que para buscar qualquer origem precisa-se ativar os fluidos da memória.

Silveira (2007) recorre aos gregos:

Para eles a memória era tão importante que recebeu um lugar especial no

panteão de seus deuses. Segundo o mito, *Mnemósine*, a deusa da memória, foi a quarta esposa de Zeus que gerou, dessa união, nove musas, entre elas, *Clio*, a História. Nesse sentido, poderíamos pensar que, para a produção da(s) História(s), torna-se indispensável recorrer à memória. (SILVEIRA, 2007, p. 36)

Entre a História e a Memória, há um rico universo de possibilidades que a oralidade pode nos levar, daí a força da História Oral, que após inúmeras e árduas batalhas, hoje goza de sua luz própria, nos possibilitando o resgate das vivências que muitas vezes são silenciadas, porém, não mortas.

Exaltamos aqui o bom uso das fontes e das metodologias para a construção de uma pesquisa. Todas elas merecem ressalvas e análises minuciosas. Vejamos a opinião de R. Price falando sobre os Saramakas do Suriname, ex-colônia holandesa:

Chama-me a atenção o fato de que, se dependêssemos apenas de documentos escritos, [...] poderíamos ter uma visão da sociedade Saramaka, durante seu primeiro século de existência, muito parecida com a visão que temos de Palmares durante seu próprio século de esplendor. No entanto com base em outros tipos de evidência - não disponíveis para Palmares - agora sabemos que esse retrato dos Saramakas seria incompleto e falso em muitos e importantes aspectos. (PRICE apud REIS e GOMES, 1996, p. 53).

Nesse exemplo de Price (1996), vimos que a história a ser escrita dos Saramakas não seria por eles feita e sim por seus inimigos da época, bem como aconteceu no Brasil onde a história oficial dos quilombos foi escrita por aqueles que chegam para invadir e destruir.

Um outro lapso da história é que muito se fala dos quilombos que foram tomados de assalto, contudo sabemos que muitos tantos outros quilombos não foram invadidos. Vejamos o que diz o sociólogo baiano militante do Movimento Negro unificado, Valdélino Santos Silva, que estuda o quilombo Rio das Rãs, da região do Médio Rio São Francisco a 70 km de Bom Jesus da Lapa, quando relata o argumento dos advogados que desejavam provar a não existência de um quilombo naquela região:

Segundo eles, é prova suficiente para negar a existência do Quilombo de Rio das Rãs no passado o argumento do historiador e antropólogo Pedro Tomás Pedreira[...] 'que' referindo-se aos quilombos que existiram no interior do Estado da Bahia, aponta exclusivamente, quanto à Região do São Francisco deste estado, apenas o de Xique-Xique. (SILVA, 2006, p. 274)

Vale salientar que esses ou outros argumentos usados nesse processo não

foramaceitos e hoje a comunidade de Rio das Rãs tem vencido suas lutas campais e judiciais, seguindo seu fluxo comum de Comunidade Quilombola vitoriosa.

Entendemos que as fontes orais e escritas estão passíveis de falhas, afinal foram escritas por cidadãos que são permeados por seus valores, limites e intenções. Nesse ponto exato, as fontes orais também produzem suas dificuldades:

Qual a versão de um fato é a verdadeira. Estávamos e sempre estaremos ausentes dele [...]. Ele o depoente, como todos nós contamos a sua verdade. Ser inexato não invalida o testemunho, diferentemente da mentira, muitas vezes exata e detalhista. (BOSI, 2003, p. 59-67).

Essa citação de Ecléa Bosi (2003) forneceu informações úteis para fugir de algumas das armadilhas das fontes orais.

Para trabalhar com fontes escritas ou com orais, é necessário o mergulho em teorias para que bons resultados venham da melhor forma possível. Alguns autores facilitaram os nossos trabalhos, como Daniele Valdmon em *Usos & Abusos da História Oral*:

Servir-se das contribuições da sociologia na condução e na formulação das pesquisas; por outro, não negligencia elementos de psicologia, psicossociologia e psicanálise [...], não se trata de propor interpretações da mensagem que lhe é comunicada, mas saber que o não dito, a hesitação, o silêncio, a repetição desnecessária, o lapso, a divagação e a associação são elementos integrantes e até estruturantes do discurso e do relato. (VALDMON, 2002, p. 38).

Foi fundamental para nós esse tipo de informação para não ficarmos tão compadecidos da dor alheia a ponto de interferir negativamente no trabalho. As pessoas que tivemos contato traziam em em suas falas um amargor, um certo rancor pelos resultados da construção da Barragem, sejam elas das Comunidades Quilombolas ou de moradores da zona rural que também foram atingidos pelas águas. Tentamos não deixar esse rancor adentrar na escrita deste trabalho. As divagações e os silêncios muito presentes em quase todos os depoimentos foram vistos por nós com outros olhos após as leituras que compuseram nosso embasamento teórico.

Mergulhar, adentrar nesse universo de pesquisa e escrita é tentar deslindar as subjetivas trilhas das lembranças, das memórias, do particular. Ouvir, separar, compreender e usar o que se tem é também uma questão de estudo e estilo. Como diria Peter Gay (1990, p.17) “O estilo molda e é por sua vez moldado pelo conteúdo”.

Cabe ao historiador buscar o ponto médio entre as várias nuances citadas que permeiam o labutar diário da teoria e da prática, do oral e do escrito, do desejo e do profissionalismo entre outros. Lidar com as ambiguidades do discurso é de fato complicado. A memória edita alguns fatos, cria e recria outros, tingindo de cores mais vibrantes um ou outro acontecimento. A memória é por si só, como o mar que tem sua constância na mais pura inconstância.

Trabalhar com História Oral é, sobretudo, não querer uma história totalizante a partir dos depoimentos; tão pouco provar uma verdade absoluta. É dar espaço aos sujeitos anônimos da História na produção e divulgação dessa, procurando articular suas narrativas aos contextos e elementos do(s) objeto(s) em pesquisa. (SILVEIRA, 2007, p. 41)

Outro autor que nos direcionou bem foi Alessandro Portelli (1997, p.16) que em alguns momentos nos guiou pelo mar de dúvidas que surge quando se trabalha com memória e escrita:

A memória é um processo individual que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados. Se considerarmos a memória um processo e não um depósito de dados pode constatar que à semelhança da linguagem a memória é social, tornando-se concreta apenas quando mentalizado ou verbalizado pelas pessoas [...]. Em vista disso, as recordações podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas. Porém em hipótese alguma, as lembranças de duas pessoas são [...] exatamente iguais. (PORTELLI, 1996, p.16).

Este mergulho no ser, tão necessário para lidar com memórias nos coloca em um estado de observação denso, como uma cobra ao calcular o bote certo, como um martim pescador a selecionar o instante ideal para o mergulho ligeiro. Nos deparamos com a realidade do outro que moveu as teias do passado para encontrar baús de fatos, aptos a romper o silêncio e compor o presente em falas, risos e até mesmo outros silêncios. A história oral se aproxima do indivíduo. De acordo com Cassab e Ruscheinsky (2004):

Como metodologia de pesquisa, a História Oral se ocupa em conhecer e aprofundar aspectos sobre determinada realidade, como os padrões culturais, as estruturas sociais, os processos históricos ou os laços do cotidiano [...] A metodologia em análise prima para registrar a memória viva, as emoções, as paixões, o olhar, a perspectiva peculiar e os sentimentos de indivíduos das mais diversas origens socioculturais [...]. (CASSAB e RUSCHEINSKY, 2004, p.8).

Fica evidente a importância da História Oral neste tipo de pesquisa, não sendo nossa intenção destacá-la como melhor ou mais importante, e sim como indispensável neste caso. Não obstante, salientaremos como as metodologias são imprescindíveis

para a pesquisa em questão, separadas e juntas. Podemos sintetizar, por ora, esta querela.

Segundo Oliveira (1997), com base em Portelli, a escrita e a oralidade não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente, encerrando cada uma das características e funções específicas, bem como a exigência de instrumentos interpretativos próprios. As fontes orais ultrapassam o horizonte de expressar-se como meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois exprimem-se diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente. Apesar da diversidade, muitas fontes escritas baseiam-se na oralidade, como também muito da oralidade moderna está recheada ou saturada de escrita.

Neste trabalho, **DEBAIXO D'ÁGUA. A inundação da Comunidade Quilombola de Riacho das Pedras. Rio de Contas, Bahia**, falaremos sobre a história daqueles que por um bom tempo foram postos à margem de estudos e pesquisas históricas sérias, detalhadas e sem a sombra da falsa ideia de uma democracia racial. Sendo postos no patamar dos excluídos, à altura dos renegados. Trataremos da história de gente comum, pobre e preta tendo a certeza de que estas personagens sempre estiveram e estão envolvidas de modo essencial no processo da criação e evolução do nosso país, mesmo que alguns não queiram.

[...] A lenda dos homens australianos que participaram da guerra desconsiderou e, portanto, silenciou sobre as vidas da maioria das mulheres e homens que não foram à guerra. Só nessas últimas décadas é que as histórias _ inclusive as histórias orais _ começaram a recriar essas vidas esquecidas e contribuíram para que as pessoas reconhecessem que elas também haviam sido historicamente significantes. (THOMSON, et al, 2002, p.72).

É nessa direção que tentaremos conduzir nosso trabalho. Buscar a história daqueles que não se sentem historicamente importantes, mas que lutaram em todo o processo. Diz Michel de Certeau:

A história era, antes de tudo, obra de justificação dos processos da Fé ou da Razão, do poder monárquico ou do poder burguês. Por isso, durante muito tempo ela se escreveu a partir do 'centro'. Os papéis representados pelas elites do poder, da fortuna ou da cultura pareciam ser os únicos que contavam. E continua concluindo que aquilo que apenas 'resto' supérfluo, 'sobrevivência' anacrônica, 'silêncio' cuidadosamente entretido ou simples ruído sobre o qual se evitava falar. (CERTEAU apud goff, 1988, p. 261).

Optamos por trabalhar visando a uma história contrária a esta que descreve Michel de Certeau. Optamos em buscar na Zona Rural de uma pequena cidade da

Chapada Diamantina o nosso tema de pesquisa. Comunidades de negros que se aquilombaram noséculo XVII e que persistem até os dias de hoje mesmo que as ações e não ações do Estado indiquem que eles são desimportantes.

Entre 2008 e 2021, essa relação acadêmica com o tema foi encerrada mais vezes do que continuada, por diversos problemas. Como a distância geográfica, estímulo pessoal, nascimento de filha, excesso de trabalho, entre outros. No entanto, o interesse em mergulhar na temática nunca cessou definitivamente. Por vezes, ressurgia como escrita de um artigo para uma Pós-graduação em 2016. Até que, em 2019, o Programa de Pós-Graduação em Ensino, Linguagem e Sociedade (PPGELS), na UNEB de Caetité, reascendeu a chama e novos planos surgiram. Pensamos num mergulho nas Comunidades para tentar saber como aquele povo ainda sente a construção da barragem Luiz Vieira e a saída forçada do povo de Riacho das Pedras. Parecia ir tudo bem com o ingresso neste curso e o fervilhar de ideias para adensar a pesquisa nas Comunidades. O encontro com estudos na área do áudio visual fez brilhar a possibilidade de filmar um documentário retratando os impactos e consequências da construção da barragem na visão do povo que viveu e vive lá. Porém, a Pandemia do Coronavírus revelou uma nova realidade que impedia a nossa entrada nas Comunidades, seja para pesquisar ou para filmar. Por isso o Produto educacional que ofereceremos será uma Sequência Didática voltada para o público do Ensino Médio das escolas de Rio de Contas ou outras que quiserem debater a temática. Até mesmo a opção de desistência foi pensada em decorrência dos prazos e outros entraves acadêmicos. Contudo, decidimos continuarem função de julgarmos a temática nobre e justa. Diante destas dificuldades respeitamos as distâncias recomendadas e buscamos escrever com o material que conseguimos antes da Pandemia mudando um pouco o nosso trabalho que ficou organizado da seguinte forma.

Nosso trabalho **DEBAIXO D'ÁGUA. A inundação da Comunidade Quilombola de Riacho das Pedras. Rio de Contas, Bahia** em suas seções busca desenrolar além da problemática central que é a criação da Barragem e a destruição da comunidade, uma abordagem sobre quilombos e o racismo praticado pelo Estado. Na segunda seção intitulada de *Se deus é grande o mato é ainda maior*, fizemos uma revisão de questões cruciais como escravidão, fugas, quilombismo, sugerindo suas pluralidades, contrapondo a generalização e confusões que envolvem o tema, dando um foco ampliado nas múltiplas faces do Quilombo de

Palmares.

Na terceira seção *A TERRA. EXISTIR-RESISTIR*, Questionamos o termo Remanescente Quilombola, e sugerimos que a parte REMANESCENTE deveria ser retirado de modo que fique apenas Comunidade Quilombola, essa sugestão surge para uma reflexão e não como algo impositório ou arrogante. Buscamos ainda trazer um histórico de Rio de Contas e das Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, bem como concepção de Terra e Território. Apesar de não ser uma discussão ampla, achamos justo trazer esta questão à baila.

Na quarta seção *A ÁGUA. O ESTADO-VIOLÊNCIA*, tentamos ligar a construção da Barragem Luiz Vieira e a destruição da comunidade de Riacho das Pedras, ao descaso das autoridades competentes movidas pelo puro e simples racismo dentro da estrutura estatal. Ainda neste capítulo fizemos analogias com ratos, porcos, abutres e lobos sob a luz das autoras Vinciane Despret, Ana Tsing, Dona Haraway, bell hooks, entre outras.

Na quinta seção *SERTÃO: QUEM SABE DELE É URUBU, GAVIÃO....* Destacamos, sem perder o foco totalmente, de Barra Bananal e Riacho das Pedras, a luta de outras Comunidades Quilombo afetadas por barragens, além de um foco especial para uma Comunidade fora da Bahia que não está ligada aos afetados por barragens, mas que sofre das mesmas mazelas de outrora, como o caso de Alcântara (MA), que diante da dura realidade trazida pela pandemia do coronavírus tenta sobreviver ao “vírus” do descaso e o do racismo.

Na sexta e última parte desta pesquisa, estão as considerações finais, onde destacaremos uma pequena síntese do que debatemos no trabalho, mostrando alguns resultados, nossas expectativas acerca do processo desta pesquisa.

2. SE DEUS É GRANDE, O MATO É AINDA MAIOR

A escravidão aparecerá muito nesta nossa escrita, de forma direta na própria face do Sistema Escravocrata do colonialismo ou indireta, nos seus reflexos pós 1888, por isso faremos algumas considerações acerca deste vasto campo. Apesar de tão complexo este tema, muitas vezes é tratado de forma simplificada ou generalizada, principalmente em livros didáticos. Em duas décadas lecionando a disciplina de História, os livros que conheci trazem a escravidão no Brasil apenas destacando castigos corporais, as lendárias fugas para quilombos. E quando se fala neste assunto, o quilombo que se refere é o de Palmares. Não vamos aqui dizer que não existiam os castigos terríveis, nem as fugas para quilombos ou negar a existência e resistência de Palmares. O que queremos é mostrar que as fugas eram muito flexíveis, não necessariamente para quilombos, e se tratando destes, usar o exemplo de Palmares seria justamente falar de uma exceção, não da regra. Iremos mostrar a existência de uma diversidade no universo dos quilombos no Brasil, evidenciando a impossibilidade de generalizações, estas que aparecem em estudos variados, não se limitando aos livros didáticos... “podemos afirmar que muitos destes estudos são superficiais e criaram imagens simplificadas de uma realidade bem mais complexa.” (LIBBY, 2005, p. 9).

É fato que o trabalho de africanos escravizados foi utilizado em terras do Brasil desde a chegada dos portugueses no século XVI até o fim do XIX. Em quase quatrocentos anos, as relações escravocratas foram mudando, visto que a resistência começa desde que se inicia o Sistema Escravista (LIBBY, 2005). Faz-se necessário dizer que, apesar de ter havido escravidão na colonização de toda América, o Sistema Escravista ganhou destaque na parte portuguesa do continente, mesmo tendo havido nas ilhas do Caribe e nos Estados Unidos, na parte Sul (LIBBY, 2005). O Brasil bancou este sistema até 1888. Entretanto, o Sistema escravista é diferente de trabalho escravo.

O homem submetido pela força nem sempre é escravo. Podemos classificar uma comunidade como escravista quando o trabalhador escravizado é considerado uma mercadoria... e finalmente, quando o status servil é vitalício e hereditário. (FIABANI, 2005, p. 15).

Segundo Reis (1996), foram trazidos à América aproximadamente 15 milhões de pessoas oriundas da África, tendo a estimativa de que 40% desta massa

tenha chegado ao Brasil. Diante destes números, podemos imaginar quão vasta foi a multiplicidade de ideias e costumes que foram trazidas para o Brasil. Do imenso e complexo corpo do Continente Africano foram trazidos gente de grandes reinos e pequenas localidades, se juntando com outro imenso repertório cultural que aqui já estava, dos inúmeros povos nativos somados aos portugueses, holandeses e franceses que compuseram a teia do Brasil colonial. Com este raciocínio, entendemos que qualquer tipo de homogeneização dada a estes povos torna-se errônea.

Felizmente existem escritores que em suas obras querem combater este equívoco que encontramos comumente em filmes, telenovelas, romances e principalmente na maioria dos livros didáticos.

Essa imagem de escravidão é alicerçada, de modo geral, em estudos históricos que se preocupam em denunciá-la como uma espécie de crime cometido por muitos de nossos antepassados, sem jamais considerar que épocas diferentes desenvolvem valores sociais e culturais também diferentes. E que fique claro, desde já: essa afirmativa não significa negar a violência e a crueldade intrínsecas ao ato de escravizar alguém. Estamos preocupados em estudar e compreender uma época, levando em consideração, da maneira mais fiel possível, os valores, as ideias e as práticas deste período. Tais estudos mostram o escravo ora como vítima, apenas, ora como uma coisa (e não como gente), sem personalidade e vontades próprias. (LIBBY, PAIVA, 2005, p. 8).

Começamos este capítulo com um dizer antigo: “se deus é grande, o mato é ainda maior”. Adelmir Fiabani diz que ele veio da “sabedoria dos oprimidos”. Este dizer leva-nos a mergulhar em águas velozes, em águas turvas e muitas vezes vermelhas do sangue derramado; são estas, as águas das fugas da condição de escravizados, inúmeras e incontáveis tentativas de liberdade. Em nossas experiências em salas de aula, palestras e cursos, é comum perceber que estudantes, do ensino fundamental, médio, bem como professores entendem a fuga como resistência, porém, entendem as fugas com fim único: a formação de quilombos, sendo um erro.

As fugas estão ligadas a muitas ações e desejos, não à formação de quilombos, necessariamente. Um escravizado fugido poderia querer trocar de dono, negociar melhores condições entre outras vontades que seria muito complicado descrever, todas possibilidades sugerem a complexidade desta vasta teia chamada fuga. “Um escravo armado até os dentes, a própria imagem do herói quilombola que se bate pela liberdade, nada mais queria do que um outro senhor que o tratasse

melhor.” (REIS, 1996, p. 358).

Ainda em Reis e Gomes (1996, p. 9), “[...] os escravos terminavam procurando se diluir no anonimato da massa escrava e de negros livres. Nesses casos, o destino poderiaser as cidades”.

Outro exemplo válido, nos oitocentos, é Moura (1988, p. 66), quem nos chama a atenção com relação ao escravizado que trabalhava com manufaturas diversas junto à população livre e nos apresenta números reveladores. Entre 1818-1820, no Maranhão, dos 4000 profissionais artífices, 3000 eram escravos exercendo funções como alfaiates, entalhadores, carpinteiros navais, pintores e serradores, ourives, ferreiros, pedreiros entreoutras. Resta-nos através da análise destes números concluir que esta sociedade de pessoas livres não podia simplesmente ignorar a presença dos escravos. Partindo da presença física imaginamos quão forte seria sua importância social e econômica para Vila Rica e Minas Gerais deste período.

Essas informações ajudam a desfazer ideias de que o sistema escravista no Brasil fora algo simples e sintético. As relações que se davam dentro do universo violento e opressor da escravidão se espalharam pelo amplo território brasileiro estabelecendo-se de forma diversa e abrangente, num mar de possibilidades, algumas ainda se podem constatar através de fontes escritas, orais, ou por meio da arqueologia, e outras talvez não mais possam ser contempladas visto que o tempo já possa ter ocultado em suas galeriasinatingíveis.

Diante das possibilidades já citadas, vamos observar uma variável das cartas de alforria: a coartação, uma compra de liberdade parcelada, como se fosse um crediário nos dias de hoje, cartas de alforria à prestação. Para tanto, o escravizado deveria trabalhar fora de sua área e horário com relação ao seu proprietário ou proprietária, como se fosse hora extra, e dos valores arrecadados nas horas extras pagava-se a carta de alforria, esse processo durava em média de 3 a 5 anos (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 52).

A manutenção do sistema escravista brasileiro, por mais de três séculos e meio, exigiu um paciente jogo de equilíbrio, no qual os senhores manipulavam os escravos, mas também eram manipulados por eles. Tais manipulações transparecem com nitidez quando examinamos um dos aspectos do escravismo brasileiro (e, também, do cubano, por exemplo) que mais distinguem dos outros sistemas escravistas do Novo Mundo: a frequência das alforrias alcançadas pelos escravos. (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 51-52).

Ainda de acordo com os autores supracitados, é importante salientar que as cartas conquistadas não vieram por gestos de bondades das e dos proprietários e sim da compra, que exigia muito esforço.

Estes mesmos autores apontam que mesmo os escravizados que se acomodavam com a situação, não aceitaram de fato a condição, “criando oportunidades conquistando direitos.” (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 55). Sobre o senhor dono de gente “mesmo nos períodos de suposta tranquilidade, ele tinha de resignar-se à constância dos pequenos furtos demantimentos, bebidas, roupas e animais domésticos.” (LIBBY; PAIVA, 2005, p. 55). Vê-se a resistência também fora dos mocambos, dentro das fazendas que abrigavam e obrigavam tantas vidas a uma sobrevivência, esta, suscitava uma forma de existir: resistindo. Nem sempre o que se faz pequeno e silencioso é notado, esta suposta descrição pode fazer um fato histórico passar batido ante olhares incautos, aqui podemos tirar proveito do que nos mostra Pires (2010, p. 27), apesar de não haver revoltas coletivas de escravos no Alto sertão da Bahia, “as suas resistências permanecem muito mais cotidianas, e por isso, menos visíveis”.

São dados como estes que nos convidam a mergulhar nesta gama de interações entre livres e escravizados, donos de gente e gente que é posse, em todo longo período que durou o sistema escravagista. Esses fatos aparecem como novidades nas aulas, palestras e cursos ministrados por nós, ministrados, independentemente do nível de escolaridade. A luta e permanência do negro escravizado parece que se dão apenas nos ermos esquecidos das matas, visão construída a partir da concepção de quilombo baseada em Palmares.

As concepções equivocadas envolvendo os quilombolas sugerem negros fugidos sempre distantes das cidades, como se fossem diferentes ao extremo, a ponto de não haver possibilidade de se misturarem, mostrando o negro que lutava por sua liberdade como algo negativo. Com esta forma de tratamento depreciativa: “negros fugidos” e “perniciosos” fica mais fácil, nos dias de hoje, ostracizar os Quilombolas, pois descendem de algo desprezível, bem como destruir ou tomar suas terras sob o olhar complacente das autoridades.

2.1. Quilombos

Em janeiro de 2008, fiz uma caminhada saindo de Rio de Contas até as Comunidades Quilombolas de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, bem como me foi informado os nomes. Seria uma caminhada de aproximadamente 15 quilômetros. Num ponto da estrada, creio que depois de uma hora de caminhada encontrei um senhor negro, aparentando 50 anos, em uma bicicleta. Perguntei se estava longe das comunidades quilombolas. Ele não entendeu e perguntei se estava longe dos quilombos... Ele disse que só conhecia léguas. O senhor só entendeu o que eu queria quando falei os nomes das comunidades, assim me respondeu que eu estava distante, afirmando que tinha rios para banho mais perto, que eu não precisava ir até a Ponte do Coronel. Esse encontro me motivou a fazer uma palestra e cursos para escolas públicas, inclusive realizamos um mini-curso na UNEB Campus VI, em 2008 chamado Quilombo? Calombo? Nestes eventos, perguntava inicialmente se as pessoas sabiam o que era um quilombo... Assim falava sobre quantidades, sobre as variedades, sobre Palmares, destacando sempre a complexidade envolvida no termo Quilombo, inclusive no tocante à sua origem.

Entendemos que as visões que permeiam termos como quilombo, escravidão e suas múltiplas consequências deveriam ser exploradas mais criteriosamente desde as séries iniciais de forma democrática para assim, talvez, diminuir as lacunas, essa desinformação que comprovamos em nossas atividades pedagógicas como em salas de aulas, palestras e cursos, fazem falta nas oportunidades de questionarmos estruturas poderosas como o racismo. A desinformação serve de alimento para o racismo.

Vejam algumas implicações sobre Quilombo. Se procurarmos no dicionário da Web o significado da palavra quilombo, o primeiro que aparece é este:

Substantivo masculino. Lugar secreto em que ficavam ou para onde iam os escravos fugidos, normalmente encoberto ou escondido em meio ao mato: quilombo dos Palmares. [História] Brasil. Localidade povoada por negros que haviam fugido do cativeiro, sendo dividida e organizada internamente; geralmente, também havia índios ou brancos. [Música] Dança. Alagoas. Auto de Natal alagoano no qual negros, índios e caboclos dançam, cantam. Quilombo dos Palmares. Brasil. Antigo quilombo situado em Alagoas. Etimologia (origem da palavra *quilombo*). Do quimbundo *kilombo*¹

Veem-se algumas generalizações, por exemplo, no uso da palavra secreto,

¹ Disponível em: <<https://www.dicio.com.br/quilombo/>>. Acesso em: 9 jun. 2020.

comose todos os quilombos assim fossem. Ignora-se as ligações comerciais entre quilombos e centros urbanos. Quando se diz que os Quilombos eram “em meio ao mato”, faz-se outrageneralização ignorando os Quilombos urbanos. A definição do dicionário dá a entender que os negros fugiam para quilombos, porém, vimos aqui nesta pesquisa que isso não acontecia necessariamente assim, as fugas eram por muitos outros fins. Após definir quilombo, o verbete se posiciona diretamente a Palmares. Eis a síntese dos equívocos que são cometidos quando se pensa a temática quilombo, generalização no conceito e aligação direto com nosso maior e mais famoso quilombo. Apesar de não se ter um número exato de quantos quilombos existiram aqui, estima-se que “certamente se eleva às dezenas de milhares” este quantitativo espalhado em “praticamente todas as regiões do Brasil” (FIABANI, 2005, p. 11). Cremos que para algo tão gigante não caberia simplificações ou generalizações.

Vainfas , escreveu que:

[...] em 1757, eram considerados quilombos os grupos acima de seis escravos que estivessem arranchados e fortificados com ânimo de se defenderem. A palavra “quilombo” é de origem banto (1. Banto é palavra que designa o tronco linguístico do amplo leque de idiomas falado na África central e austral, a exemplo do umbundo, quimbundo, bakongo etc. [...]) O termo bantu, designativo da relativa unidade linguística dos africanos de Angola, Congo, Moçambique e adjacência, só foi cunhado no século XIX, concentrando-se na região sudeste, mas espalhados por toda parte e quer dizer: acampamento ou fortaleza. Foi um termo usado pelos portugueses para designar as povoações construídas pelos escravos fugidos do cativo. No Brasil, esses espaços eram chamados de arranchamentos, mocambos ou quilombos e seus membros eram conhecidos como Callombolas, quilombolas ou mocambeiros. Os quilombos foram muitos e não eram unidades homogêneas, ou seja, variava de lugar, tamanho, população, forma de organização, integrantes e “desempenharam um importante papel no complexo tecido social que era o sistema brasileiro da escravidão”. (VAINFAS, 2000, p. 494-495 apud Silva, 1996, p.165)

Vejamos agora nas palavras de Arruti:

A primeira definição de quilombo se dá no corpo das legislações colonial e imperial, conforme Almeida (1996) destacou, sob uma forma calculadamente vaga e ampla, capaz de permitir que um mesmo instrumento repressivo abarcasse o maior número de situações de interesse: na legislação colonial para caracterizar a existência de um quilombo bastava a reunião de cinco escravos fugidos ocupando ranchos permanentes, mas, depois, na legislação imperial, bastavam três escravos fugidos, mesmo que não formassem ranchos permanentes. Neste contexto, afirmar a existência de um quilombo significava apenas identificar um objeto de repressão, sem que isso necessitasse ou implicasse qualquer conhecimento objetivo sobre tal objeto. (ARRUTI, 2014, p. 4)

Ainda sobre o ponto de vista de Santos e Silva (2000), ela infere de forma pontual.

Se, do ponto de vista étnico, a experiência quilombola no Brasil comportou africanos de diferentes regiões, negros aqui nascidos, índios e, em alguns casos, brancos, é evidente que esta composição racial teria que repercutir nas formas de organização, na cultura e nas estratégias de ocupação do território engendradas por estes grupos. Às novas condições de composição racial, combinaram-se outras variáveis envolvendo o momento de se empreender as ações e as forças políticas e militares contrárias. Isso quer dizer que cada quilombo tem uma experiência particular de formação, em que os mencionados fatores, e outros, foram com certeza avaliadas pelos que desejavam se aquilombar (SANTOS; SILVA, 2000, p.11).

Vejamos estas definições, ampliando o debate “Quilombo não significa escravo fugido”, sintetiza o autor. “Quilombo quer dizer reunião fraterna e livre, solidariedade, convivência, comunhão existencial” (NASCIMENTO, 1980, p. 263). A palavra quilombo, no *Dicionário Aurélio* (1988), é definida da seguinte maneira: “*s.m. bras. Valhacouto de escravos fugidos*”.

Dito de outra maneira, quilombo designa os redutos constituídos pelos negros fugidos da escravidão no Brasil Colonial e Imperial. Segundo Blanco e Blanco: O dicionário do Brasil Colonial nos informa que a palavra quilombo é originária banto (língua africana) kilombo e significa acampamento ou fortaleza e foi usada pelos portugueses para denominar as povoações construídas por escravos fugidos. A ideia de quilombo percorre há longo tempo imaginário da nação e é uma questão relevante desde o Brasil Colônia, passando pelo Império e chegando à República. Concorda-se com Leite (2003) quando esta afirma que tratar do tema quilombos e dos quilombolas é, ainda na atualidade, tratar tanto de uma luta política quanto de uma reflexão científica em processo de construção.

Partindo para uma direção mais sintetizada chegamos aos livros didáticos, campo amplo que não teríamos como abranger de forma total, mas exemplificaremos mesmo assim para termos uma ideia da conceituação que se encontra neste tipo de material. De forma geral, os livros didáticos, nas escolas de ensino fundamental, onde ocorre os primeiros contatos do estudante com a temática, aparecem informações sobre resistência; fugas gerando quilombos, e por fim o destaque ao grande Quilombo de Palmares, em nosso caso, e parece que o de muita gente, chegamos à faculdade com estas informações. Só fomos ter contato com essa temática, de forma mais ampla, no meio do curso de História, através da obra já muito citada aqui: *Liberdade por um fio*, de Reis e Gomes. Continuemos, pois,

alguns exemplos, primeiro um livro de História da Bahia para o Ensino Fundamental. “Houve ainda fugas em massa em que os escravos não hesitavam em arriscar a vida para ter de volta a sua liberdade.” (p. 78) e ainda “Os escravos que conseguiam fugir dos engenhos embrenhavam-se pelas matas e se reuniam, formando quilombos.” (SANTOS, p. 79).

Agora vamos a um caso do Ensino Médio onde a informação aparece dando uma base menos generalizada:

Todavia, como todo povo oprimido, os escravos africanos reagiram, usando métodos como rebeliões, suicídios, abortos e fugas, em *especial*, para quilombos... No Brasil, os quilombos tornaram-se locais de habitação e subsistência de escravos foragidos. *Muitos* surgiram em lugares de difícil acesso, geralmente em áreas de elevação e de mata fechada, que eram desbravadas por foragidos e transformadas em moradia. (Grifo nosso, 1991)²

Os grifos indicam que o texto não generaliza. Quando se diz “em especial” e que “muitos”, percebe-se uma preocupação em não passar a ideia de que todas as fugas eram para quilombos e que nem todos os quilombos eram ermos e complexos como Palmares. Em outra obra ainda no Ensino Médio encontra-se da seguinte forma:

Os negros que fugiam eram perseguidos pelos Capitães do Mato, e muitos dos que não eram capturados acabavam organizando comunidades negras livres, chamadas quilombos. Existiram mais de cem quilombos espalhados por toda colônia, especialmente no Nordeste, principal região econômica do Brasil, aonde até o século XVIII, se encontrava o maior número de escravos. (VICENTINO, 1997, p.112-113).

Estes exemplos mostram como é difundido o tema em livros didáticos, porém neste último aparece um texto complementar de Katia Mattoso (1990), no qual ela distingue a luta pela liberdade da luta pelo fim da escravidão, bem como da multiplicidade dos quilombos, trazendo informações pouco comuns aos livros que tive acesso em vinte anos como professor de História.

Acreditamos que um jovem, ao construir seu conhecimento sobre quilombos tendo como único exemplo o Quilombo de Palmares, essa pessoa entenderá um tema tão complexo de forma sintética, pois, Palmares representa um quilombo completamente excepcional, por tanto não deveria ser modelo. Entendemos que no aprendizado básico, de um estudante, sobre esta temática, poderia se destacar Palmares, mas deveria vir a ideia plural de Quilombo, despertando no estudante a

² Módulo do sistema COC. **História do Brasil**: Colônia. Ribeirão Preto-SP.

dúvida de como pode ser, ou como pode ter sido, salientando que mesmo a ideia que temos sobre Palmares possui inúmeras interpretações ao longo do tempo.

O que nos chama à atenção é que estas formas de definir quilombos, fugas, etc. não se encontram generalizadas e sintéticas apenas em material para Ensino fundamental ou Médio, fora dos livros didáticos existem críticas a escritores que de certa forma generalizaram ou romantizaram os quilombos.

João José Reis e Flávio Gomes (1996) criticam, em **Liberdade por um fio**, a análise de escritores como Nina Rodrigues, Arthur Ramos e R. K. Kent, que seguem uma linha romantizada de que os Quilombos seriam uniformemente a seriação oriunda da África. Talvez este tipo de reflexão sistêmica nos idos de 1930, tenha contribuído para outro grande equívoco que é a concepção da África como uma só, um país e não um continente. Se entende a África desta forma equivocada quando ela é evidenciada de fora para dentro então o contrário, o que ocorre mais comumente. Queremos dizer que, para qualquer esboço de compreensão de algo tão imensurável como um continente, é necessário estudo de proporções gigantescas tanto na quantidade quanto na qualidade. Em contrapartida, o que se vê, salvo algumas exceções, é o estudo da África de fora para dentro sintetizado, vulgarizado, ignorando suas múltiplas características.

Quando se estuda ou pensa Quilombo em um modelo clássico, exatamente como afirmam Reis e Gomes (1996), vê-se algo grande com centenas de negros rebeldes e agressivos que vivem longe das cidades em localidades inóspitas assaltando vilas, recriando a África vivendo do plantio e da coleta de frutas, da pesca e caça etc. Ao assimilar esta ideia, que frequentemente é encontrada em livros didáticos, cria-se uma disparidade conceitual quando nos deparamos com uma definição de Quilombos nos moldes coloniais, "Toda habitação de negros fugidos que passem de cinco, em parte despovoada, ainda que não tenham ranchos levantados nem se achem pilões neles." (GOMES; REIS, 1996, p. 347).

Este tipo de variação de informação serve para se pensar quão múltiplas podem ser as definições acerca deste tema e o quanto elas aparecem resumidas e defasadas, acessíveis ao senso comum.

Esta diferença conceitual revela como os pequenos equívocos podem esconder grandes falhas de aprendizado, gerando, por sua vez, mais ignorância. Quantas interpretações podem ser suprimidas ao generalizarem-se conceitos importantes como estes? Quantos outros erros como estes existem dentro do tema em questão?

Devemos chamá-los de erros ou de crimes?

Ainda nesta temática, sob a luz do trabalho de Donald Ramos, que pesquisa Vila Rica, a capital de Minas, colonial. Sua perspectiva suscita relações mútuas, “relação simbiótica” para surpresa de muitos (GOMES; REIS, 1996, p. 17). “em lugar de pura ameaça ao sistema, os Quilombos mineiros também se tornaram parte da sociedade colonial”. Aqui, além da visão clássica do quilombo afastado e repleto de armadilhas em seu caminho, aparece outra forma de aquilombamento, onde sociedade escravocrata e negros aquilombados usavam mesmos espaços para negociar. Não há a distância e sim convivência e interdependência.

Donald Ramos (1996) traz a visão de Carlos Magno Guimarães onde entendem que os Quilombos rejeitavam a escravidão não indicando que eles lutavam pelo fim do sistema escravista e sim por sua liberdade. “O Quilombo em Minas Gerais não só não ameaçou a sociedade luso-brasileira como, mais frequentemente cooperou com ela. De uma maneira complexa, o quilombo completava o sistema escravocrata.” (REIS; GOMES, 1996, p.165). Endossando esta afirmação, Ramos (apud Reis e Gomes, 1996, p. 166) ainda falada enorme quantidade de Quilombos e das influências exercidas entre os negros cativos e seus senhores e elucidamos em sua pesquisa com estes números de Vila Rica que possuía em 1767 uma população de 335.203 habitantes e destes 38% eram escravos. Dada a complexidade dos acontecimentos ao longo dos quase quatrocentos anos de sistema escravistas no Brasil, precisamos escapar de polarizações e generalizações.

Não podemos concordar com aqueles que aceitam o discurso senhorial paternalista e veem na escravidão brasileira um exemplo de benevolência e suavidade. Tampouco concordamos com a ideia de uma escravidão construída e mantida somente na base da violência e da exploração, determinada, apenas, pela vontade do senhor (LIBBY; PAIVA, p. 51).

A escravidão, dentro das teias de violência e exploração também evidenciou o protagonismo do negro escravizado, que por muitas vezes, mesmo dentro de condições precárias na perda da liberdade se colocou de diversas formas frente ao opressor. As relações de poder escapam dos governadores ou fazendeiros e mineradores, estas relações emanam de vielas, de becos, das matas e montanhas mineiras chegando às feiras de Vila Rica.

Em Vila Rica, os quilombos foram uma presença constante desde o século

XVIII até início do XIX. Eram quilombos pequenos, que infestavam as montanhas Vilariquenses, além daqueles que se instalavam nas cercanias do centro urbano.

Saindo um pouco de Minas Gerais, um exemplo de São Paulo será válido neste ponto mostrando que essas relações tão próximas entre pessoas aquilombadas e pessoas livres: Na Serra do Cubatão

Os negros fizeram a sua cidade com vida própria, comércio regular, fortificações, repartições administrativas. Era uma república livre. Também livre era a cidade de Santos [...] Escravos fugidos tinham em Santos refúgio seguro. Todo povo [sic] santista ajudava a luta dos quilombolas. Mulheres revoltadas fizeram voltar um trem que conduzia tropas para enfrentar a fortaleza de Cubatão. (FIABANI, 2005, p. 97).

Argumentação sobre o conceito e os tipos de quilombo parece tão ampla quanto diversa, um dos problemas é que o termo quilombo nos livros didáticos de ensino fundamental e médio, de uma forma geral destaca o maior e mais famoso entre os quilombos do Brasil, o de Palmares, o que para nós não é problema, o problema é entender que Palmares soa como regra, sendo ele algo realmente singular. Se os quilombos recebiam negros de toda parte de África, índios e brancos aqui do Brasil, entendemos que ele nasce de forma heterogênea e complexa, de modo que fica complicado sintetizar. Creemos que essa informação deveria ser encontrada nos livros didáticos e de conhecimento geral, já que é também sabida a grandeza e importância da temática para História do Brasil e da América.

Nos exemplos de livros didáticos citados e em outros conhecidos por nós, e trabalhados em escolas, após definir que as fugas geravam ou poderiam gerar os quilombos, a sequência levaria ao Quilombo de Palmares, dando uma ênfase mostrando origem, localização, detalhes e a batalha para dizimá-lo. Como exemplo de quilombo o que se encontra é o mais destacado, o de Palmares, mesmo assim veremos que não há um consenso ao estudá-lo. A historiografia sobre Palmares traz, ao longo dos séculos, uma variada linha de descrições e conclusões que veremos alguns exemplos adiante.

2.2. As múltiplas faces de Palmares

Ainda que Palmares seja a referência de quilombo nos livros didáticos e no senso comum, na historiografia brasileira não existe um consenso acerca desta

temática. Adelmir Fiabani em Mato Palhoça e Pilão. O quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes [1532-2004] fez uma belíssima análise da evolução da historiografia com relação ao entendimento do Quilombo de Palmares, é desta obra que vamos nos valer para as próximas reflexões.

Desde que surgiu como fenômeno inerente à escravidão, o Quilombo vem sendo estudado pela historiografia, utilizando-se para tal, parte das abundantes fontes sobre a questão: toponímia; descrição dos viajantes; documentação do estado escravista-documentação provincial, municipal, policial, judicial etc. Lamentavelmente são ainda muito raros os estudos arqueológicos sobre os quilombos. Um dos fatores que dificulta este estudo é que, em geral, os quilombos ficaram conhecidos sobretudo quando de sua destruição. Cabe ao historiador a análise dos documentos e a leitura das intenções e informações que ficaram nas entrelinhas (FIABANI, 2005, p. 30).

Nos parece que as fontes destacam aqueles que foram invadidos pelo viés dos invasores, apenas, deixando um ponto de vista, entretanto constatamos que essa visão foi sendo modificada ao longo dos tempos, mesmo assim vale salientar que nos períodos Colonial e Império esta visão prevaleceu, mudando somente no século XX depois da primeira República que termina em 1930. Demonstraremos este processo começando por Gaspar Barleu (1564- 1648), que segundo Fiabani representa bem o que se escreveu sobre Palmares nos períodos de colônia e império, Barleu foi filólogo, historiador e renomado poeta de sua época, sendo “escolhido por Maurício de Nassau para escrever a história de seus feitos nos oito anos que administrou o Brasil holandês” (FIABANI, 2005, p. 38).

Nas palavras de Barleu os palmarinos seriam “salteadores e escravos fugidos, ligados numa sociedade de latrocínios e rapinas” O poeta em questão rasgou elogios a Rodolfo Baro, que organizou invasão à Palmares. “De certa forma, Barleu criou a regra de justificar os feitos das forças repressoras, desqualificando os quilombolas.” (FIABANI, 2005, p. 39). As ideias de Barleu são compatíveis com o pensamento de uma época em que era legalizada a escravidão, sendo justo e necessário o trabalho compulsório nas lavouras de cana. Dentro deste contexto entende-se que o filólogo latino conceituava os negros quilombolas de “perigosos, teimosos e estúpidos” e ainda “ladrões, salteadores evagabundos.” (FIABANI, 2005, p. 39). Vale destacar que ele também criticou aqueles que tinham repúdio pelo sistema escravocrata. Essa foi a tônica

durante o período colonial, e engana-se quem achar que no período imperial deram-se mudanças significativas.

Vejamos um historiador renomado até os dias atuais, o paulista Francisco Adolfo Varnhagem, (1816-1878) Patrono da historiografia do Brasil. Elogiou a destruição de Palmares, “a destruição de quilombos e a apreensão de cativos era um bom negócio e uma obra de civilização” (p.53). Para nós não soa como surpresa as conclusões do nosso patrono da historiografia, que aliás era militar, o que nos surpreende é que ele negou dados históricos para impor sua opinião sobre Palmares não ser capaz de ter um governo centralizado. “afastando-se da leitura historiográfica para engolfar-se plenamente na produção apologética e ideológica” (p. 52).

Adentrando no período republicano, a figura de Raimundo Nina Rodrigues entra na lista daqueles que destacaram Palmares. Nina estudou medicina na Bahia embora fosse do Maranhão. Completou o curso, curiosamente, no ano em que a escravidão foi abolida no Brasil, foi reconhecido como professor de Higiene e Medicina Legal. Mesmo tendo feito “investigações sobre a cultura das comunidades africanas e afro-brasileiras”, o professor renomado, “aderiu às teorias social-darwinistas deterministas raciais e eugenistas europeias” (p.54). Chamou Palmares de Tróia Negra, manteve-se na visão culturalista do quilombo concluindo: “[...] os negros de Palmares se organizavam em tudo equivalente aos que atualmente se encontram por toda África ainda inculta.” (p.57). Guiado pela eugenia, Rodrigues aponta os Bantu como povo mais atrasado entre os africanos, chamando-os de selvagens e brutos (p. 59-60). Vê-se que seja no século XVI ou XIX ou XX, antes da Eugenia e depois dela, o que se produziu sobre Palmares está permeado pelas ideologias distanciando-se das pesquisas históricas. Parece-nos que os fatores ideológicos parcializam a historiografia, gerando livros e mais livros repletos de visões por demais parciais.

A República Velha terminaria em 1930 com a chamada Revolução de 30, contudo, as mudanças na historiografia acerca de Palmares não sofreriam mudanças, qualitativamente, significativas, a ideologia eugenista ainda prevaleceria na academia. O exemplo a se examinar é o de Gilberto Freyre, nascido no mesmo ano que Anísio Teixeira, 1900, pernambucano de Recife, antropólogo e Sociólogo, lançou Casa grande e Senzala em 1933 que o serviu de dissertação nos Estados Unidos da América. Em 1936, Freyre publica **Sobrados e**

Mucambos, continuação do seu clássico Casa Grande e Senzala.

Defensor da superioridade racial e cultural do colonizador, Freyre definiu o passado escravagista brasileiro como “um quase paraíso tropical de relações harmoniosas entre escravizadores e trabalhadores escravizados.” (p.60). O chamado mito da democracia racial respirou em quase todo século XX e ainda chega ao tempo de hoje. Seu viés político permeou sua escrita de forma contundente: “De forma geral, Freyre desconheceu a resistência do cativo à escravidão. Numa das poucas referências à confederação dos Palmares propôs leitura fantasiosa sobre ela, vista como comunidade parassocialista no interior de Alagoas, Freyre abominava o socialismo” (p.61). Como havíamos sugerido sobre mudanças significativas nas inferências de Freyre, percebemos que ao menos aconteceram mudanças, Ele aponta relações aprazíveis entre escravizadores e escravizados e fantasiosamente destaca uma organização voltada para o socialismo em palmares.

Citaremos agora as primeiras mudanças, que julgamos significativas, na historiografiabrasileira, seria no século XX através do historiador Édison Carneiro em 1947, este rejeitaas inferências de Nina Rodrigues sobre a inferioridade racial e classifica o quilombo como

Um fenômeno contra aculturativo, obra, sobretudo, dos africanos. Admitiu a heterogeneidade, as trocas, a escravidão na confederação do Palmares, o trabalho em pequenas propriedades. Foi o primeiro historiador a reconhecer o trabalho da mulher quilombola. . . Reforçou o papel do quilombo como desbravador de fronteiras e qualificou Palmares como estado negro. (FIABANI, 2005, p.75).

As mudanças ocorridas no meio do século XX também trazem marcas ideológicas na pesquisa histórica e produção da mesma. O quilombo de Palmares depois de séculos sendo demonizado, marginalizado, inferiorizado passa a receber um outro olhar nesta metade de século. Antes de 1964, ano do golpe que levou os militares ao poder, dois nomes irrompem para dar novos ares ao debate historiográfico dos tão malogrados quilombolas em Alagoas. Um veio do Oeste da França o outro do Nordeste brasileiro, o primeiro é Benjamin Peret que chegou ao Brasil no fim da década de 20, fim de década que revelava ao Brasil Clóvis Moura.

O francês aderiu ao Surrealismo, o brasileiro à sociologia, tinham em comum o envolvimento no Comunismo, o que incluiria em seus escritos o marxismo, mas também o apego às fontes históricas e não opiniões apenas. Ambos

vão apontar Palmares como Luta de classes (FIABANI, 2005, p. 80-88). Peret: “constituiu um apelo implícito à emancipação dos negros, mas esse apelo resultava da oposição que apresentava com a escravatura” Sobre a questão da liberdade “Lembrou que os trabalhadores escravizados não criaram projeto único a todos os oprimidos, não passando da salvação individual ao estágio da salvação coletiva” (p. 84). Moura “rompeu com a historiografia tradicional ao ressaltar o caráter escravista da antiga formação brasileira, o que foi definitivamente revolucionário” (p. 88). Moura trazendo à baila o passado brasileiro deu aos ares da historiografia caráter de vento. Daí para frente a toada foi diferente.

A década de 60 e 70 será marcada por nomes que segundo Fiabani, deram eco ao pensamento de Peret e Moura, haviam muitos pontos em comum visto que muitos marxistas surgiram, destacando a luta pela liberdade e suas dificuldades e não a selvageria, ou brutalidade dos palmarinos. Emília Viotti, Luiz Luna, Décio Freitas entre outros escreveram nas décadas de sessenta e setenta com esta perspectiva. Aqui será o nosso limite na observação da historiografia brasileira em torno do Quilombo de Palmares. A obra de Fiabani segue até 2004 com os remanescentes de quilombos. Mato Palhoça e Pilão configura para nós uma fonte de boa e rigorosa pesquisa no tocante ao tema estudado aqui.

Importante para nós destacar que o quilombo que serve de referência para a história do Brasil nos livros didáticos está cercado de tantas interpretações definições, ambiguidades. Concluímos que seria improvável ter uma definição simplificada de um dos quilombos mais estudados, por tanto, não poder-se-ia ter da própria instituição Quilombo.

Entre todas as definições com relação ao termo quilombo, deixamos por último aquelas que nos pareceram melhor contextualizadas:

A expressão quilombo vem sendo sistematicamente usada desde o período colonial. Conforme pesquisa pioneira elaborada por Lopes, Siqueira e Nascimento (1987, p. 27-28), “quilombo é um conceito próprio dos africanos bantos que vem sendo modificado através dos séculos” [...] Quer dizer acampamento guerreiro na floresta”, sendo entendido ainda em Angola como divisão administrativa.” [...] Já outro autor, Birmigham (1974), sugere que o quilombo se origina na tradição Mbunda através de organizações clânicas e que suas linhagens chegam até o Brasil através dos portugueses. Lopes, Siqueira e Nascimento (1987) identificam na tradição popular muitas variações no significado da palavra quilombo, ora associado

a um lugar: “quilombo era um estabelecimento singular”, ora a um povo que vive neste lugar; “as várias etnias que o compõe”, ou a manifestações populares, “festas de rua”, ou ao local de uma prática condenada pela sociedade; “lugar público onde se instala uma casa de prostitutas”, ou a um conflito: uma “grande confusão”, ou a uma relação social: “uma união”; ou ainda a um sistema econômico: localização fronteiriça, com relevo e condições climáticas comuns na maioria dos casos.

De fato definir quilombo é complicado, nos parece que esta é a maior característica que se nota ao tentar estudá-los, a sua complexidade. Entendemos que poderíamos mergulhar no conceito tão diverso, antes dele chegar ao Brasil. Kabengele Munanga faz uma pesquisa linguística para buscar as raízes do quilombo em África, encontrando definições básicas como “Sociedade Guerreira”, “associações de homens” ou ainda

Os imbangala ou jaga tiveram um papel notável na formação do *kilombo* amadurecido. Os seguidores de Kinguli, de origem lunda, rejeitaram a sua liderança, considerada muito opressiva, e adotaram como novo aliado a sociedade guerreira de iniciação quilombo, trazida pelos imbangala.(...) A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem. (...) O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angolacentral e ocidental. (MUNANGA, 1996, p. 60).

O autor que tem um pé na África e outro no Brasil adentrou no universo linguístico para nos trazer com propriedade essas nuances sobre o conceito. Mais adiante Munanga traz a origem do quilombo alinhado ao transculturalismo, como uma estrutura que já em seu começo mostra-se plural, complexo, e que ao analisarmos no Brasil continuaria essa tradição de não ser algo heterogêneo. Apesar de o quilombo ser um modelo bantu, creio eu que, ao unir africanos de outras áreas culturais e outros descontentes não africanos, ele teria recebido influências diversas, daí seu caráter transcultural (p. 63).

Este traço transcultural nos remete, para terminar este debate sobre Quilombo, ao trabalho de doutorado de Flavio Gomes, onde ele destaca que desde o primeiro combate a Quilombos em 1575 passando por todo período escravocrata de quase 400 anos no Brasil, os quilombos eram como A hidra, da mitologia grega, que ao se cortar uma cabeça nasciam mais duas (GOMES, 1997, p. 36). Dentro do Brasil,

essa definição que é título de sua tese de doutorado e que vira livro, muito nos atraiu. Dentro deste debate ele aponta as relações internacionais dos quilombos brasileiros, ou melhor, em solos do Brasil que transbordam as bordas de suas fronteiras, e que de forma interessante abrigou homens livres da marinha britânica.

Em 1849, o comandante militar do Alto Amazonas informava que os cativos das fazendas locais podiam estar entrando em contato com os “pretos e mestiços de Demerara [que] se acham sublevados contra o Governo da Guiana Inglesa”. Cinco anos antes o comandante do Forte Tabatinga denunciava que os fugitivos escravos estavam atravessando a fronteira com a “republica peruana”. Dizia-se o mesmo a respeito da Venezuela. Quilombolas, mestiços, “homens livre de cor” — sendo a maior parte de ex-cabanos indígenas e regatões estavam espalhando e reinventando suas tradições de liberdade, nas quais podiam estar inseridas danças e cantos como o CAHOUGUE da Guiana Francesa. Pode parecer incrível mais entre eles havia até mesmo ex-marinheiros ingleses que tinham abandonado seus navios nos Portos paraenses e se juntado aos “Rebeldes” no “tempo da Malvadeza”, como era chamado o período da Cabanagem. (GOMES, 1997, p. 30).

Inferimos que desde o primeiro combate aos Quilombos em 1575, estes ataques ainda não cessaram mesmo tendo passado mais de um século pós-abolição da escravatura no Brasil. No século XVI, XVII, XVIII, XIX o inimigo dos Quilombolas seria o Estado, o povo negro que resistia à escravidão e que se aquilombava estava fora da lei, eram criminosos ferozes e deveriam ser combatido com toda força possível. Após a abolição da escravatura este povo não mais seria fora da lei mas nos parece que o inimigo continuou o mesmo. Como iremos repetir neste trabalho: O Estado passou então a ajudar o povo de Quilombo com braços de Tiranossauro Rex e a ataca-los com a bocarra deste notável predador do período Cretáceo. Nesta dissertação, após apresentação referente à escravidão e à Palmares vamos falar sobre histórico das Comunidades em um contexto geral, também de Terra para depois chegarmos ao exemplo da extinção da Comunidade de Riacho das Pedras, na Bahia, que nos inspirou a pesquisar e apontaremos o Estado como principal responsável numa demonstração do racismo estrutural, daremos exemplos de outras Comunidades que também compartilham dos mesmos males patrocinados pelo Estado. Apesar de priorizarmos aqui as querelas geradas a partir da construção de barragens citaremos também os quilombolas de Alcântara que passam por sérias crises desde o fim dos anos oitenta e estão passando nos dias de hoje, com relação às pressões do governo do presidente Jair Bolsonaro, pressões sobre a remoção de famílias, mesmo diante da pandemia da COVID-19.

3. A TERRA. EXISTIR-RESISTIR

Por resistir muito, os negros trazidos de África ainda existem neste país. Para refletir sobre essa resistência faremos uma discordância e ao mesmo tempo um convite para uma reflexão sobre o uso do termo Remanescente de Quilombos. O incômodo chegou a tal ponto que decidimos externar aqui. Para essa discordância reflexiva usaremos como fonte uma mulher que nos inspirou neste desabafo: Iremos usar o corpo das palavras para buscar o caminho da alma e tentar interpretar as maravilhas e delícias históricas e poéticas de Beatriz Nascimento, Nordestina, historiadora, ativista, poeta amante das palavras e da luta, tanto que fez delas, as palavras, sua arma, tal qual Xangô com seu machado, desejou e lutou por justiça e igualdade e sobretudo por liberdade. Mulher forte e guerreira que de tanto lutar foi morta covardemente numa cena carregada de ódio misógino. Cinco tiros calaram a boca desta mulher mas não suas palavras, estas bailam entre as ondas sonoras de suas falas trazidas em Ori, um documentário fantástico de Raquel Gerber, que traz um pouco do olhar intenso de Beatriz. Suas palavras estão ainda brilhando na belíssima obra de Alex Ratts em “Eu sou Atlântica”, também em “Ôri e Memória: o pensamento de Beatriz Nascimento” de Rodrigo Reis, entre tantos outros escritos que referenciam e homenageiam esta potente ativista. Destacamos estes três pois eles serão nossos principais guias nesta nossa escrita. As palavras de Beatriz Nascimento carregam beleza e força ao mesmo tempo, feito Oxum que no som das águas Nascimento pode ser doce e calma como numa Nascente, também rápida e forte tal qual uma cachoeira. Beatriz questiona, teima, rompe, cresce, atravessa quem entre em contato com sua obra. Desde as primeiras palavras que dela ouvimos já nos foi provocada uma inquietude, uma vontade de mudar, brigar, transgredir, duvidar.

É importante ver que, hoje, o quilombo traz para gente não mais o território geográfico, mas o território a nível de uma simbologia. Nós somos homens. Nós temos direitos ao território, à terra. Várias e várias e várias partes da minha história contam que eu tenho o direito ao espaço que ocupo na nação. E é isso que Palmares vem revelando nesse momento. Eu tenho o direito ao espaço que ocupo dentro desse sistema, dentro dessa nação, dentro desse nicho geográfico, dessa serra de Pernambuco. A Terra é o meu quilombo. Meu espaço é meu quilombo. Onde eu

estou, eu estou. Quando eu estou, eu sou. (ÔRÍ, 1989). Esse trecho que encontramos no artigo de Rodrigo Ferreira dos Reis, Ôri e Memória: O pensamento de Beatriz Nascimento, foi o primeiro corte que ela proferiu em nossas almas, ficamos pensando que depois desta inferência tão dura e poética demoraria para se poder definir o que é um Quilombo.

Após leituras e conversas entendemos que se pode analisar o histórico da palavra Quilombo como a própria Beatriz o fez. Pode-se também analisar o quilombismo no Brasil e chegar a várias conclusões como já se sabe, porém ao se pensar os quilombos pós-abolição não tivemos um minuto de paz, era como se Beatriz soprasse em nossos ouvidos: Questionem! Duvidem! Proponham! Remanescentes de Quilombo? Não. Aqui começou nossa vontade de travar este combate de paz e reflexão. O questionamento do termo Remanescente Quilombola.

Vamos começar com uma expressão usada por Beatriz, que marcará nossa cami-nhada nesta estrada que começa: O “não lugar” (ORI, 1989, p. 11).

Para Beatriz, o “não lugar” é onde foram colocados os negros brasileiros em nossa história e na história do ocidente: uma forma de silenciamento. Esse apagamento históricorebrilha em nossa historiografia, bem como em veículos de mídia, novelas, filmes etc. Uma visão eurocêntrica que desconsidera a contribuição do povo negro para os moldes sociais deste país. Nesta direção reflète Nilma Lino Gomes O Movimento Negro em a intelectualidade negra descolonizando os currículos:

“Maldonado Torres (2007) discorre que o colonialismo se manteve presente em todoo processo de construção da sociedade moderna e democrática e, como a colonialidade, sua derivada, “ainda se mantém viva em textos didáticos, nos critérios para o bom trabalho acadêmico, na cultura, no senso comum, na autoimagem dos povos, nas aspirações e em muitos outros aspectos de nossa experiência moderna” (2007, p. 131).

Nesta dissertação vimos quão distante estão alguns conceitos sobre Quilombos do que realmente eles foram. Essas querelas que estão presentes nos dias atuais nos incomodam, sentimos a necessidade de lutar, ou ao menos questionar. Os conceitos que encontramos com mais facilidade são vagos e generalizadores, são eles que chegam, em geral para o povo brasileiro, mantendo dessa forma o pensamento colonialista dominador, como uma marca que insiste

em não sair por mais que se lave, se bem que deveremos nos esforça e lavar com mais força e habilidade na esperança que dessa marca nos livremos mesmo que para isso as mãos sangrem. Destes “equivocos propositais” vindos de intelectuais em seus tempos vai se alimentando a estrutura racial de nosso país, a ignorância é farto alimento para o racismo e o colonialismo nosso de cada dia.

“Inspirada em Maldonado Maldonado Torres, afirmo que o racismo nas Américas e, especificamente, o racismo ambíguo brasileiro é um dos pulmões por meio do qual se exalaa colonialidade e o colonialismo presentes no imaginário e nas práticas sociais, culturais, políticas e epistemológicas brasileiras.” (Nilma Lino Gomes *apud* Torres, 2007, p. 249)

Acreditamos que Nilma Lino Gomes com uma forte metáfora usou a força cortante que habitualmente se encontra em Beatriz, precisamos livrar nossos pulmões deste maldito enfisema, deste câncer corrosivo. O racismo tranca as possibilidades de justiça e de equidade.

Embebidos do pensamento de Beatriz neste momento, ficamos com a faca das palavras nas mãos. Temos acima ao falar de Quilombos: a superficialidade prática do Estado, temos a vontade histórica de pesquisadores, mas nos falta dentro da História citada um pouco de memória, a memória do povo que está sendo estudado. Da forma que mostramos e que encontramos frequentemente parece algo de fora para dentro. O Estado dizendo o que é um Quilombo, pesquisadores dizendo o que é um Quilombo... Como se via o próprio escravizado fugido e que vivia em comunidades negras na escravidão? Ele se via quilombola no colonialismo? Quando ele se viu assim? Apreciamos outra definição de Quilombo, uma que viesse de sua raiz, não apenas das folhas, definição cheia de memória e história, antes dele chegar ao Brasil uma que Beatriz compartilhou que e vamos trazê-la pro debate, traremos as ideias de alguém com um pé na África e outro no Brasil. Kabengele Munanga faz uma pesquisa linguística para buscar as raízes do quilombo em África, encontrando definições básicas como “Sociedade Guerreira”, “associações de homens” ou ainda

Os imbangala ou jaga tiveram um papel notável na formação do *kilombo* amadurecido. Os seguidores de Kinguli, de origem lunda, rejeitaram a sua liderança, considerada muito opressiva, e adotaram como novo aliado a sociedade guerreira de iniciação quilombo, trazida pelos imbangala. (...) A palavra quilombo tem a conotação de uma associação de homens, aberta a todos sem distinção de filiação a qualquer linhagem. (...) O quilombo amadurecido é uma instituição transcultural que recebeu contribuições de

diversas culturas: lunda, imbangala, mbundu, kongo, wovimbundu, etc. Os ovimbundu contribuíram com a estrutura centralizada de seus campos de iniciação, campos esses que ainda se encontram hoje entre os mbundu e cokwe de Angola central e ocidental. (MUNANGA, 1996, p. 60).

Quando estamos falando de Quilombos no Brasil precisamos deste passo para trás que deu Munanga, os Jaga guardados em nossa ancestralidade resistiram para existir, fizeram o que precisaram para sobreviver, sem pensar em rótulos ou conceitos. A nossa origem Quilombola está lá em África, África grande, plural e singular, é esta África que Munanga atrela ao significado de quilombo no Brasil usando um termo que muito ajuda a entender a temática: “transcultural”

O Ser que foi traficado de África para o Brasil e, ou, nasceu escravizado aqui, reagiu à condição imposta, de diversas formas e uma delas foi a fuga para as matas ou outros coitos. Seria então este o Ser Quilombola. Uma vez agrupado, situado e livre do sistema que o escravizou, múltiplas realidades foram sendo construídas baseadas nas diversas misturas das diferentes etnias, a não aceitação do cativo os unia. Este Ser, agora livre, não pode retornar para sua terra mãe, nem deseja voltar para terra onde era cativo, tem em sua frente um novo mundo, a nova realidade e a terra de onde nasce essa realidade é seu Território, de onde seus descendentes poderão gozar de liberdade. Não era a África, mas renascia ali um Ser livre, disposto a lutar para continuar assim. Assim nos grita Beatriz.

Os Quilombos ainda são pensados com o olhar muito estrangeiro, europeu, vistos como um produto brasileiro gerado por europeus, mas podemos ser por um instante um tanto Beatriz Nascimento em Ôri, e labutar com outras perspectivas. Não é o encontro do Tejo com o Atlântico que faz o Quilombo... Não é o Ocidente encontrando o Oriente. O Oriente engendra os Quilombos. Quando Gagarin viu a terra de cima, ele a viu azul, não é desta terra que vem os Quilombos é de outra, uma terra preta “uma terra que é terra”. Uma terra dos Jaga, Imbangala, Kassange, estes empreharam outras terras gerando aqueles chamados Urubus, Palmarinos, Tupins Andaraís e tantos outros. E todos tantos outros Quilombos que carregam inexoravelmente, em seu sangue, o fluxo contínuo do exílio diaspórico.

É de dentro desta ceara tão vasta e complexa que brota a efervescente fonte cha-mada Quilombo, porem pode-se complicar mais quando falamos do que ele foi transformado após abolição. Um fenômeno político-temporal delicado de entender. Amanhecer do 14 de Maio de 1888, os aproximadamente 10% dos

negros ainda escravizados estão livres. O que fazer? Negras e negros que se escondiam momentaneamente, negros aquilombados, estariam ante a lei, livres. É difícil imaginar tal acontecimento e as reações dos cativos, porém não é difícil imaginar que essa liberdade seria como aquela expressão “não lugar” neste caso quem vem de um “não lugar” obtém o título de “quase livres” que para nós é muito arriscado, temeroso, semelhante à liberdade que raiou no Sul dos EUA pós Guerra de Secessão de 1861-1865. Uma liberdade recheada do mais duro e vil racismo. Aqui foi um molde semelhante que transcorreu na República Oligárquica que por certo não incluiu os negros e dificultou ao máximo sua luta por inclusão. Então, se Quilombo é a busca pela liberdade negada, agora ela é um direito, inda que superficial e ralo, neste caso não precisaríamos, teoricamente de Quilombos, e os estudiosos que não estavam aquilombados e nem estiveram, vão estudar e entender que aquela estrutura fez-se anacrônica, obsoleta carecendo de novo conceito, nova explicação como tanto gosta as Ciências. O que viria então seria o termo Remanescentes de Quilombos.

Nos inspiremos em Beatriz, “sejamos” Ela na busca do Ori. Se para ela o fundamento do Quilombo é a terra, podemos pensar na terra como mãe primeira, como raiz profunda, início e fim de nossa passagem nesta vida. Na palavra Orixá, Ori quer dizer guia, a palavraguia suscita a ideia de conduzir, levar, o que parece também algo que parte do presente para o futuro, pois quem guia alguém guia de um ponto para outro, ou outros. Mais uma vez “Beatrizando” as coisas, vamos pensar Ori dentro da palavra origem, desta forma iremos ao começo, A **origem**, palavra deliciosa de se falar e de se pensar, soa como manta cíclica de começo e fim, nós e a terra, viemos dela e voltaremos para ela. Nós vivemos os anos que temos para viver e parece que queremos entender o que somos como se procurássemos o tempo todo nosso começo para entender o meio e aceitar o fim. Origem suscita o simples, se começa geralmente do simples, como uma criança que aprende a engatinhar, andar tropeçadamente e caminhar levemente e quem sabe correr com o vento, na matemática que encontramos com números simples, manipulamos para saber o que vem depois do símbolo de igualdade (=) depois as equações e inequações emergem repletas de letras e o que está depois do Igual (=) aparece antes de tentarmos resolver. A Origem do ser humano nos fala muito sobre sair do simples pro complexo. Entendemos que nestes e outros exemplo evoluímos do simples para o complexo e depois o complexo fica simples: eis sua espiral cíclica. Para

quem engatinhava correr parecia complexo e com o tempo se tornaria comum. Para quem estudou matemática a equação desvendada em fórmulas se torna comum. O ser humano que disputou carniça com poderosos predadores no Paleolítico hoje vai ao supermercado. Se analisarmos o presente e o Paleolítico o presente parece complexo, mas é ao mesmo tempo, simples, bem como é simples irmos a um tipo de mercado para comprar o que comer, e assim vai... A origem é também o fim.

“Exu é o deus da contradição dialética.” Eis que esta fala de Abdias do Nascimento no documentário já citado, Ôri, faz juz ao que colocamos logo acima bem como nossa escrita deste trabalho que continuaremos, agora focando no termo Remanescente.

Significado de Remanescente. Adjetivo. Aquilo que remanesce, que sobra ou resta; restante, excedente: água remanescente da enchente. Que sobrevive ou não deixa de existir; sobrevivente, derradeiro: etnias remanescentes de guerras coloniais. Substantivo masculino O que fica do todo após a retirada de uma parte; resto, sobra, sobejo: depois de beber o refrigerante ainda tinha gelo remanescente no copo. Pessoa que permanece depois do fim de algo; quem sobrevive.³

Afirmado que Remanescente vem de “remanescer” que quer dizer “restar”, “sobrar”. Quilombola vem de quilombo que significa “refúgio de escravos fugidos”. Nesse âmbito entendemos que pensar as duas palavras em destaque seria remetermo-nos a alguns distintos espaços de tempo: passado e presente. Se existem os remanescentes, aqueles que restaram, este termo soa como algo pejorativo, afinal, o que sobra parece que não foi desejado como os restos, absolutamente afirmamos que não gostamos deste termo. Precisamos fazer um esforço para buscarmos algo positivo nesta questão. Nos esforçamos para pensar que remanescer é ficar, resistir, como ficou algo de nossas mães e pais em nós e ficou ou ficará algo de nós em nossas filhas e filhos. Nossa história vem de outras histórias... Aqueles que remanesceram, que sobreviveram às intempéries históricas e às mazelas do tempo, estes fizeram e hoje fazem com suas criações e recriações culturais, parte do tempo de agora, o presente, oriundos de um tempo distante, o passado, em que foram considerados fugitivos, foras da lei, selvagens, em suma: Quilombolas.

Na verdade, não queremos fazer esforço para pensar em algo bom ao nos

³ Disponível em: <https://www.dicio.com.br/remanescente/>. Acesso em: 21/07/21.

depararmos com um conceito ligado ao nosso povo, a nós negras e negros. Não entenda, quem estiver lendo, nossa atitude como empáfia, arrogância ou coisa do tipo, é apenas um incômodo sentido ao estudar tanta opressão a este povo, é vontade de mudar o que achamos que tá errado, é me permitir destilar um pouco de rebeldia em homenagem a uma pessoa que tanto nos inspirou nesta reta final do Mestrado: Beatriz Nascimento. Temos percebido nestes últimos tempos uma luta para eliminar um pouco do ranço do colonialismo, debates acerca de termos como Denegrir, Criado mudo, Meia tigela, entre outros. Entendíeis estes debates até porque estas palavras são carregadas de racismo em sua origem, a origem, precisamos cuidar dela, e estamos, ao trazer estes debates com relação aos termos citados. Estátuas de homens que outrora foram homenageados e que são derrubadas para não refletirem o escravismo e o colonialismo, pássaros que tiveram nomes mudados pelos mesmos argumentos que levaram as estátuas ao chão.

Não queremos discutir se derrubar estátuas ou trocar nomes de pássaros está certo ou não, mas notamos nesta discussão a insatisfação, o descontento com este contato com o escravismo. Quem está lutando por isso não quer atribuir positividade e lisonjeio a quem escravizou e colonizou. Nós partimos deste descontentamento com a palavra que nos define, enquanto descendentes de negros escravizados. Quilombo é uma palavra tão africana e bela e forte, que não gostaríamos de usar o termo Remanescente junto dela, ao menos, quando formos qualificar, nomear o povo Quilombola de hoje. Não estamos querendo desintegrar a palavra remanescente, só não queríamos vê-la sendo usada junto da palavra Quilombola para designar o atual povo de Quilombo.

Vamos apontar agora o que a lei do final do século XX definiu sobre os povos que continuaram vivendo nos Quilombos, lei esta que abrilhanta a Constituição de 1988, carta que por ser feita num período pós Ditadura Militar traz a marca das liberdades democráticas, ao menos, na teoria. Em nossa concepção, o país finalmente abriu os olhos para a diversidade cultural e étnica que estampava nosso território, o que nos parece óbvio, europeus chegam no século XVI e encontraram os povos nativos, incontáveis. Daí para frente não parou de chegar gente da Europa e Ásia, entretanto um outro povo também foi trazido para estas terras, os africanos, aos milhares, já no século XIX outros milhares de europeus também chegaram, de modo que a diversidade seria inevitável, mesmo assim

nossa constituição, dita democrática, para ser como foi, precisou do esforço do Movimento Negro, e organizações internacionais como a (ONU) e a (OIT) para que o resultado não fosse pior. para tanto devemos. Finalmente o Estado resolveu pensar na possibilidade de igualdade aos desiguais, entre esses desiguais estavam os Quilombolas.

Segundo a Constituição Federal: Ato das Disposições Constitucionais Transitórias **Art. 68**. Aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos.

Este texto acima é bem direto e objetivo. O problema é a parte final que afirma ser responsabilidade do Estado emitir os títulos respectivos. Tomemos um pouco de ar para fazer um esforço de memória em busca do empenho do Estado para com o povo negro e com os povos originários do Brasil. Na verdade não temos espaço aqui para tal debate, façamos uma síntese começando pela luta desesperada de nosso país manter a escravidão mesmo diante de mais de 80 anos de pressão da Inglaterra, das leis assinadas em benefício deste povo como a Lei de terras, 1850, Lei do Ventre Livre, 1871 a Lei dos Sexagenários, 1885 e até a Lei Áurea, em 1888, isso para pensar o século XIX. O século XX, foi o século de lutas para que o povo negro pudesse se ver como povo negro, ter sua própria identidade e gozar de suas plenas liberdades. Travou-se inúmeras lutas entre Quilombolas e a justiça brasileira, lutas pelas terras que já eram deles. Depois da Constituição as lutas não pararam, Alcântara no Maranhão briga desde a década de 80 por seus títulos mas recebe o contrário: perda de território e ameaça de remanejamento do povo em plena pandemia de Covid-19. Não citaremos mais exemplos para não fugir mais da argumentação. Mas entre as migalhas que o Estado brasileiro oferece para combater os males que nos assola existe um abismo estratosférico.

Não sabemos se outro termo deveria ser utilizado, entendemos que Remanescentes não é adequado, tanto pelo significado intrínseco no corpo linguístico quanto pelo que ela representa frente à realidade que os negros enfrentaram antes e depois da abolição. Não remanescemos porque ainda somos Quilombolas, parece um passado se repetindo sem parar, mudando nomes, lugares e intensidades, mas ainda necessitamos de Quilombos para fugir, para resistir e tentar existir de forma mais livre. Em Ôri, a Escola de samba Vai Vai surge como um Quilombo, assim ela é tratada. Parece-nos que em pleno século XX

negras e negros ainda buscavam refúgios, na Escola de Samba, num Teatro de Negros, num show de Soul Music, lugares de refúgio físico e da alma, refúgios que abrigavam e permitiam as negras e negros serem eles mesmos, nesta luta de buscar ser quem se é realmente, mesmo sabendo não poder sempre sê-lo. Rejeitavam o que lhe foi imposto, o “não lugar” silenciado e vilipendiado. Esses Quilombos do século XX parecem

(...)“contribuir para ampliar a ideia de lugares de memória, pois, como ela mesma propõe, se não há mais o território, uma África que já não existe e uma terra que temata, o que nos resta é o corpo e, portanto, o corpo é território, o corpo é quilombo. Ou seja, o corpo negro para Beatriz Nascimento é o próprio lugar de memória”. (REIS, 2020, p. 10).

Esta fala nos parece mais coerente, plenamente coerente. Não há liberdade do Povo negro, o que há é a luta, as senzalas são as favelas, os troncos são as cadeias, não faltam candidatos a feitores e capitães do mato. O estado mudou, deixou de ser o opressor explícito e passou a ser o falso protetor, que tendo em mãos a possibilidade de escolher quem morre faz uso deste poder negligenciando saúde, educação, moradia, entre outros direitos. Inferimos que desde o primeiro combate aos Quilombos em 1575, estes ataques ainda não cessaram mesmo tendo passado mais de um século pós-abolição da escravatura no Brasil. No século XVI, XVII, XVIII, XIX o inimigo dos Quilombolas seria o Estado, o povo negro que resistia à escravidão e que se aquilombava estava fora da lei, eram criminosos ferozes e deveriam ser combatido com toda força possível. Após a abolição da escravatura este povo não mais seria fora da lei mas nos parece que o inimigo continuou o mesmo, apenas disfarçado. O século XXI rebrilha nas veias do tempo fluido. Onde estão os novos Quilombos? Onde podemos nos aquilombar? Escritoras e escritores negros ganham cada vez mais espaço, este que nos foi negado. O pensamento negro dito pelo negro, e não por quem o perseguiu.

As Comunidades chamadas Remanescentes continuam lutando, seus membros sendo silenciados, suas histórias encobertas por águas de barragens, por lama de enchentes, por falta de educação, saúde ou por balas “perdidas” que preferem pretos peitos. Percebemos que o nosso passado ainda corta nossa pele, e haja força e luta para contrariar a teoria do Capital Cultural de Pierre Bourdieu.

Os Quilombos resistiram à escravidão, criaram e recriaram formas de viver sobre este planeta, refizeram suas conexões com o corpo mãe da terra,

modificando-o, tirando dele seu sustento. Os Quilombos não estavam apenas isolados como já foi dito aqui, ao contrário, mantinham ligações econômicas e com vasta comunicação com as vilas e cidades. Os que são chamados de Remanescentes ainda resistem e lutam contra a negação de sua existência, lutam pela preservação de sua cultura, lutam contra os racismos e outras estruturas que lhes são degradantes, ao nosso entender, ainda são quilombos, mas em outro tempo. Eram excluídos na condição de escravos, hoje são excluídos na condição demarginalizados.

Parece que o tempo passou mas ser Quilombola nos dias atuais ainda é resistir.

“Ser quilombola ééé/ aa resistência... primeiro tem que ter a resistência, porque quem não resistiu não chegou a ser quilombola... para ser quilombola resistimos todo esse sofrimento... toda essa discriminação desde do/ do descoberta, quando os bandeirantes chegaram, quando segregaram os negros, foi muito sofrido para os nossos antepassados, agente não sabe dizer se foi Antônio, José, Maria só sabemos que isso existiu, mas estava ali escondido em uma região depois chega um grupo que obriga você trabalhar como escravo de umas pessoas diferentes de você e depois você não ter direito nem de repousar, de pernoitar uma noite naquela vila que você trabalha porque você é inferior aquele povo se você ficar, você suja, você mancha, foi muito sofrido para nosso povo. Está em Mato Grosso trabalhando o dia todo em horário escravista é um horário duro de sol a sol, de claridade a claridade, quando se enxerga trabalha e quem, e quem é errado no outro dia ainda tem o castigo da noite, então subia e descia todo dia 8 km de serra para lá e para cá e tinha que dormir na senzala para não acontecer de sujar a raça branca..., a segregação foi ai, para não sujar a raça, para não ter uma mancha na raça, o branco era puro e o negro era impuro, não tinha alma, era um animal de trabalho, animal de carga, trabalhava a troca de roupa e comida, então quem quem desse uma falha durante o dia perdia a comida, ficava o dia trabalhando e ainda tinha o castigo de não comer, de não comer... era bem difícil viu. (EUGÊNCIA, 2013)⁴

Não remanesecemos dos Quilombos do Brasil colonialista, ainda somos estes Quilombos, em outros tempos. Os antigos Quilombos do povo Jaga estavam em África, os Quilombos criados aqui, nesta vasta dimensão de terra não deixaram de sê-los por causadas distâncias geográficas ou de tempo, assim somos, o tempo passou, as coisas estão mudando mas continuamos resistindo nas terras sagradas que foram Quilombos na Colônia e no Império ou em outras terras quaisquer, o racismo está na estrutura do Brasil e onde houver um negro haverá a marca da cor da pele, e a necessidade de lutar por um e por uma coletividade. Desta forma, daqui pra frente, nesta Dissertação, o termo Remanescente Quilombola,

⁴ Entrevista feita com Carmo Joaquim da Silva, Comunidade da Barra, Rio de Contas, Bahia, em 18 de fevereiro de 2013.

aparecerá quando for uma citação ou em momentos onde não houver outro meio. Beatriz do Nascimento disse que o corpo era Quilombo. Nós dizemos Beatriz é um Quilombo e nós somos Beatriz do Nascimento.

3.1. Os quilombos da atualidade

Nos países americanos onde houve o Sistema Escravocrata percebe-se que a distribuição dos Quilombos não se deu de forma íntegra e sim em partes específicas. No Brasil a situação é completamente diferente, houve escravidão em todas regiões do país e onde houve escravidão os Quilombos existiram.

Em 1819, Minas Gerais detinha 15,2% da população escrava do país (contra 13,3% da Bahia, 12% do Maranhão e 8,8% de Pernambuco). Essa liderança se ampliou, atingindo 24,7% no Censo do Império, em 1872 (contra 19,8% do Rio de Janeiro, 10,9% da Bahia e 10,1% de São Paulo), e chegando a 26,5% do total de escravos brasileiros na última matrícula da população servil, em 1887 (contra 22,5% do Rio de Janeiro e 14,8% de São Paulo). Em 1831, 34% dos domicílios mineiros possuíam escravos (com plantéis de 1 a 5 indivíduos em 2/3 desses domicílios). Em 1862, mais de uma década depois da extinção do tráfico internacional e já bem perto da abolição, 25% dos domicílios da província ainda eram detentores de cativos (MARTINS, 2004 apud CARDOSO, 2014).

Se entendermos isso, podemos concluir que a lei que oficialmente declara o fim da escravidão no Brasil foi assinada em 13 de Maio de 1888, logo, Todas as pessoas aquilombadas passam a ser, oficialmente livres. E as sequelas da abolição? Como foi essa liberdade no vindouro século XX? Essa liberdade é realmente frágil e precária, mas isso é outro debate. Vamos apontar agora o que a lei do final deste século definiu sobre os povos que continuaram vivendo nos Quilombos, lei esta que abrilhanta a Constituição de 1988, carta que por ser feita num período pós Ditadura Militar traz a marca das liberdades democráticas, ao menos, na teoria. Em nossa concepção, o país finalmente abriu os olhos para a diversidade cultural e étnica que estampava nosso território, o que nos parece óbvio, europeus chegam no século XVI e encontraram os povos nativos, incontáveis. Daí para frente não parou de chegar gente da Europa, entretanto um outro povo também foi trazido para estas terras, os africanos, aos milhares, já no século XIX outros milhares de europeus também chegaram, de modo que a diversidade seria inevitável, mesmo assim nossa constituição, dita democrática, para ser como foi, precisou do esforço do Movimento Negro, e organizações internacionais como a (ONU) e a (OIT) para que o resultado não fosse pior. Para tanto devemos. Finalmente o Estado resolveu pensar na possibilidade de igualdade aos desiguais, entre esses desiguais estavam os Quilombolas.

Num artigo de Ubiraneila Capinan e Lídia Cardel, produzido em 2011, O

quilombo que remanesce: impactos da política pública de certificação e de titulação do território em Rio de Contas, BA. Roberto Cardoso de Oliveira é citado com esse argumento que condiz com o que estamos escrevendo:

De acordo com Oliveira, os Estados nacionais latino-americanos, de modo geral, não se mostram muito sensíveis ao multiculturalismo como política de governo, uma vez que a concepção nacionalista e integradora do Estado busca dissolver a diversidade étnica no espaço social e político da sociedade envolvente. Ou seja, o Estado mostra-se cioso em defender os interesses dos grupos hegemônicos. (OLIVEIRA, 1996, p.03).

Segundo a Constituição Federal: Como reza o artigo 68 da ADCT: aos remanescentes da Comunidade dos Quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhe os respectivos títulos⁵.

Este texto é direto e objetivo, mas sua última parte indicando emissão de títulos ainda aponta um sem número de implicações problemáticas, isso vem do fato de que depende do Estado para esta ação de emitir os títulos. Na história de nosso país a vontade da União em beneficiar povos pretos e povos originários é realmente deplorável, inclusive responsabilizaremos o Estado pelos atos de racismo durante esta escrita. O processo que aponta uma comunidade como sendo de Remanescente Quilombola é lento, mas acontece, entretanto, a titulação destas terras é que realmente demora. Isso quando acontece. Como exemplo citaremos um dos casos mais conhecidos do Brasil, a Comunidade de Alcântara no Maranhão. A luta pela titulação das Terras já vem desde o fim dos anos de 1980. No caso das Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, sobretudo esta última, que nos inspirou esta pesquisa, já possuem seus títulos desde 26/02/1998 segundo o site da Fundação Cultural Palmares, que traz um mapa mostrando as comunidades do Brasil inteiro que possuem títulos cedidos pelo Estado.

Ainda falando em leis, o decreto de 2003 indica um caminho a seguir nesta disputa pelo direito de ter direito, no caso do povo preto quilombola.

Consideram-se remanescentes das comunidades dos quilombos, para os fins deste Decreto, os grupos étnico-raciais, segundo critérios de auto-atribuição, com trajetória histórica própria, dotados de relações territoriais específicas, com presunção de ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida.⁶

⁵ Disponível em: <https://cpisp.org.br/constituicao-federal-de-1988-artigo-68/>. Acesso: 06/06/2021

⁶ Brasil, Presidência da República Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos. DECRETO Nº 4.887, DE 20 DE NOVEMBRO DE 2003. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/D4887.htm. Acesso: 09 de fevereiro de 2021.

A Fundação Cultural Palmares é responsável pela emissão de certidões às Comunidades Quilombolas, para isso é preciso um auto reconhecimento das mesmas.

Esclarecemos que esta FCP não certifica essas comunidades a partir de um trabalho de conferência de quem é ou não quilombola, mas, sim, respeitando o direito à autodefinição preconizado pela Convenção no 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), certifica aquelas comunidades que assim se declaram.

Para isso, três documentos são exigidos, de acordo com a Portaria FCP no 98, de 26/11/2007: Ata de reunião específica para tratar do tema de Auto declaração, se a comunidade não possuir associação constituída, ou Ata de assembleia, se a associação já estiver formalizada, seguida da assinatura da maioria de seus membros; breve Relato Histórico da comunidade (em geral, esses documentos apresentam entre 2 e 5 páginas), contando como ela foi formada, quais são seus principais troncos familiares, suas manifestações culturais tradicionais, atividades produtivas, festejos, religiosidade, etc.; e um *Requerimento de certificação endereçado à presidência desta FCP.*⁷

Mostraremos um dado de 2005:

Em uma recente informação da Assessoria de divulgação da Universidade de Brasília (UnB), publicada em 05/05/2005, em texto assinado por Luciana Navarro²⁶, ocorre à revelação de uma pesquisa realizada durante cinco anos pelo Centro de Geografia e Cartografia Aplicada (CIGA) da própria UnB, que atualiza os dados sobre a situação no Brasil. O país tem, agora, 2.228 comunidades remanescentes de quilombos registradas, mas a grande maioria delas vive sem proteção do governo. Apesar de terem seus direitos assegurados pela Constituição Federal, por leis e decretos complementares, apenas 70 comunidades possuem registro no Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), responsável a partir de 2003 pelo seu cadastramento e outras 100 estão em processo de regularização.⁸

Analisando os dois dados podemos perceber quão grande é o número de comunidades na Bahia, também o aumento de comunidades que obtiveram certidões no país em 2005 haviam 2.228 e em 2020 o número era de 3.432 Comunidades. Percebe-se também que as leis e os decretos existem, mas não há garantias da aplicação dos mesmos. Geralmente a morosidade toma conta destes processos. Esse tipo de inferência aparecerá bastante daqui para frente nesta pesquisa. No

⁷ Disponível em: http://www.palmares.gov.br/?page_id=37551.

⁸ Textos: **UnB Agência**, acessado no endereço eletrônico: <http://www.unb.br/acs/unbagencia/ag0505-18.htm>, no dia 07 de julho de 2005. Em 2020, segundo a Fundação Cultural Palmares: "Portaria da Fundação Cultural Palmares no 36 de fevereiro de /2020, o Brasil tem 3.432 comunidades, a Bahia 817 comunidades quilombolas certificadas."

Mapa que indicamos anteriormente da FCP aponta que estes Remanescentes estão em toda parte do Brasil, argumento que reforça a existênciadoss Quilombos de forma abrangente em nosso território.

Como foi mostrado nesse trabalho, a perseguição e destruição dos Quilombolas desde o século XVI, referendou ao povo que se aquilombou um lugar de “não lugar” essa marginalização vem sendo praticada mesmo com o fim da escravidão. A história dessesaquilombados por muito foi contada por aqueles que invadiram e destruíram as estruturas quilombolas, hoje esse povo, depois de resistir a todas intemperes climáticas e antrópicasquer ter sua voz para fazer sua própria história. Quer manter suas tradições e suas antigas formas de lher dar com a Terra.

Quando as Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras se uniram na busca por seus direitos de legalização do território, ainda nos anos 90, o procedimento, de forma bem detalhada, era o seguinte:

1. Identificação - Manifestação da própria comunidade quilombola, favorecendo informações sobre a localização da área, para iniciar o processo de certificação pelo órgão competente. Isso dá início ao registro do seu processo de território histórico, suas relações com o território reivindicando o que faz esta comunidade se autodefinir como ela;
2. Conhecimento - A comunidade faz sua inscrição de autodefinição como quilom-bola no Cadastro Geral da Fundação Cultural Palmares a FCP;
3. Delimitação - Mapeamento dos lugares utilizados pelos quilombolas a partir dos próprios moradores;
4. Demarcação - Encaminhamento do território delimitado pelos quilombolas “a comunidade pode e vê fazer um mapa” e enviar ao órgão competente;
5. Desintrusão - O INCRA retira do território quilombola toda e qualquer pessoa não quilombola que não esteja habilitado e exercendo algum tipo de produção no território;
6. Após levantamento, o INCRA envia relatório para o Instituto de Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos recursos Naturais Renováveis (IBAMA), Serviço de Patrimônio da União (SPU), Fundação Nacional do Índio (FUNAI), Fundação Cultural Palmares (FCP), todos órgãos federais. (BARATA, SILVA, BARROS, 2014, p. 20).

3.2. Terra e Território

Faremos um pequeno parêntese sobre terra, para tanto começaremos falando da morte. Para compreendermos certas questões acreditamos que devemos exercitar nosso olhar sobre os fatos, principalmente quando se trata de

fatos históricos ou da relação que criamos com conceitos como terra, morte, comércio, entre outros, acreditamos que para termos um olhar mais amplo precisamos tentar nos colocar no lugar daqueles que tentamos compreender. Muitos dos nossos costumes, crenças, valores que pululam nos tempos de agora vieram de longe, de além do oceano e caminharam tranquilamente pelas terras da África, uma África diferente do conceito errôneo e unívoco que se ventila sobre ela. Esta África berço e bela causa estranheza por seus hábitos e por suas cores, desgraças e glórias. Entendemos que compreender-se-ia melhor os inúmeros problemas de terras de quilombolas com aqueles que se dizem donos da mesma terra. Se compreendêssemos o que é a terra para as duas partes em choque, contudo, antes de usarmos argumentações que envolvam a terra exemplificaremos falando da morte e algumas concepções.

Eis a narrativa John Luccock assustado com um funeral dos oitocentos:

Não o levavam nesse passo lento e solene em perfeita procissão, tal como parece quadrar com uma dor profunda, mas sim numa pressa indecente, uma espécie de quase corrida, em meio de alto vozerio e com ar de grosseira alegria. Os míseros despojos do homem vão cobertos de todos os galantes atavios de um dia de festa, o rosto pintado, cabelos empoados, a cabeça enfeitada com uma guirlanda de flores ou coroa de metal não havendo, pois essa faceirice outros limites além dos que lhe impõe a habilidade dos amigos sobreviventes.⁹

Luccock como outro cristão ocidental se assustaria com a cena. O que para ele é passo lento e solenes em ritmo de procissão entendem ser a festa, comum entre vários povos africanos. Pois a morte pode ser um rito de passagem como outros ritos festivos carregados de uma conotação positiva, ao contrário do que se entendem os cristãos católicos, que temem o purgatório e o próprio inferno.

Os termos “quase correria”, alto “vozerio” ou “grosseira alegria”, destacados no fragmento, carregados de negatividade não se aplica a crença daquele que está sendo observado: Choque cultural.

Analizemos a seguinte citação:

O culto dos antepassados na África tem um significado amplo, político, social ou religioso, especialmente, no caso da homenagem feita aos ancestrais fundadores que, como os africanos dizem, deram origem a nossa vida e nos

⁹LUCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. in FONSECA, Humberto José. **O Bangüê dos negros: a misericórdia, o rosário dos pretos e os enterros de homens de cor na América Portuguesa**. In: Seminário *história em debate* do programa História Social do trabalho do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB. 1999.

trouxeram às terras onde vivemos.¹⁰

Ainda com o professor Humberto Fonseca, as palavras de ZIEGLER (1977, p.54) apontam a existência, entre os nagôs, de um espaço – Ilu-Aiê – como sendo a “terra africana, terra mãe, terra vida”, ocupado pelos espíritos dos mortos-eguns. Ou seja, em uma associação com o Orum, o Ilê-Aiê poderia expressar a crença de alguns negros africanos da diáspora que justificava a morte como um caminho para o reencontro da África longínqua, dos seus ancestrais, da qual foi retirado para o mundo da escravidão e à qual dificilmente retornaria. De acordo com o professor H. Fonseca, isso poderia explicar a alegria em cantar em um funeral. A pressa seria de voltar ao berço ancestral, à terra mãe, à África. Morrer no mundo da servidão seria morrer para escravidão e nascer para o que se tem de mais sagrado: os ancestrais e a terra a que eles os trouxeram.

Ao acreditar em culturas superiores e ou medi-las evoca-se o etnocentrismo, algo que é de conhecimento geral e que não faltou ao colonizador frente ao colonizado.

Bem como se destacou aqui o exemplo da concepção acerca da morte destacaremos a questão da terra e suas discrepâncias de olhares. De um lado o povo quilombola que entende a terra como origem e sagrada; do outro os fazendeiros donos de vastas quantidades de terras que a entendem como posse, bem material.

Quando falamos de família falamos também de terra.
Uma coisa sem a outra não é completa. . .
quem vai por aí não erra. (AFRO-ÁSIA, 2006, p. 19)¹¹

Este poema escrito na comunidade negra rural de Rio das Rãs, bem exemplifica o olhar do quilombola com referência à terra. Quem tira o sustento do chão encara o chão, a chuva, o rio de forma bem diferente assim como os nativos indígenas que atribuem aos fenômenos da natureza, caracteres humanos como a ira ou o bom humor.

Acreditamos que o quilombola em seu tempo de escravizado pensava a terra

¹⁰ SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. In: FONSECA, Humberto José. **O Bangüê dos negros: a misericórdia, o rosário dos pretos e os enterros de homens de cor na América Portuguesa**. In: Seminário *história em debate* do programa História Social do trabalho do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB.

¹¹ AFRO-ÁSIA. **Centro de Estudos Afro-Orientais – CEA**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: 2006.

como algo sagrado assim como seus ancestrais e para atestar esta afirmativa vamos transcrever o que pensa sobre a terra o morador de Rio das Rãs, Chico Tomé de 105 anos.

Não tem terra aqui para negócio, para ninguém. Tem para todo mundo trabaiaá, pode fazer suas roça, pode faze suas casa, criar seus porcos, criação que quiser, mas negocio não tem (...). A terra é nossa mãe, como é que um fí pega a mãe para vender, com todos os esforço que ela deixou aí para todo mundo sobreviver?(...) então, resultado, nós tem direito de vender o que nossa mãe nos dá, mas para pega nossa mãe e vender não têm direito, não.¹²

Este tipo de entendimento é contrário ao de quem usa a terra como comércio, o que é mais comum. Esta terra que se compra para revender nela não há uma história nossa, não há algo que nos ligue a ela por isso passa a ser um meio de ascensão socioeconômica, ou área de lazer. Não estamos fazendo este tipo de comentário para menosprezar o costume de compra-venda e especulação de capital. Acreditamos que os mais variados tipos de cultura devem ser respeitados igualmente. Pois tudo se torna questão circunstancial, amplamente subjetiva e bem particular.

Estes territórios quilombolas do passado remanesceram, sobreviveram tendo a terra como a fonte da vida. Imaginemos os negros fugindo da escravidão encontrando e se fixando numa região há quase 400 anos, representando uma pequena fissura na imensa rachadura que se faria na estrutura do Sistema Escravocrata. O que comer, o que beber, onde dormir, extraíndo estas condições de vida da carne da terra, de seus ramos de seus galhos de seus rios, de suas criaturas... A terra forneceu aos quilombolas do passado sua permanência e vivências e ainda hoje sobre o mesmo local de quase quatro séculos, negras e negros rendem agradecimentos ao território ancestral que ainda gera frutos para a subsistência de agora.

Certa feita nos deparamos com alguns comentários em chats debatendo a questão Quilombola, citaremos dois apenas, primeiro: “Não tem que consultar quilombola nenhum; tem que desapropriar e pronto. A propósito, desapropriaram 52 mil hectares onde moravam 600 famílias? Não é pouca gente para muita terra não?” Segue o segundo: “Parar o progresso? Não serão mais quilombolas fora de Alcântara?”¹³

¹² Idem 9.

¹³ Disponível em: <https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/04/em-alcantara-ma-quilombolas-ameacados-de-expulsao-querem-ficar-em-casa.htm> Acesso: 16/06/2021.

Em nossa interpretação, carregavam uma indignação, mas também arrogância e ignorância, não havia respeito à diversidade cultural étnica que temos em nosso país. Havia ainda uma generalização de pensamento em torno do que seria Terra. Acreditamos que muitas pessoas ainda pensam assim. O que nos levou a apontar aqui alguns pontos envolvendo à terra e o Território.

Daremos um exemplo bem particular, já mudei de casa, bairro e de cidade algumas vezes e apenas havia um pesar que virava saudade, vaga... onde a realidade vindoura tratava de preencher. As lembranças de minhas mudanças em Feira de Santana, depois em São Paulo antes de chegar em Caetité são carregadas de diversos sentimentos, entre alegrias tristezas e nem um nem outro. Mudar para mim era uma questão de eventos inevitáveis, apenas me adaptava deixando para trás as pessoas e lembranças, mas não a terra, a terra não era tão lembrada, elas eram vendidas por meu pai ou outro familiar e pronto. Mas ao lembrar de minha Bisavó falando tristemente que teve que sair de sua terra natal, não a cidade de Tanquinho, Bahia, mas seu quinhão de terra em zona rural, percebia uma dor diferente, algo maior que saudade, difícil de explicar. Minha Bisa, Dona Maria Quêa, muitas vezes narrou suas desventuras da vida de retirante. Mas ao falar da volta para terrinha seca da Caatinga, chamada Carrapato. Ela sempre se alegrava, risos gostosos de uma boca já quase sem dentes. Era seca a terra, tão seca que tinham que sair em busca de melhorias, mas sempre voltavam. Depois de muitos anos teve que sair da roça para morar na pacata cidade cede, Tanquinho. Não foi bom para ela, sempre reclamando, mas ao menos estava perto de suas raízes. Em um dado momento, já bem velhinha e adoentada ela me pediu para intervir com a família para não permitirem leva-la para Feira de Santana, com quase 100 anos. A família queria proteger, prorrogar a vida dela, mas ela não queria. Preferia morrer ali onde estava, ao invés de prorrogar sua existência. Conversávamos muito sobre esses assuntos, de modo que entendo que ela “pertencia” à terra, era uma outra relação, havia pertença, havia tradição, havia resistência e alegria de ter resistido e existido naquele duro torrão de terra do Norte da Bahia.

Saindo deste exemplo particular usaremos conceitos do Instituto Nacional de Co-lonização e Reforma Agrária (INCRA), cremos que este seja um órgão que tenha algo a acrescentar nesta seara. O INCRA publicou um informativo bem didático com perguntas e respostas.

Pensemos então em Território:

Assim sendo, um território se constitui a partir de uma porção específica de terra acrescida da configuração sociológica, geográfica e histórica que os membros da comunidade construíram ao longo do tempo, em sua vivência sobre a mesma. Assim sendo, um território seria um ente que sobrepõe a terra e a carga simbólica agregada a mesma, a partir de seu uso pleno e continuado pela ação de um determinado grupo humano. ¹⁴ (SEREJO, 2006 p.7)

Creemos que esse seja o ponto chave para se entender o que é um território, um pouco diferente do pensar fundiário imobiliário, onde a terra pertence a alguém ou alguns e deverá ou poderá ser negociada de forma fria e monetária.

Dessa forma, conforme dito anteriormente, no contexto de um grupo étnico são as pessoas que pertencem ao grupo social e ao território, e não o contrário, como ocorre em nossa sociedade, onde a terra pertence aos seus donos. Ao se assumir enquanto um membro de um grupo étnico, as pessoas se submetem as regras e alógica do grupo. Passam assim a pertencer a um ente coletivo que se traduz pelas práticas e ideias comuns. ¹⁵ (CEAO, 2006,p.07)

Faremos outra citação com mesmo tom:

No caso de um grupo étnico camponês, como os quilombolas, que fundam sua existência sobre o uso intensivo e extensivo, prático e simbólico de um determinado território, esse elemento acaba por assumir um papel essencial a reprodução física e social do grupo. Portanto, o território para um grupo camponês tradicional ocupa o lugar de elemento central no processo identitário grupal. ¹⁶

As palavras “coletivo” “Grupo” e “Étnico” fazem total diferença para a compreensão deste termo tão importante que é o território, principalmente ao discutirmos Quilombolas. As pessoas são o “Grupo” não qualquer grupo e sim o “Étnico” que se somam ao território formando o todo, de forma que os separá-los seja algo complicado e doloroso. Por isso é tão forte e apropriado o comentário, citado acima, de Chico Tomé, do Rio das Rãs.

Somos um país de muitas e muitas diversidades étnicas, uma colcha de retalhos em um enorme país. Povos nativos, mais europeus mais africanos e asiáticos compõe esta malha. Evitemos generalizações e etnocentrismos, tratemos com o devido respeito as diferenças e as tradições.

Para fechar o parêntese vamos ao argumento da advogada Ana Passos que afirma que as áreas geográficas carregam memórias e histórias e assim se

¹⁴ TV GGN. **Os quilombolas e a Base de Alcântara**, entrevista com Danilo Serejo - parte 1. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=EHHHdQxaeJY>. Acesso: 16/06/2021.

¹⁵ https://www.gov.br/incra/pt-br/assuntos/governanca-fundiaria/perguntas_respostas.pdf Acesso : 16/06/2021. Regularização de TERRITÓRIO QUILOMBOLA PERGUNTAS & RESPOSTAS, 2017.

¹⁶ AFRO-ÁSIA. **Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas –FFCH. n. 23. Universidade Federal da Bahia: UFBA, 2006.

transformam em territórios. É por este argumento que achamos por bem separar área geográfica de território, uma vez que este último parece-nos mais adensado de significados, remetendo-nos a algo que transcende o simples local onde se podem erguer edifícios, casas, barracos ou nada. Território nos sugere algo carregado de um “passado histórico” parafraseando Milton Santos. Insistimos no foco, pois é neste âmbito que vai desembocar nossa pesquisa: A perda do território! Perder além da condição natural de vida, herdada secularmente, a terra no sentido literal da palavra.

3.3. As Comunidades

O século XVIII em seu início, aqui na Bahia, viu a mineração surgir como a grande engendradora das necessidades e decisões da época. A procura pelo metal tão valioso foi a fomentadora de muitas obras desse período como a criação em 1720 do primeiro núcleo urbano do sertão baiano: “Jacobina” cujo termo compreendia as imediações do Rio São Francisco no Norte da Bahia até o rio das Mortes em Minas Novas” (Neves, 1997 p.40). O próprio Erivaldo Neves, na mesma obra afirma que em 1718 era ocorrida a criação da primeira povoação colonial do Alto Sertão, a freguesia de Santo Antônio de Mato Grosso (atual arraial de Mato Grosso em Rio de Contas). Assim começava a entrada oficial de brancos nesta região que foi marcada com a exploração do ouro no Rio de Contas, atual Rio Brumado. Incentivando o crescimento populacional D. João V “determinou que se formassem povoações daqueles moradores que se acham espalhados nos sertões fazendo-lhe regimento para que se governasse no político e no civil como na administração da justiça”. (Amaral, 2011, p.273).

O que hoje é Rio de Contas surge num contexto de utilidade, necessidade. A longacaminhada dos viajantes do Norte de Minas e de Goiás com destino a Salvador precisava de um ponto para o descanso dos passantes, um repasto para as tropas. Nasce então um pequeno povoado chamado de Crioulos, entretanto, as primeiras edificações oficiais são erguidas mais abaixo de onde fica a cidade Rio de Contas, precisamente na atual Livramento de Nossa Senhora.

Em 27 de novembro de 1723 é assinada uma Carta Régia onde D. Vasco Fernandes César de Menezes encarrega o coronel Pedro Barbosa Leal de erguer a Vila de Nossa Senhora de Livramento das minas do Rio de Contas. No entanto, a

Vila não tardaria naquele ponto. Alguns problemas de enchentes e, sobretudo o impaludismo conhecido na época como febre de mau caráter gerado pelos muitos problemas de insalubridade, fez com que sucessivas reclamações chegassem a Portugal, assim, em 1745, a Vila que, como seu povo, mostrava-se itinerante, a Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do rio de Contas passa a situar-se oficial e definitivamente onde foi fundado o antigo povoado de Crioulos. (ver anexo I)

Com a transferência ocorrida aumentaram-se as construções que davam ao antigopovoado o status de Vila. Foram, assim, criados os prédios da Cadeia Pública a Câmara Municipal, a Casa de Fundação e o Pelourinho de forma planejada nos moldes da época. Assim começava a primeira cidade planejada do Brasil.

Tendo a Vila crescido, o seu nome diminuiu. Em 1840 passa a ser Minas do Rio de Contas para somente, quase cem anos depois sofrer a simplificação final chamando-se Rio de Contas; situada a 1050m de altitude, tombada pelo Patrimônio Histórico Nacional em 1980, brilha como um ponto de vasto potencial turístico a bela cidade cravada entre as altas serras da Chapada Diamantina, onde hoje os rios que suscitavam a luta por ouro servem como recantos para deleite daqueles que moram ou visitam a cidade e seus arredores. É justamente nestes arredores que se encontram as Comunidades Quilombolas, dentre elas, Riacho das Pedras que inspirou esta Dissertação.

Em seu livro *Fios da Vida. Tráfico Interprovincial e Alforrias nos Sertoins de Sima- BA (1860-1920)*. Fátima Pires (2010) faz uma vigorosa pesquisa em processos-crime, revelando algumas das nações de onde vieram negros escravizados para Rio de Contas, como Moçambique, Benguelaa, Congo, Haussá, Angola e Costa da Mina. Valendo destacar que isto não implica dizer que as negras e negros que formaram as Comunidades de Barra, Bananal e Riacho da Pedras tem ao certo a nação que vieram, até porque os estudos de Fátima Pires são do século XIX e XX, já bem posterior à chegada dos quilombolas em questão. Ressaltamos aqui quão variada foram as ações da escravidão neste local. A opulência que veio do ouro abundante gerou a desgraça da população africana.

Sobre a história deste povo em terras do Brasil encontramos algumas fontes escritas dizendo que estes negros chegaram à região em questão, por conta de um naufrágio, no século XVII, de um navio negreiro na confluência do Rio de

Contas com o mar. Os sobreviventes adentraram às matas e seguiram o fluxo do Rio até chegarem a esta área que viraria, num futuro breve, zona de mineração possibilitando os primeiros contatos combrancos do Brasil e portugueses. “No que tange aos arraiais negros, nada foi descoberto, até o momento, que permita mapeá-los historicamente. A tradição oral do grupo remete a um momento impreciso de estabelecimento no local, relacionando à ação mineradora”.¹⁷

Vejamos o que diz Athayde Gonçalo Pereira , citado por Messenger e Martins (1991):

Quando os bandeirantes paulistas chegaram àquela região, em fins do século XVII já tinham encontrado um pequeno povoado de crioulos e mais adiante. Os paulistas e portugueses unidos a outro elemento que se espalharam uma povoação de negros, mocambados que ali exerciam suas atividades há longos tempos. (MESSENDER; MARTINS, 1991, p. 40).

Quanto à origem deste povo parece-nos um ponto distante e ainda não muito pesquisada, entretanto encontramos em outra fonte escrita algo que nos chamou a atenção o fato dos negros dançarem o Bendengó, que é relatada inclusive no Documentário **Quilombos da Bahia**. Essa dança se parece muito com um jogo praticado por negros vindos da Costa da Mina e catalogado por Cascudo em 1988. A bolsista Julinha Coelho aponta-nos que há uma grande quantidade de negros que foram trazidos à Chapada Diamantina era oriunda da Costa da Mina. Entendemos que estas informações não sejam capazes de dizer a origem precisa dos quilombolas de Rio de Contas, contudo serve-nos de pista e quem sabe de direção para uma outra pesquisa. Consta ainda que eles não foram escravizados estando nestes domínios e passaram a negociar com os exploradores brancos que lhes ofereciam roupas e ferramentas a troco de alimentos¹⁸; consolidando os primeiros contatos com o povo que hoje forma as comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Observamos, não obstante, que a situação de Riacho de Pedras é um pouco dúbia, pois não há moradores, no entanto alguns ex-moradores ainda cultivam alguns víveres e poucas cabeças de gado. Daí a confusão. Ela existe como terra de preto, território, terra sagrada, porém não habitada.

O curioso é que ao se aproximar das comunidades nos idos de 2011 podia-se ver uma placa indicando apenas os nomes de Barra e Bananal, como se Riacho

¹⁷ MESSENDER, M.M.L.; MARTINS, M.A.M. **Arraiais de Rio de Contas**: uma comunidade de cor. CadernoCRH. Salvador — UFBA, 1991. p. 40.

¹⁸ Idem 15, p.02.

das pedras não existisse, mas ao adentrarmos na comunidade, ou no que restou dela fora d'água, encontramos nas roças vivas e nas casas mortas ou em ruínas, as raízes fortes de um povo que com luta e esforço se misturou a aquele território, não sendo uma placa de madeira e tinta a indicadora do fim de uma história tão longa. É seu Otávio quem afirma “minha tendência é vortá para lá”¹⁹.

Com base nos escritos de MASSEDER, MARTINS (1991), em 1710, Sebastião Raposo, bandeirante que veio explorar a região (hoje tem uma estátua no centro da cidade de Rio De Contas) fundou o povoado de Mato Grosso, elevando-o à condição de freguesia em 1718 (Primeira Freguesia do Sertão de Cima). Como reflexo da crescente e portentosa exploração do ouro outras localidades surgiram como Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas ou Vila Velha, atualmente Livramento do Brumado; dentro do mesmo ciclo de progresso nasce também a pingente cidade de Jacobina, com ela, a estrada real que corta a Chapada Diamantina. Estradas que eram rotas obrigatórias para o circular do metal precioso.²⁰

A questão destas comunidades irmãs sugere um ponto de reflexão que em nossa visão soa diferente de outras situações estudadas. Mulheres e Homens livres são capturados em África, são transformados em escravos trazidos para a América, aqui são vendidos, negociados podendo ou não fugir, resistir de alguma forma, porém estas pessoas que fundaram esses Quilombos fugiram antes de serem negociadas como coisas, máquinas, se estabeleceram e terra e gozaram de liberdades. Aconteceu então o contato com os bandeirantes e eles trabalharam de forma escrava, mas não uma escravidão nos moldes que já vimos. Essa população quilombola trabalhava em terras de branco de dia e à noite voltava para suas casas, um exemplo como este soa realmente diferente. Traremos a visão de um morador da Comunidade de Barra.

Eu não sei contar direito não. Eu só sei contar que os bandeirantes acharam os negros aqui, colocaram eles para trabalhar e... ficavam em lugar separado, eles em Mato Grosso, a gente que sair todo dia para ir trabalhar e volta de tarde, tododia cedo tinha que ir... lá eles dava comida, dava alguma roupa...²¹.

Mostraremos uma fonte escrita sobre o mesmo tema: “Os negros escravos

¹⁹ Informação obtida através de um diálogo com Senhor Otávio no município de Rio de Contas.

²⁰ MASSEDER, M. L. L.; MARTINS, M. A. M. **Arraias de Rio de Contas**: umacomunidade de cor. CadernoCRH. Suplemento, 1991, p. 36-49

²¹ Entrevista feita com Valdemar Joaquim da Silva, Comunidade da Barra, Rio de Contas – Bahia, 2013. Dissertação de Cássia Eugênia.

da vila de Rio de Contas viviam de forma dual. Eles tanto gozavam de certa liberdade quanto eram, constantemente, alvo de um controle social que poderia, quando interessava à coerção, marginalizá-los como negros escravos e forros.” (PIRES, 2003, p. 250)

Esta forma, nas palavras de Fátima Pires, dual, não amenizou a situação daquele povo. Em relatos que ouvimos dos moradores de Rio de Contas que os negros das comunidades sofreram muito nas mãos dos brancos no período da construção de Mato Grosso bem como depois do povoado erguido. Aqui enfatizamos quanto são notórias as marcas da escravidão dentro dessa convivência dual. Os brancos que chegaram fizeram questão de demarcar seu espaço deixando evidente quem mandava em quem, quem era superior e era o inferior. Não precisa muito para deduzir que uma relação construída desta forma dificilmente pode gerar frutos de igualdade e empatia. Não é atoa que em Rio de Contas haviam espaços dedicados apenas para brancos e outros só para pretos.

Citaremos o exemplo da coleta de Macela (*Achyroclien satureioides*). Macela é uma planta que tem propriedades medicinais, colhidas geralmente no mês de Março. Possui vários nomes como Macela-do-campo, macelinha, macela-amarela, camomila-nacional, carrapicho-de-agulha, macela, losna-do-mato, macela-do-sertão, chá-da-lagoa. Em determinados locais possui dia certo para colher como na sexta-feira santa²².

Nos primeiros contatos que fizemos com o pessoal das Comunidades ouvimos mulheres falando que quando as negras do Quilombo iam colher a Macela em Mato Grosso eram humilhadas, e alvos de pedradas (infelizmente não temos as gravações e a pandemia nos impede de recuperarmos essas falas, mas de tão marcantes, ainda recordamos) pessoas de Mato Grosso cantavam dizeres pejorativos, bem ofensivos: “Oia a Nega da Macela. Carrapato na rodela. Oia a nega do caju. Carrapato no cu”.

Temos para pensar no descaso e racismo das pessoas, ainda no racismo do Estado que encontramos nas (des)políticas públicas, e para intensificar tem-se as ações da Prefeitura de Rio de Contas que ajudou a linha de energia elétrica chegar primeiro em Mato Grosso e depois nos Quilombos, valendo salientar que para

²² Disponível em: <https://www.noroesteonline.com/tradicao-popular-colheita-da-macela-na-madrugada-de-sexta-feira-santa>

chegar em Mato Grosso se passa primeiro nos Quilombos. Falaremos mais adiante neste evento. A escravidão e o racismo atravessam os anos e acertam as pessoas negras destes Quilombos, e as maneiras são as mais diversas.

O fato é que com o começo das obras da Barragem em 1978 as comunidades foram informadas de que Barra e Bananal não seriam atingidas a ponto de alagar, porém ambas perderiam uma faixa de terra fértil que era usada por elas, para plantio, esta perda ocorreria nas épocas de alagamento. Já a comunidade Riacho das Pedras, seria alagada tornando impossível a permanência dos moradores. Todos foram forçados a sair mediante ao pagamento de uma indenização (essa era a teoria). Os habitantes das outras duas comunidades seriam agraciados com alguns projetos que visava à compensação para quem ficou. Como se a perda sócio cultural secular destes povos fosse passível de compensações.

O ser humano encontrou em seu trajeto, grandes dificuldades, e para sermos mais diretos, estes a quem chamamos de escravizados, trazidos em embarcações precárias, arrancadas de suas terras sagradas, souberam como poucos o que é realmente a dificuldade, entretanto, com a força de suas identidades culturais, com a resistência peculiar de quem já “apanhou” na vida, souberam, como sabe a mangabeira, se curvar ao vento sem tombar no chão, sobreviver e reviver suas tradições e criar suas novas futuras tradições como ordena o tempo e a vida. Esperamos que uma barragem não vá apagar este passado histórico e que de alguma forma, nós possamos ajudar.

Diz Ana Helena Passos (2006) que a identidade racial negra da comunidade Quilombola se configura em um elemento constitutivo de sua territorialidade. Acreditamos realmente nesta perspectiva. A força desta identidade, cultural, racial, ajudou no processo das “terras de preto” serem oficializadas conferindo a eles o orgulho de ser quilombola. Esta identidade pode novamente se fortalecer e fazer brotar na memória através da tradição oral ou das letras, das danças ou das festas o território de Riacho das Pedras.

O que soubemos em entrevistas com moradores da cidade e confirmando com os ex-moradores da comunidade é que na periferia da cidade de Rio de Contas surgiu uma rua com o apelido de “Pirulito” onde só moravam pretos que vieram da comunidade parcialmente alagada. Lá construíram barracos com a indenização pagas pelo Estado.

A Barragem inundou os Quilombos, apagou de certa forma, um bocado da memória, dificultou a vida daqueles que já estavam ali antes das águas chegarem, mas ao menos algo positivo se precisa tirar dos piores momentos. A Barragem provocou o povo das Comunidades que se uniram como nunca e assim ajudou no processo de Certificação das Comunidades e na titulação das Terras, uma centelha de luz para tanta escuridão. Mesmos assim reiteramos que este trabalho é para ajudar a não esquecer o que foi feito e como foi feito. A Barragem mudou definitivamente a vida deste povo de forma negativa e violenta.

“... alguns saíram, quem teve condições saíram, os demais não saíram porque não teve condições, porque em 1984 não tinha nada resolvido. Em 1984 as águas invadiram, quando a água ia chegando perto assim o povo via seu quintal sendo derretido pela água, sua roça e ninguém fazia nada, teve gente que só faltou se suicidar dentro da própria água, precisou a gente tirar da beira do rio, teve um senhor, que passou o dia todo na beira da água a cada dia, hora um palmo de água subiu, os peixes comendo as roças, precisou eu ir lá puxar ele se não ele iamorrer dentro dágua, ele ficou tão impressionado, ele ficou o dia todo de cabeça baixa na beira da barragem, então foi um sofrimento muito grande, aí o ITERBA era nessa época na Bahia, o Instituto de Terra da Bahia a nossa demarcação, mas no final da nossa demarcação, no final de 1999 já tinha transformado no CDA, o interna pás sou a ser CDA14, aí foi o CDA que emitiu o documentação / . . . /, aí marcamos uma data para titulação, 18 de dezembro, mas não deu certo, tava chovendo muito na época, aí mudou para 22 de dezembro, aconteceu a titulação das terras lá na comunidade”.²³

As comunidades quilombolas de Barra, Bananal e Riacho das Pedras localizam-se entre a Serra das Almas e a Serra da Malhada, no vale próximo ao Rio Brumado, a cerca de 15km da cidade de Rio de Contas, Bahia, que fica a 577,05 Km da capital Salvador. A dimensão da área titulada corresponde a 1.333,2768 hectares, sendo constituídas por 148 famílias.

Barra é a maior delas com aproximadamente sendo a sede da Associação das comunidades, abrigando ainda uma igreja do século XIX consagrada a São Sebastião, um cemitério e um pequeno comércio de artesanatos. Aproximadamente dois quilômetros fica a comunidade de Bananal, com igreja recentemente construída e consagrada a São José. Ao lado desta comunidade, fica o território de Riacho das Pedras (que hoje está parcialmente alagado) onde residiam 30 famílias, que saíram para não “virar peixe”, (dizer do pessoal, domínio público).

²³ Entrevista feita com Carmo Joaquim da Silva, Comunidade da Barra, Rio de Contas, Bahia, em 18 de fevereiro de 2013. Cassia Eugênia dissertação. Cardoso, Cássia Eugênia Reis Silva. O processo de construção identitária da Comunidade Quilombola da Barra – Rio de Contas -Bahia / Cássia Eugênia Reis Silva Cardoso, 2014.

Com a construção da Barragem Luiz Vieira, Riacho das Pedras ficou parcialmente alagada, tornando a vivência impossível, uma vez que estaria isolada das outras Comunidades e também da Cidade, restando então o êxodo total, e com ele o desenlace cultural secular, o desrespeito às tradições e identidade cultural e/ou ainda a arriscada tentativa de sair pobre do Nordeste para buscar uma vida melhor em terras do Sudeste. Para quem viveu toda sua vida em localidade rural, daquilo que a terra dá, vender sua terra barato e tentar sucesso em localidades urbanas é realmente complicadíssimo. Como diz a ex-moradora de Riacho das Pedras, Dona Lurdes, 49 anos, que hoje vende artesanato em Rio de Contas. "... esparramou. Ó... de São Paulo a Livramento, Tamanduá, Barro Branco, aqui em baixo. Esparramaram tudo igualzin filho de passarinho"²⁴.

O relato de uma ex-moradora da comunidade alagada, Dona Tiana com 66 anos de vivência, moradora de Rio De Contas, sintetiza a saga dos remanejados: "De lá nós saí para não ficar de baixo d'água e do Barro Branco porque a água acabou"²⁵.

Segundo os moradores que ficaram em Barra e Bananal e os ex-moradores de Riacho das Pedras. Após a construção da Barragem eles tiveram que sair, mas não desistiram de cultivar a terra para viver e alguns se deslocaram para um local chamado Barro Branco que fica alguns minutos de Rio de Contas, contudo como atestam os entrevistados, a água de lá secou e para eles não restaram muitas oportunidades, a não ser buscar outra forma de viver em outras terras, mas não mais em seu território. Uma ironia trágica na vida destas pessoas, saindo de Riacho das Pedras por alagamento das terras e depois tendo que sair de Barro branco por falta d'água.

Tentaremos destacar um evento em torno do processo de titulação das Comunidades em Rio de Contas. Luta política que deu a condição de serem chamados de Comunidades Remanescentes de Quilombo. Faz-se importante lembrar que a luta por terra em nosso país é algo latente, não é por menos que existe o Movimento dos Sem Terra (MST), o que parece no mínimo estranho já que o Brasil é um país tão grande, tanta terra para poucos e muita gente sem terra. Não seria um exagero lembrar que depois da invasão dos portugueses a primeira divisão de terra visando o processo colonizador foi as Capitânicas Hereditárias na década de

²⁴ Informação obtida através de um diálogo com Dona Lurdes comerciante em Rio de Contas.

²⁵ Informação obtida após contato com Dona Tiana.

1530. A divisão do país, que era dividido pelo tratado de Tordesilhas, foi algo digno de ser lembrado aqui, pois doze pessoas ficaram com as quatorze partes das Capitânicas, parece que este começo ainda reflete o atual momento, ainda temos muita terra para poucos, justificando a presença atuante do MST. Esse fato nos faz pensar que se os portugueses chegaram aqui e se apropriaram das Terras indígenas, Isso os faz os primeiros “sem terras” de nossa história?

A temática fundiária oferece muitas possibilidades de debate mas vamos nos ater a luta quilombola em Rio de Contas. Dentro de nossa história o povo preto esteve envolvido em muitas querelas dentro desta temática, principalmente quando se lembra da Lei de Terras em 1850.

Na formação social brasileira, os negros sempre foram excluídos em uma sociedade hierarquizada pela cor de pele. A Lei de Terras de 1850 (BRASIL, 1850), excluiu africanos e descendentes da categoria de brasileiros que passaram a ser libertos, sem acesso a terra. Foram sujeitos ao racismo, a arbitrariedades e violência, e sistematicamente expulsos de suas terras, mesmo quando a tinham recebido legalmente, mediante compra ou herança (LEITE, 2000, p.35)²⁶

Desta data para frente não faltaria assunto. Os quilombados teriam ainda muita luta para enfrentar na busca por seus direitos, ainda citando o Plano Estadual:

Nesse contexto histórico, emergem os quilombos, como um ato de organização, de luta, de espaço conquistado por gerações, um lugar em que viver, consistindo na unidade básica da resistência do escravo negro no período da escravidão. E atualmente, mais do que rememorar o passado, os afrodescendentes reivindicam seus direitos políticos e sociais, inaugurando nova demanda da política nacional: definir quem são as comunidades quilombolas (LEITE, 2000, p.40)

Olharemos pro fim do século XX e início do XXI. Na Bahia temos muitos episódios envolvendo Comunidades na disputa por ter terra que já eram suas, do Rio das Rãs, da Parateca, Riacho de Santana entre tantas, Entretanto manteremos o foco nas Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, mostrando a luta na Chapada Diamantina. Usa-remos como fonte a Dissertação de Carlos Eduardo Carvalho de Santana, este, inclusive, participou e ajudou a organizar o Seminário: O Negro na Chapada Diamantina UM ALENTO para LUTA, no período de 8 e 10 de Novembro de 2002, na cidade de Mucugê. O evento contou com lideranças

²⁶ RELATÓRIO 2: **Plano Estadual de Habitação de Interesse Social e Regularização Fundiária**. ESTUDOS BÁSICOS **Grupo Técnico de Apoio** REVISÃO. VOLUME I - REFERENCIAL TEÓRICO. GOVERNO DO ESTADO DA BAHIA. SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO URBANO DO ESTADO DA BAHIA – SEDUR, 2012.

comunitárias de 18 municípios da Chapada, cinco lideranças ligadas aos Quilombolas, entre elas, duas representavam as Comunidades de Barra e Bananal, bem como autoridades locais e membros da Fundação Cultural Palmares. Deste evento foi escrita uma carta com propostas para os órgãos competentes. A carta:

Continha proposições que convergiam para o reconhecimento pelo Governo Federal das comunidades ainda não tituladas, como o caso de Baixão Velho, Mulungu e Tijuaçú, e por outro, apresentava uma series de reivindicações no sentido do apoio às comunidades quilombolas, especialmente no fortalecimento de sua identidade cultural, com ações no sentido de valorização da cultura local, bem como na intensificação das atividades produtivas nas comunidades. (SANTANA, 2005, p. 116)²⁷

O evento contou também com mesa redonda envolvendo os líderes Quilombolas. A memória e a ancestralidade postos à mesa para ajudar recompor a teia histórica destes povos. Entendemos que esses eventos fortalecem o sentimento de grupo facilitando a organização para não desistir de lutar por seus direitos. O que aprendemos com a história do Brasil é que o Estado é condescendente e atuante na fragilização dessa gente, por isso tão importante buscar o autoconhecimento, para ter orgulho da trajetória e não vergonha.

Além deste aspecto, é importante que mais e mais Comunidades Quilombolas sejam estudadas e estejam sob o olhar da ciência. Esse povo deve ocupar um lugar de destaque nos debates, para quem sabe as autoridades competentes sejam motivadas. Sobretudo que estes estudos dos povos pretos sejam protagonizados por seus pares. Inclusive existe um estudo que busca levantar e analisar dados sobre o Estudo de Comunidades Quilombolas no nosso País, isso em 2011, por exemplo:

A Universidade Federal de Alagoas, através do trabalho de SILVA (2006), pesquisa como a capoeira, enquanto espaço de formação, propicia a seus praticantes a oportunidade de interagir na sociedade, usando os fundamentos próprios desta arte baseados na luta pela liberdade e igualdade, de forma maliciosa e lúdica, hora enquanto instrumento motivador da paz, hora do despertar da luta. Esse estudo mostra que a capoeira, com seus fundamentos e metodologias de ensino, insere o seu praticante no contexto social atual, através do reconhecimento da sua identidade, da formação ideológica e de busca incessante da igualdade e liberdade de expressão. (CARDOSO, 2011, p.07)²⁸

²⁷ SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. **PROCESSOS EDUCATIVOS NA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas – Ba.** 2005. 165 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação – CAMPUS I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador.

²⁸ CARDOSO, Onofre. A TEMÁTICA QUILOMBOLANO BANCO DE TESES DA CAPES: MAPEAMENTO PRELIMINAR. Alainaldo. Orientador: José Maurício Andion Arruti. 2011.

Destacamos também um dado sobre a Bahia: Analisamos a produção acadêmica da Bahia com maior ênfase por considerar importantes dois aspectos que a diferencia dos demais estados desta região. O primeiro faz alusão à superioridade quantitativa de teses/dissertações referente ao tema quilombo seguido por o que diz respeito à agenda produtora destas investigações. Ainda segundo (CARDOSO 2011), O Estado da Bahia, através de sua universidade, a UNEB, produziu cinco vezes mais teses/dissertações sobre o tema em questão do que o governo federal, através da sua Universidade Federal, a UFBA.

Nesse próximo exemplo aparecerá uma dissertação que citamos. Acreditamos que ter os estudos não solucionem os problemas entre o Estado e as Comunidades, mas trazer à baila esse debate ajuda. A Escravidão, em nossa concepção é o tema mais importante e marcante de nossa história, e os Remanescentes são consequências desta marca indelével.

SANTANA (2005), apresentou a ocorrência de práticas educativas na transmissão de sentidos e saberes enquanto elementos essenciais no processo de construção de uma identidade negra e quilombola entre moradores das Comunidades da Barra e Riachão das Pedras, localizadas na Chapada Diamantina/BA, tentando identificar as características históricas e políticas das organizações negras nas ações socioeducativas e os impactos dessas iniciativas no âmbito da Razão do Estado.

4. A ÁGUA ESTADO-VIOLÊNCIA

4.1. Construção é igual a Destruição

Ao ouvirmos a música Sobradinho,²⁹ encontra-se logo na primeira estrofe: “ O homem chega e já desfaz a natureza. Tira a gente põe represa, diz que tudo vai mudar...” Apesar de Sá e Guarabira se referirem à construção da Barragem de Sobradinho, pensamos que essa frase se aplica a outras construções que destruíram passado, presente e a vida de muita gente. A construção de Sobradinho no Norte da Bahia se parece com a da Barragem de Pedra do Cavalo próxima ao Recôncavo baiano, ao passo que também se parece com a Construção da Barragem Luiz Vieira na Chapada Diamantina. Estas construções implicam em destruições. Eis a memória discursiva da qual parto! Os remanejados destas barragens, sejam eles Quilombolas ou não, se aproximam por serem pobres, mestiços e também pelo fim trágico que tiveram: A perda de seus territórios, a insegurança terrível de não ter onde ir ou não saber para onde ir, e pior, não ter como voltar para um lugar que não existe mais.

Não acreditamos que o mar vai virar Sertão, mas aqui em Rio de Contas parece que o Sertão se encheu de água e trouxe o êxodo do povo da comunidade de Riacho das Pedras como única opção ante a submersão. As lágrimas salgaram o Mar de Portugal segundo Fernando Pessoa, contudo, em Riacho das Pedras as lágrimas, apesar de muitas não salgaram o imenso espelho d'água da Barragem Luiz Vieira que em plenas forças ajudam a adoçar os frutos produzidos em Livramento e Dom Basílio para exportação. Entretanto o amargor deste alagamento marcou a história de um povo da na Bahia.

4.2. A Barragem

De acordo com o Edinaldo Carmo (2013), foi intensificado o processo de construções de Grandes barragens no Brasil a partir da década de 70 para geração de energia, foram construídas Itaipu, Tucuruí, Itá, Itaparica, Sobradinho, entre outras. Usinas Hidrelétricas foram construídas com principal foco em “gerar

²⁹ Música Sobradinho. Compositores: Guttemberg Nery Guarabyra Filho / Luiz Carlos Pereira De Sa. Letrade Sobradinho © Warner/chappell Edicoes Musicais Ltda.

eletricidade para as indústriaseletointensivas como forma de promover o desenvolvimento da economia nacional” Empresas privadas seriam responsáveis por questões ligadas à tecnologia e o governo brasileiro pelas “questões socioeconômicas e ambientais” (CARMO, 2013). O desenvolvimento desejado pelo país no período conhecido como Milagre Econômico foi atingido ante as mais diversas construções de Usinas e barragens, entretanto os resultados não foram agradáveis para uma determinada parte da população brasileira:

Comunidades inteiras de quilombolas, indígenas, pequenos agricultores, meeiros, arrendatários, entre outros, foram destruídas, perderam suas terras, tiveram suas casas alagadas, plantações dizimadas, as condições de trabalho destruídas sem qualquer possibilidade de diálogo com os responsáveis. Qualquer tentativa de manifestação popular era violentamente reprimida e acompanhada pela polícia militar. (CARMO, 2013, p. 9).

Parecia haver um propósito em construir, mesmo que para tanto, houvesse a destruição de populações, territórios. Salientando que as populações e territórios a serem destruídos pertencessem a uma categoria que fosse passiva de destruição sem que o opressor fosse julgado ou punido. É neste contexto que as Comunidades de Barra e Bananal foram fortemente impactadas e Riacho das Pedras foi extinta, afinal o bem estar, as tradições seculares de um povo preto, descendente de escravizados e Quilombolas não estão na lista de algo que importa para o Governo Federal.

Vejamos o que afirma o relatório do órgão que construiu a Barragem, o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra as Secas). Como o próprio nome do órgão já diz o seu propósito, não precisamos nos ater neste ponto por mais tempo. Vamos informar uma nota sobre a recuperação ambiental.

Este relatório apresenta os resultados preliminares do PLANO DE RECUPERAÇÃO AMBIENTAL DAS ÁREAS DEGRADADAS — PRAD. Referente às áreas degradadas com a construção e operação da barragem Luiz Vieira (Barragem de Rio de Contas), localizada no município homônimo, no estado da Bahia construída pelo DNOCS, para servir como fonte de suprimento de água ao Projeto de Irrigação do Rio Brumado, situado a cerca de 8km à jusante, no município de Livramento de Nossa Senhora. (PRAD, 1999, p.6)

Notamos que a construção e operação da Barragem são para um projeto de irrigação do município de Livramento de Nossa Senhora, nos levando a pensar que Barra e Bananal, prejudicadas e Riacho das Pedras extinta com prejuízos culturais indelévels gerados pela separação dos habitantes da comunidade, foi em prol dos

Fazendeiros que vivem da irrigação de plantações. Voltamos aqui a mais um conflito que envolve a terra. A terra onde moram “uns” há séculos é destruída em detrimento de “outros” que querem a terra para plantar e vender frutos em larga escala.

O relatório feito pela Direção Regional do DNOCS, em 1999, afirma a existência de um plano de trabalho criado pelo mesmo órgão em 1984, na época chefiado Sonia Maria de Lima Silva, nele se encontram algumas medidas que já deveriam vigorar, contudo, não acontecendo, fora feito um novo relatório reafirmando as latentes necessidades dos povoados, deixando claro que as responsabilidades a suprir era do DNOCS.

Assim deve-se conseguir a restauração e/ou a reabilitação das áreas degradadas, visando à reintegração da área, de forma a resgatar a capacidade dos sítios, a fim de se poder destinar a área a uma nova utilização, de acordo com um plano de uso futuro, com uma nova condição de estabilidade, ou seja, a retomada do equilíbrio dinâmico dos fatores ambientais (bióticos, físicos e antrópicos)³⁰.

Detalhando este item, com relação ao que se diz antrópico, notamos uma aparente preocupação por parte do órgão construtor que indica várias medidas dignas de elogios para com a população atingida, apesar de serem tantos vamos destacar alguns considerado por nós, básicos, como a regulamentação de documentos da população; “os propósitos seriam entre outros, possibilitar a indenização das terras (...) e levar a aposentadoria aos idosos com mais de sessenta anos.”³¹

Com relação a execução de medidas em prol dos moradores tomadas pelo DNOCS, como nos diz neste relato de Dona Lurdes que afirma não está melhor, pois a iniciativa do governo é falha “o dinheiro veio para prefeitura... eles comeram!” Quando lhe perguntamos sobre os projetos feito para ajudar as comunidades como a fábrica que pretende trabalhar com as polpas de frutas e doces ela responde “Os projeto está lá no meio da estrada”³².

Porém não nos deixamos levar pelo coro de reclamações e de insatisfações. Colher informações não implica em colher verdades. Entendemos que existem muitas particularidades nos tantos casos dos despejados. Inclusive o DNOCS publica que muitos moradores das comunidades não tinham a escritura das terras.

O relatório segue com mais itens que beneficiariam as comunidades como a

³⁰ Ver Relatório das Comunidades Negras de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Rio de Contas, 1999, p.03.

³¹ Id, 1999, p.08.

³² Entrevista cedida por Dona Lurdes na cidade de Rio de Contas, setembro de 2008.

melhoriadas condições sanitárias, reformas habitacionais e projetos educativos para crianças e adultos com acompanhamento do DNOCS ou outras entidades municipais e estaduais bem como campanhas de vacinação preventivas, tendo ainda a reforma das casas feita com a mão de obra dos próprios moradores das comunidades, reurbanização dos arraiais existentes “mantendo as características peculiares de cada um deles e a introdução de equipamentos desportivos”³³.

O relatório detalha os supostos benéficos às comunidades irmãs. “As obras, no valor de R\$ 400.000.00, incluem as reformas residenciais, a construção de dois postos médicos, de equipamentos desportivos e de abastecimento d’água comunitário”³⁴.

Ainda neste relatório notamos a preocupação em reduzir qualquer dano que as comunidades reclamassem como de fato o fizeram; “qualquer programa que venha a ser estabelecido para as comunidades negras de Barra, Bananal e Riacho das Pedras deve levar em conta os recursos naturais existentes e a Identidade Cultural dessas comunidades”. Constatamos através destas citações e de outras leituras que realmente houve uma preocupação governamental com possíveis danos às comunidades Quilombolas, valendo salientar que, estas preocupações ampliam-se nas direções urbanistas no tocante a Rio de Contas e no âmbito ecológico, geológico da região.

No índice do relatório final, setembro de 1999, o PRAD previa a construção da Casa do Pescador que beneficiaria as pessoas que viviam da pesca no rio Brumado; previa a recuperação da Pedreira e implantação de um Horto florestal; a limpeza do trecho do rio Brumado; recuperação da mata ciliar. É nossa a constatação, também, que tais medidas citadas acima não constam como concluídas. Em caminhadas pelo campo e conversas com pessoas da cidade comprovamos que o rio Brumado, que corta a cidade, continua poluído, o Horto mencionado não encontramos; parece-nos uma plantação de eucalipto ao redor da pousada Rio de Contas; a Casa do Pescador não foi concluída e o que tinha dentro serviu para pequenos furtos e depois apenas ruínas.

³³ Relatório das Comunidades Negras de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Rio de Contas, 1999, p.09.

³⁴ Id, 1999, p. 09.



Figura 1: A casa do pescador. Fotografia tirada em 2019 pelo autor desta dissertação.

Quanto às comunidades, as inúmeras promessas citadas pelo DNOCS estão, quase em sua totalidade, não cumpridas. Apenas as indenizações foram pagas, ainda que cause insatisfação geral. Nem mesmo o projeto de irrigação das áreas de Barra e Bananal foi cumprido gerando indignação da população quilombola.

Consideramos um descaso total do governo e plena inabilidade em se trabalhar com comunidades rurais históricas, tendo efeito que, das três, restaram duas. E o que, talvez, mais irrite a população seja quilombola ou urbana, é o fato de que a destruição de um território secular sagrado mais as perdas individuais, são justificadas pela construção de uma barragem que beneficia apenas os dois municípios: Livramento de Nossa Senhora e Dom Basílio, ficando de fora a cidade de Rio de Contas. Ainda numa conversa com Dona Lurdes, ela faz uma síntese do resultado da Barragem: “os produtor de manga enriqueceram com a água aqui da barragem, para nós foi prejuízo. Matou agente e viveu eles lá³⁵”.

Ainda em consulta a documentos encontramos a seguinte constatação no relatório supracitado enfocando que o DNOCS sempre que realiza o PRAD conclui austeramente suas pendências “...excepcionalmente em Rio de Contas, verifica-

³⁵ Idem 30.

se que ainda existem danos que devem ser ressarcidos ao meio sócio cultural dos arraiais de Barra, Bananal e Riacho das Pedras”³⁶. Eis o ponto que nos leva a questionar: Por que logo com uma obra envolvendo este tipo de população houve erro? Seria um erro mesmo?

Acreditamos que não foi um erro e sim mais uma obra envolta em racismo estrutural altamente tóxico que polui a atmosfera das ideias e dos atos em nosso país, ponto que discutiremos adiante.

Voltemos aqui a ordem dos fatos ocorridos, as obras da barragem foram concluídas entre 1978 a 1983. Em 1984 foi elaborado um Plano de Trabalho assinado pela chefe da 4ª DR / IA, Sonia de Lima Silva que solicitava o Plano de Recuperação das Áreas Degradadas – PRAD; e nada foi feito. Assim um novo relatório foi redigido e assinado pela, então chefe em 1999. Concomitantemente estava sendo feito, finalmente o PRAD, indicando que desta vez as coisas fluiriam bem, entretanto, de 2008 a 2011, período que fiz visitas e pesquisas na região até o presente tempo, dezembro de 2020, não foram concluídas as obras que deveriam reparar os danos às comunidades e trazer benefícios à cidade de Rio de Contas. Para exemplificar, traremos de um fato que nos chamou atenção, uma carta das comunidades exigindo alguns itens.

A carta assinada por Carmo Joaquim da Silva, presidente da Associação do Desenvolvimento Comunitário Rural de Barra de Brumado/BA, pede: “regularização das terras não vazantes devolvendo os títulos das terras não indenizadas pelo DNOCS, pois na época foi indenizada metade das propriedades...” Mais adiante: “seis canos de seis polegadas, de ferro, para servir de abastecimento ao povoado de Bananal o qual, o DNOCS, deixou privado de água potável e aproveitamento do mesmo, para pequenas irrigações de subsistência (...)”. Seguindo “(...) solicitamos kit de irrigação de três hectares para estruturarmos uma horta comunitária”³⁷.

Gostaríamos de destacar após esta citação a discrepância que há entre o que o DNOCS, em 1984, havia se comprometido a fornecer às comunidades, sendo algo muito grandioso diante do que a comunidade pede nesta carta em 1998: migalhas.

Barra e Bananal continuaram sua vivência no local apesar das agruras

³⁶ Relatório das Comunidades Negras de Barra, Bananal e Riacho das Pedras. Rio de Contas, 1999, p.10.

³⁷ Id, 1999, Anexo II.

fornecidas pelo Estado, como vimos na sequência de fatos narrados. O Governo Federal e a Prefeitura dentro destes anos tomaram algumas medidas, como uma criação de Avestruz que ficava em Barra, esta criação não prosperou. Outra medida tomada para reparar os males causados às comunidades representou motivos para piadas ou algo do gênero, que para nós é o obvio desrespeito e exemplo do racismo estrutural que vigora em nosso país, ventilado, neste caso, mais uma vez, pelo Estado. Vejamos este ocorrido, no advento de uma máquina para processamento de mandioca. Consta no relatório Parcial da Bolsa do CNPq, que a máquina “tinha a capacidade de produção de 30 sacas de farinha diárias e esta quantidade é maior que a produção mensal dos grupos”. Parece-nos um tanto fora da realidade o uso desta máquina. Para piorar o equipamento era elétrico e, na época do evento, não havia ainda energia na comunidade. Embora não tenhamos encontrado datas neste documento inferimos que este ocorrido tenha sido antes do ano de 1996, uma vez que a luz elétrica chegara neste ano às comunidades, já a água encanada, chegou um pouco antes de 1988.

O descaso para com as Comunidades sugere-nos simplesmente o racismo. Hoje ainda somos frutos de várias gerações que acreditaram ser inferiores, pois foram inferiorizadas, antropologicamente e cientificamente. Ainda Moura (1988, p.18), aponta características de Nina Rodrigues “[...] embebido pela ciência oficial europeia que predominava no seu tempo e vinha para o Brasil, via o negro como biologicamente inferior, transferindo para eles as causas do nosso atraso social”.

Para Clóvis Moura, que escreveu esta obra em 1988, a ciência que inferiorizava o negro era ainda encontrada naqueles tempos. Para nós mesmos com alguns esforços das ações sociais, do Governo Federal, dos movimentos negros, ainda encontramos hoje políticas excludentes e que se esforçam para apagar as tradições, a força e os feitos dos negros para que estes possam negar sua identidade em detrimento de outra tida como superior e bem vista. Assim foi feito no fim do século XIX, início do século XX, chegando ao XXI.

Um órgão como o Departamento Nacional de Obras contra Secas (DNOCS) que o próprio nome já diz sua função, o Governo do Estado, Deputados, Prefeitos e Vereadores que têm a função de proteger a sociedade de qualquer eventualidade, inclusive, provocada pela própria humanidade, estas pessoas delegadas pela sociedade nos ensinam que devemos ficar cada vez mais atentos. Cada um de nós deve se postar contra as falhas dos que tem a função de trazer melhorias, proteção

entre outras coisas para o nosso dia-a-dia. Nos ensina a acionar a força não governamental em prol de lutas, nos “aquilombar” e lutar por direitos, protestar contra tantos mandos e desmandos. Lutar para não deixar que outras comunidades quilombolas sejam, como no passado, extintas e ainda deixar que seus algozes saiam como heróis e benfazejos da nação. Vamos aprender com o passado pois ele está se repetindo como um colonialismo dos tempos atuais, tragédias pontuais que escapam do conhecimento de maioria do povo, e nem brilham às luzes da grande mídia.

O colonialismo procurava cortar os laços que uniam os africanos a seu passado, a suas tradições e a sua cultura. No vácuo cultural assim criado os africanos deviam ser moldados – mas não muito – a uma nova língua e a uma nova mentalidade. Neste contexto, a educação colonial era antes de tudo um instrumento de conquista, de submissão e alienação. (PASSOS, 2006, p; 44)³⁸

A citação acima do pesquisador Francisco Silveira Vieira nos fez pensar que ainda hoje isto acontece, sendo fundamental que os quilombolas de hoje, precisam tomar consciência do que eles foram e são. Tendo este conhecimento, aumentar-se-ia o valor dado a si mesmo. Ter orgulho daquilo que se é faz-se fundamental para que outros também os valorizem. Conhecer seu passado e como ele se transformou em presente é também vital para que haja o orgulho de ser quem se é. Conhecimento e valorização de sua cultura, reconstrução da identidade cultural. Tudo isso compõe a seiva, o caule, para novas árvores mais fortes e belas. Entretanto vê-se o contrário: a ignorância total de suas raízes. Ignorar seu passado por vezes transforma a marca de ter origem em povos que foram escravizados em algo maior e pior, trazendo para si aquilo que é ruim e acreditando nisso torna-se menor inferior.

É desta forma, e de outras, que o racismo hoje, bem como o colonialismo de ontem tenta manter o negro que vive em comunidade quilombola, e não só ele, em um lugar de total inferioridade, pois quando alguém se entende inferior fica mais fácil aceitar aquilo que lhe é imposto.

Acreditamos que a partir de uma educação diferenciada este quadro poderá ser revertido. Uma educação especial para as comunidades no intuito de que todos possam lutar para quebrar e reconstruir novas estruturas dentro do atual

³⁸PASSOS, Ana Helena Ithamar; VIEIRA, Francisco S. S. E ROSA, Leandro da Silva. [coord.] **Projeto Quilombos Vivos**. São Paulo, 2006. p.44.

sistema. Uma educação dentro de escolas do ensino fundamental para que a criança cresça tendo bons referenciais do povo negro e não só aprendendo que seu povo foi escravizado e inferiorizado no passado e que isso se repete no presente. Seria importante buscar o orgulho de ser descendentes daqueles que resistiram e lutaram contra tão grande inimigo: o Sistema Escravocrata, encontrando, desta forma, o positivo dentro do que foi posto como negativo.

Em São Paulo em 2006, o governo do estado junto à secretaria de Estado e da Cultura elaboraram um projeto chamado *Quilombos vivos* muitas vezes citado neste trabalho. Este projeto que lutou pela valorização cultural dos quilombolas tentou levar, às vinte e uma comunidades reconhecidas no estado de São Paulo, alento em forma de conhecimento, vivências, teorias e práticas que chegavam como pequenas doses de felicidade e força para sustentar o brilho destes povos diante de tantas situações adversas.

As ações da secretaria chegam aos quilombos por meio de bibliotecas e oficinas especiais que buscam o desenvolvimento cultural e fortalecimento de suas raízes e tradições. Cada comunidade recebeu da Secretaria de Cultura um acervo com 300 livros, selecionados com ênfase na temática negra, um computador e duas estantes. Também foram criadas oficinas especiais divididas em quatro grupos por comunidade, a fim de fortalecer laços de identidade e estabelecer um ambiente de interação e interesse pela leitura. (PASSOS, 2006, p, 44)

São projetos como este que criam centros culturais, que trabalham com História e Cultura Africana e Afro-brasileira, oficinas de teatro entre outros itens que realmente podem mudar o quadro não agradável que se encontra as comunidades de Barra e Bananal.

O mal já está feito, Riacho das Pedras existe mais em memória do que em matéria, pois o território existe embora não possa ser habitado, restando as memórias de um povo que ali viveu por séculos, mas as duas outras comunidades ainda resistem e existem e poderiam, não só elas como outras em toda a Bahia e Brasil, ser agraciadas com algo que realmente fosse útil. É fortalecendo a cultura que se encontra força para modificar as estruturas. Acreditamos que mesmo em eventos trágicos como a extinção de uma comunidade quilombola em função da construção de uma barragem, encontram-se pontos positivos. Na revista baiana Afro-Ásia de 1999 encontramos dois argumentos que vão na mesma direção de nossas últimas afirmativas.

A primeira é de Pierre Nora “Para que haja memória tem que haver vontade

de memória”. E a segunda é de Lucette Valensi na visão de Jean — François “diante de uma ameaça vinda de fora, a identidade nacional marroquina tinha se fortalecido, exumando, depois de vários séculos, a memória de sua vitória sobre Portugal na Batalha dos três Reis”. (AFRO-ÁSIA, 1999, p.321)

Diante da perda do Território de Riacho das pedras, talvez as pessoas das Comunidades tenham após este revés criado ânimo e força para não se deixar ser derrotadas sem antes lutar. Esta derrota pode, em nossa opinião, ter fortalecido o grupo deixando-o em melhores condições para desejar aceitar mudanças, bem como a terra, que após a cheia do rio que alaga quase tudo ao redor, fica pronta para ser semeada, ou após as queimadas o Serrado se mostra forte novamente para vicejar no verde. Queremos dizer que ações governamentais e não governamentais podem e devem ser úteis neste momento histórico das comunidades. A água não matou a memória e talvez tenha reavivado a “vontade de memória” numa retomada cultural cheia de boas possibilidades. As águas não afogam as memórias, mas, ao contrário, dão fluidez.

Segundo Carmo, liderança das comunidades de Barra e Bananal “o pessoal de Riacho das Pedras só saiu com o toque da água. Um devoto de Bom Jesus colocou seu oratório na cabeça e quase coberto de água saiu chorando”. (Messenger e Martins, 1991). Acompanhemos parte de uma entrevista feita por nós com Dona Floriza Maria de Aguiar, ex-moradora de Riacho das Pedras residente na Rua Pirulito no município de Rio de Contas:

(...) carregando nove filhos, e lá (Barro Branco) eu ainda morei dois ano (afirma com brilho nos olhos elevando o tom de voz) dentro de um rancho de capim de beira no chão. (...) A comida eu fazia do lado de fora. Ali comia. Ali dormia tudo era ali. (...) um cômodo sozim coberto de capim. (Exaltando novamente a voz) Dona Floriza continua e volta a elevar o tom quando fala dos filhos. Eu saia com medo de eu chegar e achar os meninos... botar fogo no rancho.³⁹

Demonstrando certa raiva, orgulho e gratidão a Deus, ela chega a atropelar as palavras na última fala citada.

Dona Floriza construiu uma casa bem posta, com estrutura suficiente para abrigar a família, e não pensa em voltar para Riacho das Pedras, cumpriu sua sina, afirma ter raiva da criação da Barragem, mas por fim agradece a Deus com um sorriso de quem driblou toda sorte de farpas e desafios em uma longa vida. Filhos criados,

³⁹ Entrevista feita em: 14 de setembro de 2008.

netos em casa. Eis a forçado povo reagindo e recriando. Contudo enxergamos Dona Floriza e sua família longe de suas raízes ancestrais. Ainda assim pensamos que se nem a água ou o fogo aplacaram aforça dessa gente, haverá sempre a esperança, aliada ao trabalho, de ver surgir novos e bons horizontes. Novas chuvas para fortalecer a Terra-Mãe forte e firme da qual nós viemos, estamos e voltaremos.

4.3. Vidas Negras Importam?

A pergunta do subtítulo acima tem estado presente em manifestações contra o racismo em vários lugares do mundo. Aqui trataremos dela de forma indireta através de exemplos que sugerem que elas não importam. Pensando melhor, em toda essa pesquisa esse subtítulo se encaixaria bem, na medida que o contexto muda, seja no Colonialismo do séculos XVI, XVII, XVIII ou no Novo Colonialismo dos séculos XIX, XX, e XXI, a essência não se desfaz: As vidas negras são desimportantes

Daremos continuidade argumentando sobre o racismo praticado pelo Estado, usando exemplos das construções de outras barragens e do poder de decidir quem deve sofrer e quem deve morrer, poder este, atrelado ao Estado que ao mirar o progresso e ou desenvolvimento cobra preço alto das populações negras, pobres e mestiças.

Neste começo usaremos como referência obras como a de Ely Estrela, *Sobradinho: a retirada de um povo*, do trabalho de Edinaldo Carmo, *De ribeirinhos a sertanejos do semiárido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens*. Apontaremos algumas semelhanças com a construção da Barragem Luiz Vieira.

Optamos em buscar semelhanças entre a construção da Barragem Luiz Vieira e suas implicações nefastas com a construção de outras Barragens, inda que estas não tenham afetado comunidades Quilombolas. Para tanto, usaremos, a princípio, a palavra *Promessa*. Entendemos que ela carrega uma importância generosa dentro das relações processuais desde o início das barragens passando pelo remanejamento forçado chegando até os resultados desta remoção. A promessa surge como uma espécie de guia, de luz para os remanejados, uma vez que seu

passado, parte física, será alagado restará apenas um olhar para frente, atrelando a esperança ao vocábulo escolhido: promessa.

Na construção da Barragem de Pedra do Cavalo, no recôncavo baiano entre 1979 e 1985, foram criados núcleos de remanejados, inclusive em Rafael Jambeiro, no semiárido baiano, que recebeu inúmeras promessas do Estado, “irrigação, com assistência especializada, concessão de uso das águas remanescentes do lago, realização de projeto de piscicultura...” (CARMO, 2013).

A construção da Represa de Sobradinho também nos anos 70 demandou o deslocamento compulsório de toda uma população num projeto especial de colonização de Serrado Ramalho, Oeste baiano, também lhes foram feitas ótimas promessas, como terra, água e trabalho, que a professora Ely Estrela aludi a Euclides da Cunha, lembrando as terras ricas abundando em leite e mel. (ESTRELA, 2010, p. 21) Lá se foram aquelas tantas famílias saindo de uma ponta a outra da Bahia, levando na bagagem muitos sonhos e saudades do que ficou para trás: “Remanso, Casa Nova, Sento sé, Pilão Arcado, Sobradinho: Adeus.” Assim como na música de Sá e Guarabira, o povo disse adeus ao Rio São Francisco e suas casas apegando-se às promessas de um tempo bom que viria.

O resultado destas promessas? Nos exemplos de Pedra do Cavalo, em Sobradinho, e na Barragem Luiz Vieira, os resultados são semelhantes: Pedra do Cavalo, o povo remanejado do Recôncavo para o semiárido, imagine as diferenças de clima, de solo, culturais, parece-nos bastante significativas, como se não fosse pensado nos incalculáveis impactos. Com o tempo esse povo fora abandonado à própria sorte, tendo que se reinventar, sobreviver, após se deparar com a decepção e por fim com a desilusão.

No entanto ao longo dos anos as promessas foram esquecidas, assim como as pessoas ali reassentadas, as quais então criaram a sua própria dinâmica de sobrevivência: dos cajueiros aproveitam a castanha, que depois de torrada, é vendida às margens da BR-116... (CARMO, 2013, p.16).

O projeto especial de colonização de Serra do Ramalho prometia progresso e desenvolvimento econômico não apenas para os remanejados, mas também para quem perto dali vivia, no começo gerou certa desconfiança, ante a desorganização, porém o governo tranquilizava argumentando ser momentânea.

Mas com o correr dos anos, o futuro celeiro do Nordeste apresentava um quadro desolador: a cooperativa faliu, o crédito foi suspenso, as safras

minguaram, a irrigação fracassou, passando o projeto a ser visto pela população de Bom Jesus da Lapa e do entorno com um olhar de desconfiança, desconforto e descrédito. (ESTRELA, 2010, p22)

Percebemos que o desfecho é bem parecido nos exemplos dados, o governo age da mesma forma, escolhendo quem vai prosperar e quem vai minguar. Os remanejados destes exemplos tiveram fins parecidos perdendo suas terras e territórios afundados em um lodaçal de água e promessas, o povo de Riacho das Pedras, como já foi dito aqui migrou para um local que passou a se chamar Pirulito, hoje, periferia de Rio de Contas, outros, porém foram para Livramento, Dom Basílio e até para terras mais distantes como São Paulo, num desassossego próprio da diáspora negra neste país, que nos faz lembrar uma citação do prefácio de ESTRELA, 2010.: “eu ainda estou caminhando e não cheguei em lugar nenhum” Essas novas Diásporas que protagonizam os remanejados da Barragem Luiz Vieira, ou de qualquer outra parecem sem fim, uma vez que ao se lançaram na desventura de procurar sucesso em promessas não cumpridas ou em horizontes distantes e ao se fixarem em terras alhures a perda de suas raízes lhes põem na condição de errantes, pois estando longe do que era seu se é forasteiro e não se podendo voltar, são errantes, como um ciclo que não se fecha.

Pressupõe-se que o Estado proporcione mudanças sociais para a melhoria da vida das pessoas, esta seria uma de suas funções, de fato as mudanças surgem, a busca por construções de barragens tem a argumentação de desenvolvimento e progresso. A grande questão que estamos argumentando agora neste trabalho é Para quem é esse progresso e esse desenvolvimento? Quem se beneficia? Por outro lado surge outra perspectiva: Quem vai ser prejudicado? A ideia que temos é que os povos bruscamente prejudicados têm uma cor e um perfil social que se repete, negros pobres, nos levando ao racismo estrutural.

4.4. A carne mais barata do mercado.

Faremos analogias a seguir para fortalecer o argumento do Estado violento e racista. Em muitos momentos da história do ser humano pode-se perceber uma busca por diversos tipos de desenvolvimento, na antiguidade tivemos civilizações hidráulicas, como o Egito, na irrigação se mantinham, tivemos também povos que

se lançaram ao mar na busca por comércios como a Fenícia. Já em tempos mais atuais pensarmos na busca por melhores transportes melhores meios de comunicação, pautados na argumentação de pretendemos grandes mudanças em nome de melhorias sociais, parece bom poder chegar mais longe e em menor tempo, poder conversar por telefone encurtando largas distâncias. A utilização de defensores químicos para as grandes lavouras poderia produzir tanto alimento que amenizaria ou acabaria a fome no mundo. As vacinas, os remédios que alongariam e melhorariam a vida de nós seres humanos. Realmente as coisas mudaram e de algum ponto de vista, até melhoraram, podemos ir de Salvador até Lisboa em 8 horas de avião. Podemos falar por computador ou telefone celular com pessoas em qualquer parte do planeta, são fatos. Mas precisamos analisar com calma quem realmente pode ir do Brasil para Europa, ou quem possui os mecanismos para ligar ou falar com gente em outros continentes. Nos parece que as melhorias sociais nestes âmbitos existem, mas estão ligadas às questões econômicas, questões estas que para atingirmos fechamos os olhos para a realidade social de bilhões de pessoas. Nosso sistema indica o caminho, indica quem deve seguir e quem não deve. Parece que vivemos ainda nas colonizações europeias dos séculos XV ao XIX, ou algo parecido, o que nos lembra a citação de Sílvia Almeida (2018, p.92): “Por isso diz Mbembe [...] as colônias são o local por excelência em que os controles e as garantias de ordem judicial podem ser suspensos – a zona em que a violência do estado de exceção supostamente opera a serviço da “civilização”.

Quando lançamos nossos olhares para as vacinas e medicamentos lembramos das cobaias animais que morrem aos milhares em nome de uma possível melhoria das vidas humanas, parece que a morte de bichos são justificáveis desde que nos beneficiemos destas mortes. O que queremos argumentar é que os animais podem morrer por serem animais não humanos, criando uma diferença pautada até mesmo numa superioridade dos racionais. E nós animais racionais escolhemos através de outros critérios quais entre nós humanos podem ou não morrer, quais entre nós humanos devem sofrer em detrimento do desenvolvimento. O racismo nos parece ser o critério. Ratos morrem em laboratórios, comunidades quilombolas são extintas, famílias e mais famílias de negros são remanejadas e jogadas para serem entregues à própria sorte como cobaias humanas para experimentos de progresso e desenvolvimento.

4.5. Ratos, Porcos, Lobos e Abutres

Não queremos ser contra a construção de barragens, de vacinas, remédios, meios de transporte ou de comunicação, mas elucidamos que deva haver os devidos cuidados, a “sensibilidade moral” que surge ausente nestes exemplos. Esses descuidos, que nos parece propositais, nos convida ao encontro com Anna Tsing em seu artigo *Margens Indomáveis: Cogumelos como espécies companheiras*. Uma frase surge como síntese de nosso argumento: “O excepcionalismo humano nos cega.” (2009, p. 184).

Afirmamos que essa superioridade trazida por Tsing (2009), pode se assemelhar como exemplo de nossa pesquisa. Humanos se acham superiores no planeta justificando mandos e desmandos dos próprios humanos. A questão é que, entre si, os próprios humanos querem gozar de uma superioridade: Mulheres inferiorizadas ante os Homens; Negros inferiorizados ante os Brancos; Pobres ante os Ricos, entre outras situações. A ação de construir a Barragem e destruir uma Comunidade, abalar drasticamente outras duas revelam sentimento de superioridade e de impunidade entre animais humanos em relação a outros animais humanos. A superioridade aparece por conta do fator econômico e do racismo.

Ainda nesta linha, Haraway (2011, p. 38) traz à baila o pensamento de Derrida, e mostra que nos distanciamos dos animais, fortalecendo nossa excelência, assim criando condições para justificar quem pode sofrer ou mesmo morrer. “Todo ser vivo exceto o Homem pode ser matado, mas não assassinado. Tornar o Homem meramente matável é o cúmulo da indignidade moral; na verdade, é a definição de genocídio” (p. 39). Fica notória para nós a distância criada pelos humanos para os não humanos na intenção de justificar qualquer tipo de sofrimento ou matança de animais, entretanto o que queremos salientar é que entre os próprios humanos parece existir também diferenças criadas para justificar sofrimento. Nos casos das Barragens citadas, sobressai como protagonistas do sofrimento o mesmo tipo de gente: mais pobres, ribeirinhos, comunidades rurais e comunidades quilombolas, se analisarmos parecem do mesmo extrato social.

Deixando evidente quem pode sofrer, ser remanejado, mal indenizado, ou até morrer.

Entendemos que, à medida que a população humana cresce mundo a dentro, mais construções devem ser feitas, mais energia precisaremos, mais indústrias, mais consumo... Nesta toada, além dos animais não humanos que vão sendo remanejados, perdendo sua condição de sobrevivência, ou sendo mortos, aumenta o número de animais humanos que também são postos em condições desprezíveis, onde o que resta é a sobrevivência nas ruínas, estas, geradas pelas pequenas e grandes construções. Animais e pessoas sofrerão de um mal semelhante. Seriam estas pessoas tão menos importantes a ponto de serem tratadas como tratamos a fauna remanejada. Seriam esses grupos de humanos uma subespécie, raça inferior, carne mais barata indo pro mercado.

A antropóloga Ana Tsing faz interessantíssima alusão às lavouras de Cana de açúcar nas *plantations* da colonização das Américas e os males desta monocultura bem como sua relação com a escravidão de povos africanos (p. 190). No caso da Barragem Luiz Vieira, a monocultura de manga e, depois, de maracujá não escravizou o povo livre das Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, mas, os condenou a um exílio de seus próprios territórios, o que soa como um tipo de tragédia contemporânea, novas diásporas dentro das velhas. A doçura da cana fora substituída pela amargura da escravidão no Brasil colonial, assim como nas lavouras irrigadas no Brasil atual, florescem as mangueiras e dão destino inverso de florir aos moradores de Riacho das Pedras, que tiveram como única alternativa, a fuga, e dela, as severas consequências.

As *plantations* exibem um desequilíbrio flamejante, mostrando o contraste entre o mel das canas e o fel da escravidão mesmo desequilíbrio notado na força da grana nas lavouras de manga e a pobreza gritante de quem perde sua fonte de vida para que haja água para molhar as mangueiras. Esta falta de equilíbrio nos remete a exemplos trazidos pela psicóloga Vinciane Despret no seu artigo *O que diriam os animais se...* Ela traz a história dos lobos na Mogólia do Norte, que atacavam os pastores nômades, mas estes não destruíam os Lobos pois havia entre eles uma noção de equilíbrio ecológico. Os lobos predavam roedores fazendo com que as lavouras fossem protegidas. Desta, e de outras formas uns precisavam dos outros.

Também a história dos Abutres na Índia, que foram praticamente extintos por

conta de alimentarem-se de vacas mortas e medicadas com anti-inflamatórios, o remédio ficavam nos rins das vacas e levavam à morte os Abutres. Os moradores da região tentaram então trazer de volta os Abutres, pois desta forma combater-se-ia um problema de saúde pública gerado pela quantidade de vacas mortas e não comidas.

Os casos dos lobos da estepe e o dos abutres suscitam a busca pelo equilíbrio ecológico. Há um tratamento respeitoso dos humanos com os Lobos e os Abutres, diante, é certo, da necessidade, mas há o tratamento responsável, permeado por uma “reciprocidade ética” nas palavras de Despret (2016, p. 5). Faz-se necessário informar que nesta história dos Abutres, a comunidade passou a tentar melhorar a vida dos comedores de carniça quando perceberam a utilidade e grandiosidade dos abutres. Entendemos a partir deste exemplo que o Governo do Estado da Bahia não percebe utilidade e grandiosidade no povo preto das Comunidades Quilombolas, tendo-os como gente pouco importante a ponto de não se importar se serão bem remanejados, bem indenizados, se o Plano de Recuperação de Área Degradada (PRAD) será realizado, entre outras coisas. Na história da Construção de grandes Barragens, o povo negro aparece na ponta da agulha, pagando com vários tipos de perda: perda de território, traços culturais, memória coletiva, e os mais diversos danos sociais indelévels.

“O racismo tem, portanto, duas funções ligadas ao poder do Estado: a primeira é a de fragmentação, de divisão no contínuo biológico da espécie humana, introduzindo hierarquias, distinções, classificações de raças. O racismo estabelecerá a linha divisória entre superiores e inferiores, entre bons e maus, entre os grupos que merecem viver e os que merecem morrer, entre os que terão a vida prolongada e os que serão deixados para a morte, entre os que devem permanecer vivos e o que serão mortos. E que se entenda que a morte aqui não é apenas a retirada da vida, mas também é entendida como a exposição ao risco da morte, a morte política, a expulsão e a rejeição.” (ALMEIDA, 2018, p. 88/89).

Nas Comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras, talvez por não serem úteis como já foram em épocas de mineração, o tratamento foi menos respeitoso culminando num fim trágico. Despret (2016) mostra como estamos longe de manter relações equilibradas e notoriamente encontramos o desequilíbrio nas práticas de convívio entre o Estado e as Comunidades. Enquanto as Comunidades colheram o desrespeito e o desprezo nos sérios danos sofridos, a monocultura gerou os frutos que os fazendeiros tanto desejavam: manga e dinheiro.

Segundo os moradores que ficaram em Barra e Bananal e os ex-moradores

de Riacho das Pedras, após a construção da Barragem eles tiveram que sair, mas não desistiram de cultivar a terra para viver e alguns se deslocaram para um local chamado Barro Branco que fica a alguns minutos de Rio de Contas, contudo como atestam os entrevistados, a água de lá secou e para eles não restaram muitas oportunidades, a não ser buscar outra forma de viver em outras *terras*, mas não mais em *seu território*.

Nas entrevistas que fizemos antes da pandemia do COVID-19 encontramos uma dubiedade quanto a existência daquele Território e chegamos a perguntar se Riacho das pedras ainda existia e Seu Otávio, ex-morador de Riacho das Pedras, respondeu: “Não... Existir, existe. Tem lá as terra que não atingiu a água. As terra mais ruim ficou. Tem outras pessoas que tem vontade de trabalhar lá mas não tem estrada. Sou um morador que saiu mas não sai”.⁴⁰

No caso de Seu Otávio, casado com Dona Lurdes, ainda planta feijão e mandioca. Dona Lurdes, também ex-moradora de Riacho das Pedras interfere: “Sempre agente tá lá e cá”.

Entendemos que a confusão não se encontra apenas no que ocorreu depois da Barragem cheia, ela se estabelece desde o início da construção visto que a informação parece não ter sido bem recebida pelos que entrevistamos:

Dona Lurdes faz queixa sobre estas informações iniciais, perguntamos sobre avisos sobre a construção da Barragem: “Avisou mas foi um aviso assim que não explicou direito pros moradores e os nossos ancestrais mais velhos não sabiam o que era a barragem então aí deixou agente todo confuso.”

A desimportância dada a este povo é notória desde o começo da obra, durante e depois.

“Tinha muito prometimento mas só que eles não colaborou com nada” (...) “e pressão com a gente que morava lá. Se não saísse ia virar peixe, muita pressão”(…) “Uns foi saindo primeiro os que foi arrumando local para morada, depois ficou outros mais por último, deu o dinheiro pouquinho e uns *dava para construir as casas* outros o dinheiro já não dava ficava lá até conseguir o dinheiro para fazer as casa para poder sair” (Fala de Dona Lurdes)⁴¹.

Esta questão financeira também nos pareceu confusa. Entendemos que quando algum tipo de obra toma o lugar e a terra onde moramos e somos indenizados devemos receber no mínimo a condição de podermos comprar outro

⁴⁰ Entrevista cedida por Seu Otávio em setembro de 2008.

⁴¹ Entrevista cedida por dona Lourdes, setembro de 2008.

lugar. Usamos o termo Mínimo, pois se vivemos da terra, vendemos nossa casa e formos morar na cidade teremos problemas, pois precisaremos de outro meio de sustento. Acreditamos que isso parece simples de entender.

Perguntamos a Dona Tiana se ela comprou uma casa com a indenização: “Naquela época o dinheiro era... era uma coisa... um cala boca... eu sei que o dinheiro que o pessoal recebeu lá nenhum agasalhou. O dinheiro serve, mas que deu para agasalhar, não.”

Seu Zé Rocha argumenta sobre ter recebido o dinheiro.

“Não, não recebeu dinheiro direito não... recebeu um dinheirinho muito pouco... é. Assim mesmo não foi nem de terra foi das coisas que tinha assim plantado. Da terra não. Eles não pagou da terra não. (...) “ali tinha muita gente que morava ali mas o povo saiu tudo. Esparramou, uns foi para SP outros foi para Furnas Esparramou tudo, outros já morreu”.⁴²

Dona Joanita também traz uma fala que justifica o que dissemos acima:

“Aonde nós enchia casa de mantimento era em Riacho das pedras... tinha um regão d'água, onde plantava d'água de tudo... aí agora foi simhora tudo... tinha feijão e agora nada quiser comer um quilo de feijão é comprado... aqui é seco, não dá”.⁴³

Ao dizer “aqui é seco” se refere a Barro Branco, lugar que alguns deles foram antes das águas chegarem, lugar perto de Rio de Contas mas a água acabou.

A terra deles serviu para o Estado, a obra foi feita e quem tinha que se beneficiar foi beneficiado: Os fazendeiros de Livramento e Dom Basílio. O povo das Comunidades ficou a ver mangas e maracujás. Ainda é provável que encontremos essa grandiosa obra dentro dos grandes feitos do Estado da Bahia, uma benesse para o povo pobre desta terra que parece esquecida.

Traremos à baila aqui o exemplo de Haraway (2011) com o Onco Rato. Os ratos morrem em pesquisas para procura da cura do câncer de mama, possuem sua utilidade, mas não o respeito por isso. As comunidades Quilombolas, citadas aqui, seriam ratos de laboratório em campanha vital da irrigação no plantio de manga. Creio que algo semelhante, visto que os ratos não ganham o respeito, e pouco percebe-se sua utilidade, já os negros das Comunidades não possuem o respeito do Estado, e no máximo parecem úteis ao plantio, manejo e colheita da manga em Dom Basílio e ou Livramento de Nossa Senhora.

⁴² Entrevista cedida por Zé Rocha em setembro de 2008.

⁴³ Entrevista cedida por Dona Joanita em setembro de 2008.

Ainda em Haraway (2011), esta cita a filósofa e psicóloga belga Vinciane Despret ao afirmar que “articular corpos a outros corpos” é sempre uma questão política. O mesmo deve ser dito sobre desarticular corpos para rearticular outros corpos.” (p. 48). Em nossa compreensão, percebemos que a Comunidade de Riacho das Pedras, sendo extinta após a construção da Barragem Luíz Vieira foi desarticulada, seus tradicionais moradores se espalharam alhures, em busca de uma nova sorte, para assim, articular a irrigação de plantações de manga e maracujá em Dom Basílio e Livramento de Nossa senhora. As frutas bonitas criadas para exportações, serão deglutidas longe das ruínas abandonadas no território de Riacho das Pedras.

Não é complicado perceber que as decisões do Estado são direcionadas pelo dinheiro, sendo que danos ao meio ambiente e aos seres humanos soam como a contra partida destes avanços econômicos para uma minoria, uma espécie de naturalização da violência. Percebe-se também que negros se dão mal por duas vias: a econômica e a racial. Outrossim, algo nos perturba muito na escrita deste trabalho, é que o racismo nos soa como uma desumanização, e fica pior quando percebemos através dos exemplos dados que se encaminha para uma naturalização desta condição de subespécie. Por mais que isso arranque repulsa de algum leitor desprevenido, faz total sentido, quanto mais desumanos nós parecermos, mais fácil será justificado todo tipo de injúria, violência ou outras adjacências do “quite desgraça” que nos é enfiado goela a baixo. Ainda nesta direção, o rebaixamento na raça beira e aponta para a coisificação, semelhante ao Sistema Escravocrata do colonialismo, que apesar da distância temporal se faz bem atual, Angela Davis, em *Mulheres, raça e classe*, lembra da força que era feita pelos escravizados para que seus filhos e filhas crescessem achando que eram pessoas, uma vez que o ambiente criado, segundo ela os colocava como “uma horda subumana de unidades de força de trabalho.” (DAVIS, 2016) Neste passado posto pela filósofa estadunidense, faz jorrar em nosso presente uma fonte de realidades atuais, o racismo estrutural tenta nos “recoisificar” para manter impunes as ações que nos oprime.

“Seus arranjos domésticos e suas redes de parentesco, em conjunto com as comunidades ampliadas que nasciam desses laços primordiais, deixavam bem posto para suas crianças que escravos e escravas não eram “não homens” e “nãomulheres”. (DAVIS, 2016, p.32).

A força das negras e negros do passado foi essencial para que a resistência fluísse e obtivesse algum êxito. Devemos, assim acreditamos, nos inspirar em Angela Davis respirando sua lucidez que mesmo aspirando tanta crueldade não perdeu o juízo, assim também como sua atitude, visto que apesar de morar nos EUA nos anos de 1970, sustentou a bandeira do Comunismo, do ativismo antirracista, carregando a insustentável leveza de ser uma mulher negra naquele contexto capitalista, racista e machista retrógrado, que tantos ainda acreditam ser o país da liberdade e da democracia.

5. “SERTÃO: QUEM SABE DELE É URUBU E GAVIÃO”

Este título foi escolhido em homenagem ao grande João Guimarães Rosa, inclusive retirado do livro Grande Sertão: Veredas. O próprio autor é uma inspiração constante para nós, mas a escolha deste título está ligada à ideia de tão grande o Sertão, que parte delefica escondida dos faróis das mídias, muitas vezes da Justiça,

tendo como seus verdadeiros entendedores urubus e gaviões, “funcionários” da Natureza que percorrem as vastas terras do alto e no baixo, se espalhando por tudo quanto é canto em cada vereda, ou caminho que exista nesta terra.

Seja no passado colonial ou no presente, o racismo que possui tantas caras para ser confundido, também é disfarçado de patologia. O que nos parece melhor resolução sobre o tema é tese de Sílvio Almeida de que “o racismo é sempre estrutural” (ALMEIDA, 2018). Desde que começamos a falar aqui sobre a construção da Barragem Luiz Vieira a destruição da Comunidade de Riacho das Pedras bem como os males causados às outras duas Comunidades Barra e Bananal, já usamos inúmeros exemplos que exalta a falta de atenção do Estado para com as Comunidades de Rio de Contas. Essa falta do Estado se encontra ao longo de todo território nacional. No Brasil inteiro existe luta dos Povos Quilombolas contra os mandos e desmandos do Estado, como exemplo das Comunidades de Alcântara do Maranhão, ou Rio das Rãs aqui mesmo na Bahia. O que percebemos é que boa parte do que dissemos sobre esta questão se encaixa nas seguintes definições:

“O racismo é uma forma sistemática de discriminação que tem a raça como fundamento, e que se manifesta por meio de práticas conscientes ou inconscientes que culminam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, a depender do grupo racial ao qual pertencam.” (ALMEIDA, 2018, p.24)

Ainda citando Almeida:

“Não se trata, portanto, de apenas um ato discriminatório ou mesmo de um conjunto de atos, mas de um processo em que condições de subalternidade e de privilégio que se distribuem entre grupos raciais se reproduzem nos âmbitos da política, da economia e das relações cotidianas.” (2018, p.26)

O nosso uso de exemplos diversos fazendo analogias com coisas e animais em tempos passados e presentes é para analisar o racismo como um processo sistêmico em nossa história, que se faz presente e forte e ao mesmo tempo quase não se mostra de forma direta, como uma goiaba vistosa mas que ao morder se percebe que está em pleno processo de putrefação. Assim caminha nossa sociedade racista. Não temos mais o Sistema Escravocrata do Colonialismo mas as práticas estatais com suas falanges canibais avançam sobre o povo negro e ou pobre invisibilizando e naturalizando seu sofrimento e sua morte, em silêncio, mas provocando um barulho ensurdecador. Os resultados deste estrondo estão em toda parte, como nas estatísticas das prisões, nos mortos diários por falta de

comida, falta de saneamento, falta de perspectiva, falta de vacina, sobra de “balas perdidas” , estatísticas que não lemos e se fazemos a leitura a naturalizamos como café leite e pão para que os tem, ou esquecemos quando vemos nos jornais e nos atemos com todo afã à morte de um artista, ou de um político de expressão, no fim a política de morte do Estado... É como se fosse um estouro de enormes proporções, só que no Espaço que apesar de grande não se ouve.

5.1. O Estado e seus braços de Tiranossauro Rex.

Continuaremos a dar exemplos de diferentes momentos históricos e espaços geográficos para tentar mostrar a vontade, desfarçada, do Estado em deixar que certas políticas aconteçam ou deixem de acontecer para que os povos pretos continuem invisibilizados, marginalizados e na lista daqueles que podem e devem sofrer e morrer com o auxílio luxuoso de quem os devia proteger e ajudar. Os exemplos aparecerão de forma de geral, ou específica falando do Estado ou de outras comunidades mas buscaremos frequentemente a ponte com a Comunidade de Riacho das Pedras, que foi nossa fonte de inspiração para a Dissertação.

Após o Brasil se livrar da sanha mortal do Sistema Escravocrata em 1888 parecia que negras e negros construtores deste país teriam sua voz e vez, afinal a liberdade raiaria no 14 de maio daquele ano, a República também raiaria para ser porta voz da democracia e dos direitos a todas e todos cá nesta Terra Brasil. O que ocorreu foi completamente o contrário, ao invés de uma ruptura da estrutura escravocrata de invisibilidade e marginalização nos pareceu mais uma continuidade disfarçada, uma liberdade precária e vigiada onde direitos sonhados e esperados continuaram perdidos e esperando em futuro distante. O Estado, responsável pelo bem estar da sociedade tomava suas providências para estabelecer a Ordem e o Progresso que reluzia em nossa frondosa bandeira.

A questão das Comunidades Negras Rurais Quilombolas se reveste de símbolos esignificados a partir da Abolição da escravidão. Quando o país decretou o fim do regime escravocrata, houve práticas adotadas pelo Estado brasileiro que

constituiu-se em “barreiras invisíveis” para marginalizar negros e negros agora libertos. A incorporação de mão-de-obra de imigrantes europeus, para trabalhar nas áreas onde havia a supremacia de negros e negras nas atividades e também na recente indústria que era instalada no Brasil, configurou-se como uma “política de branqueamento”, iniciado no século em que os negros brasileiros conquistaram sua liberdade. (AMORIM, 2005, p. 42)

Eis então os atos estatais para organizar o Brasil, barreiras invisíveis trazidas no fragmento citado, que consideramos barreiras também visíveis uma vez que milhares e milhares de imigrantes europeus chegaram no país para realizar um sonho do Estado brasileiro, um projeto de branqueamento da população. Fica bem posto que as ações estatais não conjuminavam com o destino dos negros no Brasil. O nosso progresso econômico estaria apontando para estes europeus que aqui chegaram e ficaram. Um dos resultados desta política pública é que o século XX terminou marcado pela árdua luta do povo negro e os povos Quilombolas, que ainda lutam para oficializarem suas terras, lutam para se manter nas terras, são obrigados a deixá-las com frequência seja por causa de barragens como a Comunidade de Riacho das Pedras, por mineração, como as Comunidades de Antas e Palmito em Caetité ou qualquer outro motivo anunciado pelas trombetas do progresso.

Essas lutas acontecem mesmo com a constituição de 1988 que garantia aos Remanescentes Quilombolas os direitos sobre as terras em que viviam há séculos. Lutas por direitos elementares como Ter e Permanecer em suas terras ancestrais. As mãos do estado ao garantirem direitos aos Povos Quilombolas parecem finalmente acariciar o povo que cansou de apanhar, entretanto, o resultado foi como no poema Versos Íntimos de Augusto dos Anjos “Acostuma-te à lama que te espera” deste texto retiramos a inspiração para afirmar que “A mão que afaga é a mesma que apedreja” por tanto se os povos quilombolas de hoje não aprenderem a apedrear a mão vil que os afaga, novas lambadas virão, outros serão remanejados então, ainda que nos arda na pele a lambada da Pandemia do Covid-19, como o povo de Alcântara no Maranhão. Aliás o caso de Alcântara apesar de não ter uma barragem para provocar a desgraça há uma base de lançamento de foguetes da NASA. Imaginamos que pode ainda ser pior, afinal a carga de tensão é maior quando se envolve na questão os Estados Unidos da América e pior ainda quando temos um presidente como o de hoje. Tendo o presidente que temos já parece um

fardo, mas os Quilombolas de Alcântara ainda são vizinhos do Centro de Lançamentos de Alcântara (CLA), realmente há que se fazer um esforço “Áfrico” para sustentar este peso insustentável.

Segundo consta, os quilombolas estão lá há mais de duzentos anos, a terra para construir a base foi cedida aos Estados Unidos da América -E.U.A, nos anos 80 ainda na Ditadura no governo de João Batista Figueiredo, acontecendo a primeira remoção de quilombolas. Foram 52 mil hectares cedidos acontecendo a remoção de 312 famílias, que segundo Danilo Serejo, líder quilombola e advogado tem gente que morreu e não foi indenizada.

Para variar, as terras foram consideradas dos Quilombolas pela lei, mas os títulos não saíram como num filme repetido. Quando se envolvem Quilombolas no Brasil e algum tipo de disputa judicial parece que a morosidade do processo é a tônica.

“De acordo com o assessor, desde 2008 o território dos quilombolas de Alcântara possui Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) assinado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), assegurando uma área de 78,1 mil hectares mas, até hoje, o processo de titulação não foi concluído. “As comunidades tradicionais nunca tiveram seu território efetivamente titulado conforme manda a Constituição de 1988 e estão também no campo da incerteza porque não sabem, não têm o direito de planejar o seu próprio futuro”, contesta Serejo.”⁴⁴

Essa querela gerou movimentação e agitação política fora do Brasil, mas parece que o fim que se anuncia é o mesmo que temos visto nas longas páginas da história de nosso país. É preciso pensar que qualquer remanejamento não é fácil e pode ser traumático, um remanejamento de Quilombolas sugere uma complexidade a se destacar por envolver terras ancestrais e reparações históricas etc. Agora pensemos nesta remoção forçada, em plena a pandemia de Corona Vírus que varre o país... Não é fácil imaginar a situação de nossos irmãos do Maranhão, uma das maiores comunidades Quilombolas do Brasil.

“De acordo com o portal *Amazônia Real*, em 2008, na Organização Internacional do Trabalho (OIT), a agência da Organização das Nações Unidas (ONU), em Genebra, na Suíça, os quilombolas denunciaram as violações cometidas pelo governo brasileiro contra aquelas famílias. Os parlamentares, especialmente o deputado federal Eduardo Bolsonaro (PSL-SP), tentam acelerar o projeto — que teve pedido de urgência decretado nesta semana. O intuito dos apoiadores é queo acordo seja levado direto para

⁴⁴ Disponível em: <https://www.redebrasilatual.com.br/ambiente/2019/09/acordo-da-base-de-alcantara-fere-soberania-e-passa-por-cima-de-direitos-quilombolas/>

o plenário da Câmara sem passar por comissões⁴⁵.

Mais uma vez recorrendo ao Filósofo Sílvio Almeida (2018), fazendo a leitura de seu livro *O que é Racismo Estrutural?* Nos leva a inferir que temos uma estrutura racista e que esta estrutura não entende isso como um problema e sequer acha que o tem, diminuindo muito a chance de cura, por isso os incomodados, como nós temos que interferir, acusar, brigar com as forças possíveis. A razão pública vira uma “desrazão”, ou uma razão incapaz de se compreender falha, pode até parecer exagero, mas à medida que vamos dando os exemplos ao longo deste trabalho revela-se essa negligência estatal. Em síntese: Quando o Estado age em favor de povos como o Povo de Quilombo, o faz com mãos lânguidas cheias de uma aparente boa intenção, verdadeiras ideias sem pernas ou braços. Em alguns casos o Estado age contra estes mesmos povos, não agindo, virando as costas, lavando as mãos, ou como disse Paul McCartney em sua música: “live and let die” exatamente assim. A “não ação” premeditada de quem deveria agir torna-se uma ação contra quem deveria ser ajudado. Essas querelas todas, em nossa opinião, estão amparadas em um ponto central: o Estado baseia suas decisões em medidas econômicas.

Nas teorias liberais sobre o Estado há pouco, senão nenhum espaço para o tratamento da questão racial. O racismo é visto como uma irracionalidade em contraposição a uma racionalidade do Estado, manifestada na impessoalidade do poder e na técnica jurídica. Nesse sentido, raça e racismo se diluem no exercício da razão pública, onde deve imperar a igualdade de todos perante a lei. (ALMEIDA, 2018, p.69)

Quando nós apontamos as responsabilidades, as ações e não ações do Estado estamos dizendo de quem é a reponsabilidade ante os crimes e desmandos que apontamos neste trabalho, a omissão violenta, a ação violenta e a violência em esferas múltiplas como resultado. Parece óbvio dizer isso mas diremos: O Estado, essa máquina fabulosa não tem vida própria, essa máquina é operada por pessoas, estas são o Estado, estas ventilam e vomitam os atos aqui apontados, e outros tantos não citados. Essa violência parece-nos projetada para existir e funcionar, como se fosse um fazendeiro que achasse uma de suas vacas atoladas à beira do rio, ele sabe que para salvá-la terá de fazer um esforço muito grande e a abandona para morrer, negligenciando socorro, até porque a vaca já lhe haviado

⁴⁵ Id. 39.

lucros e o prejuízo de sua morte já com idade avançada lhe será bem menor. O fazendeiro calcula o risco, o custo e o benefício e executa sua omissão, de modo que ele não matou a vaca, mesmo tendo a deixado para morrer, é uma forma de política: fria, eficaz... mas mórbida. A vaca que morre no brejo não é humana, uma morte insignificante dentro da estrutura que se firmou entre os donos de rebanho, o lucro é o fim, logo fica tudo dentro da ordem. Os Povos de Quilombo, são remanejados de qualquer forma, são abandonados e condenados à diásporas intermináveis... Por vezes morrem nesse processo. Serão como a vaca. Alguém poderia contestar: Mas eles são humanos. Nós responderíamos: Para quem eles são humanos?

Saindo um pouco da vasta sombra do Estado e Voltando o foco para Riacho das Pedras e suas comunidades irmãs Barra e Bananal. Há bem pouco tempo nos deparamos com este trabalho de Carlos Eduardo Carvalho de Santana (2005) que num belo estudo sobre as comunidades traz aspectos específicos da vida das comunidades:

A luz elétrica, durante muitos anos, passava perto dos arraiais, subindo para Mato Grosso, mas não chegava até eles. O mesmo ocorre com relação à ocupação das margens da Barragem do Brumado — o desaparecimento de suas terras não foi compensado, nem gerou benefícios para as comunidades. Assim, as prioridades das ações públicas deixavam e deixam de fora as comunidades quilombolas. Expressam, deste modo, o domínio do Estado por outros grupos, ou mesmo uma incapacidade deste de lidar com a vida comunitária deles. (SANTANA, 2005, p.96)

Mais adiante:

Mais recentemente, os moradores recordam que as linhas de transmissão de energia foram propositadamente desviadas em mais de 20 quilômetros do traçado original para que as comunidades negras não tivessem acesso à luz, o que só foi resolvido graças a uma intervenção pessoal de um parente do então Governador do Estado, no ano de 1996. (SANTANA, 2005, p.111)

Notemos pois a presença ilustre, o auxílio brioso do Estado neste arranjo absolutamente pitoresco. O que justificaria essa omissão senão o mais puro racismo e sua política de desprezo e morte? Há um nítido apartamento de quem deve ou não ter direito a ter direito, isso é marginalização, isso é racismo, que parte das estruturas políticas estaduais e municipais. O povo das Comunidades que estava há séculos na terra serviu para ceder seu território para a construção da barragem Luiz Vieira. Barra e Bananal rudemente afetadas; Riacho das Pedras evacuada

tendo seu povo em Diáspora. Será que estas vidas importavam? Tiveram uma ótima serventia ao progresso das vendas de frutas em Livramento e Dom Basílio que irrigaram a economia da Bahia, tudo na mais perfeita ordem dentro da ótica do “Estado-Desordem” que isola e aparta as Comunidades na tentativa, ao que tudo indica, de exterminá-las privando do que for possível forçando a saída desse povo.

Numa conversa com Dona Cecê e, ex-moradora de Riacho das Pedras ela nos falou sobre sair ou ficar diante das dificuldades impostas aos Quilombolas: “Ah a barragem na época que fez... agente só não saiu mesmo porque fez força... Se não fizesse força não tinha ficado aqui não... Não tinha onde prantá nada, é... Mas DNOCS queria era que nós saísse mesmo para eles tomar conta...”⁴⁶

Dona Zilda⁴⁷, ex-moradora de Riacho Das Pedras nos afirma categoricamente quando falamos de suas terras: “Nóis saiu perdendo porque nossa terra tomou tudo né?... Nois tomamos foi na cabeça.”

Nesta mesma toada, numa outra peleja entre Estado e Comunidades Quilombolas veremos o exemplo que aparece na Dissertação de Mestrado do professor Nivaldo Dutra para ampliarmos o alcance do alcance dos braços do Estado que nestes casos parecem ser equivalentes aos de um Tiranossauro Rex. Neste exemplo:

A gente tem uma área de cinco hectares para fazer uma horta, ou um plantio de verduras para servir de escola para comunidade, a gente queria que esse projeto fosse à frente ele foi, a CODEVASF se comprometeu que dava a parte da encaiação, nós temos uma parte do material, temos motor vindo pela Fundação Palmares. Recebemos um tíquete de irrigação que é o motor e a bomba, mas a encaiação não foi possível a CODEVASF se comprometeu fez o levantamento do projeto e até hoje nunca saiu nada, na época disse que tinha dinheiro, estavamadando por riba do rio São Francisco e até hoje nunca chegou nada desse projeto lá (JAIME, 2006 apud DUTRA, 2007, p. 156)⁴⁸

5.1.1 O samba de uma nota só

Adiante apresentaremos mais algumas querelas nesse âmbito de construção de barragens envolvendo Quilombolas, apresentaremos exemplos de

⁴⁶ Entrevista cedida por Dona Cecê em setembro de 2008.

⁴⁷ Entrevista cedida por dona Zilda em setembro de 2008.

⁴⁸ DUTRA, Nivaldo Osvaldo. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso**: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira — BA (1982-2004). 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

outras localidades, queremos mostrar que as localidades onde acontecem os problemas são diferentes mas os acontecimentos e os resultados parecem não mudar, numa repetição constante, um carros-sel lançando centelhas racistas, barragens criadas gerando as lutas contra o Estado e as empresas, mas também traremos um exemplo de luta antes de acontecer a construção das barragens. Valendo salientar que apresentaremos dados retirados da WEB.

Certa feita nos deparamos com um título de uma matéria na Web, encontramos um eco a nos apertar os ouvidos e olhos: “Quilombolas e comunidades tradicionais lutam contra prejuízos causados por barragem” Não há novidade é como se fosse uma “Crônica de uma morte anunciada” como sugere o título do livro do colombiano Gabriel Garcia Marques. Esse anúncio se refere a problemas com barragens no Rio Paraguaçu aqui na Bahia, a as comunidades ribeirinhas como a Comunidade Quilombola São Francisco do Paraguaçu. A barragem no caso é a de Pedra do Cavalo, construída pela Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA) em 1985 com objetivo de evitar as grandes enchentes em São Félix e Cachoeira bem como abastecer de água a região metropolitana de Salvador. Os problemas avançaram quando o grupo VOTORANTIM construiu a Hidrelétrica de Pedra do Cavalo em 2005, esta construção teria afetado as comunidades ribeirinhas que viviam da pesca e da mariscagem artesanal.

As obras prejudicaram diretamente as populações ribeirinhas da baía do Iguape, que se queixam da morte de peixes e mariscos, do desequilíbrio da salinidade da água, do entulhamento/assoreamento do rio — com a descida de areia das cabeceiras — e de inúmeros outros impactos.⁴⁹

Desta vez, para evitar maiores problemas o Estado e seus braços de Tiranossaurorrex entrou em ação e criou a Reserva Extrativista Marinha, RESEX no ano de 2000. Vejamoso resultado desta boa ação estatal extraídos da mesma fonte citada anteriormente:

“Vale salientar que os limites da Resex foram alterados por meio de uma manobra parlamentar, via Medida Provisória 462/2009, para receber o estaleiro, prejudicando inúmeras famílias quilombolas, marisqueiras e de pescadores/as artesanais.” (...) “Desde 2009, a UHE Pedra do Cavalo funciona sem licença de operação e, ao longo de todo esse tempo, recomendações do Ministério Público Federal e do Ministério Público do Estado da Bahia (MPBA) foram feitas ao Instituto do Meio Ambiente do Estado da Bahia (IMA/BA) — atual Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos da Bahia (Inema/BA) — para que o empreendedor cumpra condições e faça adequações de controle e

⁴⁹<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/quilombolas-e-comunidades-tradicionais-lutam-contra-prejuizos-causados-por-barragem/> Acesso em: 31/05/2021.

monitoramento dos impactos provocados pela UHE Pedra do Cavalo.”⁵⁰

Outros empreendimentos visando o tão almejado progresso surgiram, não vamos mencionar aqui, e já adiantando que o resultado é o mesmo: o dito progresso e o avanço econômico geraram mais problemas para as comunidades com a escassez daquilo que sempre os sustentou, os peixes e os mariscos. Além da diminuição da pesca e da marisca-gem artesanal a Comunidade Quilombola de São Francisco do Paraguaçu ainda enfrenta problemas com as titulações da terra, essa briga com o Estado mostra outra faceta, ao invés dos braços de Tiranossauro rex o Estado apresenta longos tentáculos de um Polvo gigante garantindo uma Guerra Infinita se preciso for para manter as relações com as Comunidades, quilombolas, ou não, da mesma forma que se encontra.

Seguirão as comunidades brigando por seus direitos básicos e o Estado defendendo as grandes indústrias de poderosos nomes como a japonesa Kawasaki Heavy Industries envolvida neste caso bem como a Odebrecht e a OAS, entre outras. Parece que os acontecimentos envolvendo grandes construções geram proporcionais destruições e se tratando de barragens e quilombolas é um verdadeiro “Samba de uma nota só” como diria Tom Jobim, embora o samba do saudoso poeta brasileiro não tenha uma nota só, o Fado das construções de barragens envolvendo quilombolas parece ter mesmo uma nota, a nota que estamos tocando desde que destacamos a Barragem Luiz Vieira e a **destruição** da Comunidade de Riacho das Pedras.

Vamos ao caso da Comunidade Quilombola de Jatobá no município de Curaça Bahia, que luta, resiste para que seus direitos sejam respeitados, para que sua subsistência não seja drasticamente afetada.

“As comunidades tradicionais são, usualmente, as mais atingidas pelos processos de construção de barragens e hidroelétricas para a geração de energia. Atualmente, estas comunidades (quilombolas, ribeirinhos, indígenas, pescadores, etc) têm sido os maiores atores no processo de resistência da privatização da água.”⁵¹

Nestes longos processos de construção e impactos as comunidades se organizam e se reúnem com órgãos como MAB, Secretaria Especial de Políticas de Promoção da Igualdade Racial do Governo Federal (Seppir) e CHESF, entre

⁵⁰ Idem 44.

⁵¹ <https://7enconasa.wordpress.com/2010/03/17/resistencia-das-comunidades-ribeirinhas-a-construcao-das-hidroeletricas-de-riacho-seco-e-pedra-branca>. Acesso em: 17/03/2021.

outros, mas apesar de nestes encontros os quilombolas serem ouvidos os projetos são levados adiante e não raros, são postos como inevitáveis. Muito difícil deter o Progresso.

“De acordo com relato de Victor Melo para o portal da CPT, durante a reunião o projeto de construção da barragem de Riacho Seco foi apresentado como inevitável, sendo necessária, apenas, a negociação de alternativas para readaptação das comunidades em outras áreas. Contudo, representantes das comunidades ali presentes se posicionaram contrariamente ao projeto, afirmando-se dispostos a resistir à sua realocação e demandando sua permanência em seu território tradicional. Representantes do MAB e das demais organizações populares ali presentes afirmaram seu apoio ao posicionamento das comunidades quilombolas.”⁵²

Ainda na Bahia, por mais de uma década O Quilombo do Rio dos Macacos e grandes entidades, sejam estatais ou particulares travam embates sobre os títulos das Terras, o avanço nas terras quilombolas e os problemas que sequencialmente vão surgindo em decorrência dos fatos citados. Em 2020, muitas famílias se envolveram em manifestações pois a Marinha ganhou um parecer favorável da Justiça, sendo que haveria sanções para as comunidades que usassem o Rio, lembrando essa Comunidade fica na região da Base Naval de Aratu, em Simões Filho/BA. vamos sintetizar o desenrolar deste fato:

A água é um direito universal de todo ser humano. A Marinha não manda em água não. A água foi Deus quem deu para todo ser humano. A Marinha quer segregar a água que Deus deu para todo mundo. Ela quer ser dona de tudo, mas não é donanão. Os donos somos todos nós. Se é direito dela [Marinha], é direito nosso. É direito compartilhado, disse um dos moradores no protesto.⁵³

O INCRA delimitou as terras em 2014 mas elas só foram tituladas em 2020, uma verdadeira vergonha, um desdém, um deboche com a Comunidade Quilombola numa disputa que envolve ninguém menos que a Marinha brasileira. Dá para inferir para que os quilombolas querem água: para sobreviver, mas uma luta assim por parte da Marinha não conseguimos alcançar uma lógica e questionamos novamente sobre os braços do Estado.

Ainda haveria mais capítulos nesta luta cheia de disparidades envolvendo a Marinha e os Povos Quilombolas.

⁵²[http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pe-camponeses-indigenas-quilombolas-e-rib%20eirinhos-lutam-contra-a-construcao-de-barragense-hidreletricas/#:~:text=As20barragens20de20R20iacho20Seco,AceleraC3A7C3A3o20do20Crescimento20\(PAC\).20.Acesso:31/05/2021.](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pe-camponeses-indigenas-quilombolas-e-rib%20eirinhos-lutam-contra-a-construcao-de-barragense-hidreletricas/#:~:text=As20barragens20de20R20iacho20Seco,AceleraC3A7C3A3o20do20Crescimento20(PAC).20.Acesso:31/05/2021.)

⁵³Disponível em: <https://g1.globo.com/ba/bahia/noticia/2020/10/18/justica-determina-reintegracao-de-posse-da-marinha-em-area-da-barragem-rio-dos-macacos-quilombolas-protestam.ghtml>. Acesso em: 18/10/2020.

“Na decisão, a juíza estabeleceu uma multa, caso os quilombolas acessem a água do rio. Ela também concedeu o pedido de uso de força policial feito pela Marinha, para que a ordem seja cumprida. A pescadora e quilombola Rosilene Souza comentou a situação.”

“Eu vivo disso, da pesca. Eu não posso abandonar a pesca. Se a gente for pescar, paga multa. Aí me diga uma coisa: eu vou ter condição de pagar multa? Porque de lá eu não vou sair. Eu vou continuar pescando. Eu vou morrer lutando, mas delá do rio eu não vou sair”⁵⁴

A Defensoria Pública da União (DPU) entrou com recurso contra a decisão de reintegração de posse de uma área da barragem, como afirma a matéria na Web onde encontramos esta disputa. A DPU aponta que a Marinha não tem o direito de impedir as pessoas da Comunidade de usarem a água de forma compartilhada sendo que “trata-se de área utilizada pela comunidade, sua legítima possuidora, desde tempos imemoriais”⁵⁵.

Apesar destes fatos serem da última década, esse embate já vem desde a década de 1970 quando foi construída a Base Naval de Aratu e a União pediu a saída dos Quilombolas. Não podemos deixar de repetir que os confrontos caem na mesma conformação onde Quilombolas usam a água e a terra para subsistência e o Estado com planos Gigantes de construções ignoram a trajetória ancestral destes povos pretos em função da fabulosa máquina de dinheiro que aponta o que deve ser o progresso.

Ainda dentro de nossa busca na Internet por informações em nossa temática nos deparamos com uma publicação no site da UOL, um título de uma matéria realmente atraente: “Quilombolas afetados por barragem feita na ditadura serão indenizados na BA”⁵⁶.

Precisamos alertar que essa era uma matéria de 2014, e que falava das Comunidades Barra Bananal e Riacho das Pedras, em Rio De Contas, Bahia. Deixamos para falar desta no fim por se tratar da Comunidades Quilombolas que nos atraiu para começo deste trabalho. Vejam só o DNOCS (Departamento Nacional de Obras Contra Secas) estaria condenado “a realizar obras estruturantes” nas comunidades afetadas pela Barragem Luiz Vieira. Já mostramos aqui neste trabalho o quão grandiosas foram as promessas de construções para compensar as Comunidades que não seriam alagadas mas prejudicadas, no caso Barra e Bananal.

⁵⁴ Idem 48.

⁵⁵ Idem 49.

⁵⁶ Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/cotidiano/ultimas-noticias/2014/12/03/quilombolas-afetados-por-barragem-feita-na-ditadura-serao-indenizados-na-ba.htm>

Seria interessante agora perceber o que o DNOCS deveria indenizar. Voltamos a falar que a Barragem é dos nos 80 e essa matéria jornalística é de 2014.

Entre as medidas determinadas pela Justiça, estão construção de duas caixas d'água e tubulação para atender a pequenas irrigações, perfuração de poço, construção de uma pequena barragem, melhoria no sistema de abastecimento de água para uso doméstico e promoção de curso de capacitação da comunidade⁵⁷.

Em visita à Comunidade de Barra a ex moradora de Riacho das pedras Dona Zildanos fala sobre a saída e indenização do órgão citado. Perguntamos se ela foi para Rio de Contas: “Não. Lá não dava para mim não”.

Falamos da indenização”...

Não, nós não indenizou não, fez as folha mas quando era para receber o dinheiro disse que não ia pagar mais ninguém não. Nós não pagou não. Sabe quanto foi que eles pagou na nossa casa lá? Não sei se foi Dez e Cinquenta ou se foi Doze foi uma conta assim. Não dava para nada né? E até hoje... E nós tinha era terralá. Nós não recebeu um centavo.⁵⁸

O caso de Dona Joanita é um pouquinho diferente, o que não muda o resultado final: “O dinheiro também veio que tocou uma mixaria... mas tava no nome de mãe e mãe tinha falecido veio o dinheiro pro banco e vortô para trais”.

Pelo visto não são apenas as grandes promessas que o DNOCS não pagou. Deixou de cumprir obrigações básicas como indenizações aos que perderam suas terras e o poder de subsistência.

Esses reparos citados acima são o mínimo se pensarmos que metade da área agricultável das comunidades foi alagada com a construção desta Barragem e uma das Comunidades fora extinta gerando um prejuízo incalculável para um povo que já vivia ali há mais de 400 anos. É revoltante pensar que um órgão nacional que existe para combater a seca é capaz de tanto prejudicar Povos Quilombolas num local, que diga-se de passagem, não tinha problema com falta d'água ou com função da imensa monocultura de Manga. Faz-se inevitável para nós, lembrar o plantações, isso em período colonial das colossais lavouras de cana. Seja nos tempos idos do colonialismo ou na atual modernidade o povo negro continua pagando as contas, continua a ser explorado e aviltado, continua a ver navios. É preciso entender que esses acontecimentos com esse tipo de gente não podem ser vistos como naturais,

⁵⁷ Disponível em: [http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pe-camponeses-indigenas-quilombolas-e-ri-beirinhos-lutam-contra-a-construcao-de-barragens-e-hidreletricas/#:text=As%20barragens%20de%20Riacho%20Seco,Acelera%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crescimento%20\(PAC\)](http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/conflito/pe-camponeses-indigenas-quilombolas-e-ri-beirinhos-lutam-contra-a-construcao-de-barragens-e-hidreletricas/#:text=As%20barragens%20de%20Riacho%20Seco,Acelera%C3%A7%C3%A3o%20do%20Crescimento%20(PAC).). Acesso em 06/01/2021.

⁵⁸ Entrevista cedida por dona Zilda em setembro 2008.

normais, acidentais e sim criminosos. O velho e atual Racismo Estrutural.

Há de fato uma gama de acontecimentos que deixa bem posto o descaso do Estado com relação ao tipo de população que destacamos aqui. Deixamos muitos exemplos, remanejados de forma ultrajante, disputas judiciais que nunca acabam, lei não se cumpre, culturas ancestrais desrespeitadas e aniquiladas, indenizações não pagas, remanejados em épocas de pandemia entre outros exemplos. Só para terminar destacaremos o povo do Rio dos Macacos que já citamos aqui, no meio desta pandemia que vivemos precisam se preocupar também com a Barragem que pode provocar acidentes, diante de rachaduras detectadas recentemente. A tragédia de Brumadinho e Mariana paira no ar como um fantasma à assombrar, incomodando muito a muita gente, mas por certo que quem deveria se incomodar e agir em prol da população usa novamente seus braços de Tiranossauro Rex seguindo sua prática morosa de justiça fingindo uma preocupação e agindo com suas não ações. A notícia de rachaduras na Barragem encontra-se no site do Ministério Público Federal⁵⁹.

⁵⁹ Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/ba/sala-de-imprensa/noticias-ba/barragem-rio-dos-macacos-marinha-e-municipio-de-salvador-devem-adotar-medidas-para-protoger-comunidade-proxima>. Acesso em: 02/06/2021

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No presente trabalho adentramos em um universo de lutas, sofrimentos, vitórias e derrotas do povo negro de Quilombo, em especial Barra, Bananal e Riacho das Pedras, de Rio de Contas, Bahia. Relatamos a destruição de uma destas comunidades, Riacho das Pedras, e os impactos para Barra e Bananal, gerados pela construção da Barragem Luiz Vieira, no mesmo município. Contudo não buscamos com esse relato dispor, a quem quiser ler, de um poço de sofrimento apenas. Este povo sofreu, de fato, em todo processo, mas por outro lado o terror causado fez mais unidas as Comunidades, lutando por seus direitos de ser povo preto quilombola e livre. O espelho d'água gigante que a Barragem produziu, a seca medonha que os desabrigados enfrentaram em Barro Branco, os descasos e promessas não cumpridas pelo governo e órgão responsável pela construção da barragem em questão... estas e outras mazelas não foram suficientes para calar o povo das Comunidades, o que mostra sua força e capacidade de resistir. Procuramos denunciar descasos comuns em nosso país, realçando o racismo nosso de cada dia, mostramos como Governo Federal e Estadual atual atuaram ante as Comunidades Quilombolas de Rio de Contas e também em outras na Bahia ou em outros estados. Esse racismo que grita das estruturas deste país que precisa ser escutado e combatido.

Trazer a baila esse processo lento violento pode também ajudar a estes povos buscar mais caminhos para a luta contra os desmandos governamentais. Se isto não acontecer só com o advento desta pesquisa, ao menos nós, estamos provocados a lutar. Ficamos incomodados e o incômodo nos moverá a tomar outras atitudes em relação a estas Comunidades Quilombolas de Rio de Contas.

A pandemia do coronavírus afetou a construção deste texto, visto que nossa entrada nas Comunidades para a pesquisa de campo se tornou inviável. Este impasse quase deu fim à pesquisa, entretanto, não desistimos, assim como as Comunidades de Barra Bananal e Riacho das Pedras não desistiram, também não o fizemos.

Este trabalho, por hora, finalizado, é apenas uma pequena fala onde ainda cabem e são necessárias algumas saraivadas de gritos. Não encerramos a questão dos Quilombolas em Rio de Contas, mas sim colaboramos com mais um ponto para esta vasta e importantíssima temática. Deixamos posto que o termo Remanescente não nos parece justo e nas águas da grande Beatriz Nascimento nadamos, mostramos

que o termo deve ser repensado, pois as Comunidades ainda são quilombolas como nos tempos de Colônia e Império deste Brasil, não necessitando por tanto, de receberem o termo Remanescente, visto que sua carga negativa é maior que a utilidade dele na representatividade dos Quilombolas, ao menos, esta é nossa deixa para o debate que entendemos útil e necessário.

É neste instante pandêmico que vivemos e sob o sol do verão de 2022 que agradecemos a força e disposição que pedimos aos nossos Ancestrais e Orixás. A ajuda dos mesmos foi imprescindível para o enfrentamento cotidiano que de tão longo aparentou intransponível. Agradecemos mais uma vez ao povo das Comunidades, sempre simpáticos em nossas conversas, em especial a Carmo, Líder das Comunidades. Esperamos que esta labuta não seja em vão e sirva ao povo belo e forte das comunidades de Barra, Bananal e Riacho das Pedras.

REFERÊNCIAS

AFRO-ÁSIA. **Centro de Estudos Afro-Orientais – CEAO**. Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas – FFCH. Universidade Federal da Bahia – UFBA. Salvador: 2006.

ALMEIDA, Silvio Luiz de. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte (MG): Letramento, 2018.

AMARAL, Braz do. In: SILVA, Ignacio Accioli de Cerqueira e. **Memórias históricas e políticas da província da Bahia**. v. 2. p. 273.

AMORIM, Itamar Gomes, e GERMANI, Guiomar Inez. **QUILOMBOS DA BAHIA: PRESENÇA INCONTESTÁVEL** Anais do X Encontro de Geógrafos da América Latina – 20a 26 de março de 2005 – Universidade de São Paulo.

ARRUTI, José Mauricio. **Quilombos e cidades: breve ensaio sobre processos e dicotomias**. In: BIRMAN, Patricia. et al.,(org). **Dispositivos urbanos e tramas dos viventes: ordem e resistências**. Rio de Janeiro: FGV, 2014. p. 217-238.

BELLUCCI, Beluce (coord). **Introdução à história da África e da cultura Afro-brasileira**. Centro de estudos Afro-asiáticos – UCAM. Centro cultural banco do Brasil. Outubro, 2003.

BOSI, Ecléa. **O tempo vivo da memória: Ensaio de psicologia social**. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

BRAZ, Júlio Emílio. **Lendas negras**. São Paulo: FTD, 2001.

CARDOSO, Cássia Eugênia Reis Silva. **O processo de construção identitária da Comunidade Quilombola da Barra – Rio de Contas -Bahia**, 2014.

CAPINAN, Ubiraneila. ***O quilombo que remanesce: estudo de caso acerca dos impactos da política pública de certificação e de titulação do território sobre a identidade étnica dos quilombos remanescentes Barra e Bananal em Rio de Contas, Bahia***. 2009. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) — Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas da UFBA, Bahia.

CARMO, Edinaldo Medeiros. **De ribeirinhos a sertanejos do semiárido: a intervenção socioeducacional na trajetória dos atingidos por barragens**. Vitória da Conquista: Edições UESB, 2013.

CARNEIRO, Edison. **O quilombo de Palmares**. São Paulo: Editora Nacional, 1988.

CARVALHO, José Jorge de. **Quilombos: símbolos da luta pela terra e pela liberdade**. Cultura Vozes, n. 5, 1997.

CASSAB, Latif Antonia; RUSCHEINSKY, Aloísio. **Indivíduo e ambiente: a**

metodologia de pesquisa da história oral. **Biblos**, Rio Grande, v.16, p. 7-14, 2004. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/biblos/article/view/125>>. Acesso em: 08 jul. 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Candiani, Heci Regina. São Paulo: Boitempo, 2016. 244p.

DELUNE, Dunara. **Departamento de história da Universidade Federal Fluminense**, 1996, p.60.

DESPRET, Vinciane. **O que diriam os animais se...** Tradução: Cícero de Oliveira. Chão da feira, Belo Horizonte, n. 44, 2016. Disponível em: <https://chaodafeira.com/wp-content/uploads/2016/05/cad.45_miolo_aprovac%CC%A7a%CC%83o.pdf>. Acesso em: 29jun. 2020.

DUTRA, Nivaldo Esvaldo. **Liberdade é reconhecer que estamos no que é nosso: comunidades negras do Rio das Rãs e da Brasileira – BA (1982-2004)**. 2007. 178 f. Dissertação (Mestrado em História) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2007.

ESTRELA, Ely de Souza. **Sobradinho: a retirada de um povo**. Salvador: Eduneb, 2010.

FIABIANI, Adelmir. **Mato, palhoça e pilão: o quilombo, da escravidão às comunidades remanescentes (1532-2004)**. São Paulo: Expressão Popular, 2005.

FONSECA, Humberto José. **O Bangüê dos negros: a misericórdia, o rosário dos pretos e os enterros de homens de cor na América Portuguesa**. In: Seminário *história em debate* do programa História Social do trabalho do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. 1999.

GIORDANI, Mário Curtis. **História da África anterior aos descobrimentos**. 4. ed. Rio de Janeiro: Editora Vozes, 1985.

GOFF, Jaques Le; CHARTIER, Roger; REVEL, Jacques (org.). **A história nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

GOMES, Flávio dos Santos. **A Hidra e os pântanos: quilombos e mocambos no Brasil (sécs. XVII-XIX)**. 1997. 773 f. Tese (Doutorado) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Universidade Estadual de Campinas, Campinas, 1997. Disponível em: <<http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/9920>>. Acesso em: 8 jul. 2020.

HALL, Stuart. **Da diáspora: identidade e mediações culturais**. Tradução: Adelaine La Guardia Resende. et al. Belo Horizonte: UFMG; Brasília: Representação da UNESCO no Brasil, 2003.

HARAWAY, Donna. **A partilha do sofrimento: relações instrumentais entre animais de laboratório e sua gente**. Horizontes Antropológicos, Porto Alegre, v. 17, n. 35,

p. 27-64, 2011. Disponível em: [https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832011000100002](https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S010471832011000100002&script=sci_arttext&tlng=pt) Acesso em: 30 jun. 2020.

LEITE, Ilka Boaventura. **Horizontes Antropológicos**. Porto Alegre, v. 5, n. 10, p. 123-149, 1999.

LIBBY, Douglas Cole; PAIVA, Eduardo França. **A escravidão no Brasil: Relações sociais, acordos e conflitos**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

LUCCOCK, John. **Notas sobre o Rio de Janeiro**. Belo Horizonte/ São Paulo: Itatiaia/Edusp, 1975. in FONSECA, Humberto José. **O Bangüê dos negros: a misericórdia, o rosário dos pretos e os enterros de homens de cor na América Portuguesa**. In: Seminário *historia em debate* do programa Historia Social do trabalho do departamento de historia da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB. 1999.

MARQUES, Carlos Eduardo. **Quilombos a quilombolas: notas sobre um processo histórico-etnográfico**. **Revista de antropologia**, São Paulo, v. 52, n. 1, p. 339-374, 2009.

MATTOSO, Katia M. Queiroz. **Ser escravo no Brasil**. 1990.

MESSENDER, M. M. L.; MARTINS, M. A. M. **Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor**. Caderno CRH. Salvador – UFBA, 1991. p. 36-49. Módulo do sistema COC. **História do Brasil: Colônia**. Ribeirão Preto – SP.

MOURA, Clóvis. **Dialética racial do Brasil negro**. São Paulo: Editora Anita, 1989.

_____. **Sociologia do negro brasileiro**. São Paulo: Editora Ática, 1988. MUNANGA, Kabenguele. Origem e histórico do quilombo na África. **REVISTA USP**, São Paulo, p. 56-63, 1996.

_____. **Uma abordagem conceitual das noções de raça, identidade e etnia**. In: Cadernos PENESB. Programa de Educação sobre o negro na sociedade Brasileira. n. 5. Niterói: 2004. p. 15-23.

NEVES, Erivaldo Fagundes. **Dimensão histórico cultural: Chapada Diamantina**. Salvador: Companhia de Desenvolvimento e Ação Regional – CAR, 1997.

O'DWYER, Eliane Canarino (org.). **Quilombo: Identidade étnica e territorialidade**. Rio de Janeiro: EDFGV, 2002.

OLIVEIRA, Rodrigo Leonardo de Sousa. **O poder nas minas setecentistas: dis-função política e ação de quilombolas nas minas de ouro**. **Revistas do Instituto histórico e geográfico de Minas Gerais: Quilombos em Minas Gerais**. Correspondência entre várias autoridades. v. 6, 1959. Disponível em: <https://www.ufjf.br/virtu/files/2010/05/artigo4a6.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2020.

PASSOS, Ana Helena Ithamar [coord.]; VIEIRA, Francisco Sandro Silveira e ROSA,

Leandro da Silva. **Projeto Quilombos Vivos**. São Paulo, 2006.

PEREIRA, A.G. **Minas do Rio De Contas**. Salvador: I.G.H.B,1940, p. 10.In: MESSENDER, M.M.L.; MARTINS, M.A.M. **Arraiais de Rio de Contas: uma comunidade de cor**. Caderno CRH. Salvador – UFBA, 1991. p. 40.

PIRES, Maria de Fátima Novaes. **Fios da Vida - Trafico Interprovincial e Alforrias nos Sertoins de Sima - Ba (1860-1920)**. São Paulo: Annablume, 2010.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silencio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, p. 3-15, 1989. Disponível em: <http://www.uel.br/cch/cdph/arqtxt/Memoria_esquecimento_silencio.pdf>. Acesso em: 20 jun. 2020.

PORTELLI, Alessandro. **A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais**. Tempo, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

REIS, José Jorge; GOMES, Flávio dos Santos. **Liberdade por um fio: história dos Quilombos no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

REIS, Rodrigo Ferreira dos. **ÔRÍ E MEMÓRIA: O PENSAMENTO DE BEATRIZ NASCIMENTO**. Revista de História da África e de Estudos da Diáspora Africana Ano XIII, NoXXIII, abril/2020, p .17.

Relatório parcial de Bolsa de aperfeiçoamento do CNPQ. **Projeto “Arraiais Negros do Rio de Contas – Chapada Diamantina – Bahia**. Bolsista Julinha Coêlho Miranda. Orientador: Edwin Reesink- Universidade Federal da Bahia.

Revista Referencia II. **Revista Projeto Historia**. São Paulo: Programa de Estudos de Pós-graduação em história e do departamento de História da PUC-SP. No 14, 1997.

SANTANA, Carlos Eduardo Carvalho de. **PROCESSOS EDUCATIVOS NA FORMAÇÃO DE UMA IDENTIDADE EM COMUNIDADES REMANESCENTES DE QUILOMBOS: um estudo sobre as comunidades de Barra / Bananal e Riacho das Pedras, no município de Rio de Contas – Ba**. Dissertação (Mestrado em Educação) – Departamento de Educação –CAMPUS I, Universidade do Estado da Bahia, Salvador, 2005.

SANTOS, Lilian dos Santos; BRAGA, Rosaly Maria. **História: Bahia**. São Paulo: Ática, 2004

SANTOS, Milton. **O Brasil: território e sociedade no início do século XXI**. Rio de Janeiro: Record, 2005.

SILVA, Giselda Shirley da; SILVA, Vandeir José da. **Quilombos Brasileiros: alguns aspectos da trajetória do negro no Brasil**. **Revista Mosaico**, v. 7, n. 2, p. 191-200, 2014. Disponível em:<<http://seer.pucgoias.edu.br/index.php/mosaico/article/view/4120/2352>>. Acesso em: 29 jun. 2020.

SILVEIRA, Éder da Silva. **História oral e memória**: pensando um perfil de historiador etnográfico. **MÉTIS: história & cultura**, v. 6, n. 12, p. 35-44, 2007.

SLENES, Robert. **Na senzala, uma flor**: esperanças e recordações na formação da família escrava, Brasil sudeste, século XIX. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1999. In: FONSECA, Humberto José. **O Bangüê dos negros**: a misericórdia, o rosário dos pretos e os enterros de homens de cor na América Portuguesa. In: Seminário *historia em debate* do programa História Social do trabalho do departamento de história da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia — UESB.

SPIX e MARTIUS in MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro Brasileiro**, São Paulo: Editora Ática, 1988. p. 66.

TORRES, Nelson Maldonado. **Decolonialidade e pensamento afrodiaspórico** / Organizadores Joaze Bernardino-Costa, Ramón Grosfoguel. — 1. ed. — Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2018. (Coleção Cultura Negra e Identidades) **O Movimento Negro e a intelectualidade negra descolonizando os currículos**. TSING, Anna. **Margens indomáveis**: cogumelos como espécies companheiras. Tradução: Pedro Castelo Branco Silveira. Ilha, Santa Catarina, v. 17, p. 177-201, 2009. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2015v17n1p177/30606>>. Acesso em: 7 jul. 2020.

VALDMON, Daniele; FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína (org). **Usos & Abusos da História Oral**. 5 ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2002.

VASCONCELOS, Albertina Lima; SOUZA FILHO, Agemiro Ribeiro de. **Bananal**: trabalho e vivência em uma comunidade de negros. **Politéia: História e sociedade**, Vitória da Conquista, v. 1, n. 1, p. 247-268, 2001.

VICENTINO, Claudio; DORIGO, Gianpaolo. **História do Brasil**. São Paulo: Scipione, 1997.

Anexos

Anexo I- Eis o conteúdo da Carta Régia que autoriza a criação da Vila de Nossa Senhora do Livramento das Minas do Rio de Contas:

D. João por graça de Deos, Rei de Portugal, e dos Algarves, d'aquem de d'alem mar em África e de Guiné. Faço saber a vós Vasco Fernandes Cezar de Menezes, Vice-rei e Capitão General de mar e terra do estado do Brasil, que havendo visto o que respondestes à ordem que vos foi dirigida sobre continuardes na arrecadação dos quintos do Rio das Contas, na forma das Minhas Reaes Ordens que para isso se tem passado, e, em quanto à erecção da Villa que procurásseis averiguar a despesa que se poderia fazer e o rendimento das minas, e augmento que por razão da dita obra poderia conveniente, representado-me que por razão da dita obra poderia resultar, para na consideração de tudo se conhecerse he ou não vinte sete de dezembro de mil seiscentos noventa e treis, mando que se erijão e criem as villas que forem convenientes, e sem que vos valseis desta conseção vos parecia dizer-me convem muito se erija logo no Rio das Contas uma villa com seo Magistrado não só pelo que respeita à boa arrecadação dos quintos, mas pelo que toca ase evitar nos distúrbios e desordens que commetem delictos; e no estabelecimento da dita villa nunca se fará muita despeza porque o sítio para a casa da Câmara e Cadeia o dará qualquer terceiro e para as despesas concorrerão os mesmos moradores, como fizeram os da jacobina; e que o Coronel Pedro Barbosa Leal vos fizera a petição, cuja cópia e despachome apresentáveis, e também o transumpto da carta que vos escrevera ao mesmo tempo, e suposto que correndo as causas do dito Pedro Barbosa com a sua ausencia à revelia e disso se lhe siga considerável danno; contudo vos parecera não dar-lhe a licença que vos absentando-se elle do Rio das Contas sem deixar tudo estabelecido não só poderia ser prejudicial a minha Fazenda, mas não seria possível achar pessoa capaz para aquela deligencia, me pareceu Ordenar-vos, por Resolução da data desta, em Consulta do meo Conselho Ultramarino, qu não só trateis da erecção desta Villa no Rio das Contas logo, mas do que úteis e necessárias para maior beneficio desse Estado e dos povos Continentes nos sertões delle, dando as ditas povoações forma civil e política, por onde se hajão de regere conservar os moradores dellas em toda a paz e quietação. E pelo que respeita a Pedro Barbosa Leal foi considerado.

El Rey nosso Senhor p mandou por Joaoa Telles da Silva, e Antonio de Cobellos Pereira a fez em Lisboa Ocidental a nove de fevereiro de mil sete centos e vinte cinco. O Secretario, André Lopes Lavre⁶⁰.

⁶⁰ Cópia Disponibilizada pelo Arquivo Público Municipal de Rio de Contas.

Anexo II-Carta do Vice-rei, informando que a Vila havia sido Criada:

Senhor.- Já fiz presente a Vossa Magestade que estava erecta a Villa do Ryo dasContas com o seo Magistrado e que Pedro Barbosa Leal se achava nesta cidade, tendo executado no discurso de três annos tudo quanto lhe ordeney e convinha ao Serviço de Vossa Magestade, e aos seus reaes interesses. E a respeito da ercção das mais villas obrarey o que for mais útil e conveniente. A Real Pessoa de V. Magestade goarde Deos como seos vassallos havemos mister. Bahia e Mayo dêz de mil setecentos e vinte cinco. —Vasco Fernandes Cezar de Menezes^{61,3}

⁶¹ Id, 1724-1725.

Anexo III-Eis o conteúdo da Carta Régia que delega a transferência da Vila:

“D. João por graça de Deos Rei de Portugal, etc. — Faço saber a vós conde da Galvêas, Vice-rei e Capitão General de Mara e terra do Estado do Brasil, que sendo-me presente o que informou o Ouvidor Geral de Comarca dessa cidade da Bahia da parte do sul, em carta de vinte de fevereiro de mil setecentos quarenta e quatro, a respeito de ser conveniente mudar-se a Vila de Nossa Senhora do Livramento do Rio das Contas, pela má situação em que se acha, o que também lhe requerera em audiência de correição o povo da dita Villa, e vendo-se que sobre esta matéria respondem o Procurador da minha Coroa: fui servido ordenar-lhe por resolução de vinte e três de março deste presente anno em consulta do meo Conselho Ultramarino, mude e dita villa de Nossa Senhora do Livramento para o sitio mais propósito, sendo à satisfação dos moradores que para a nova Villa hão de ir, procurando que o mesmo sitio seja o que parecer mais saudável, e com provimento de boa água e lenha, e porto de algum arraial que se acha já estabelecido, para que os moradores Villa possam com mais commodidade mudar a sua habitação para a Villa, e logo determinará o lugar da praça, no meio da qual se levante pelourinho e se assinale para edifício da Igreja, logar capaz de receber sufficientemente numero de frequezas e que faça delinear por linhas rectas área par as casas com seos quintaes, e se designe o logar para edificar a casa da câmara, Audiência, Cadêa, e mais officinas públicas, e que todas devem ficar na área determinada para casas dos moradores, as quais pelo seo exterior serão todas do mesmo perfil, ainda que no interior as fará cada um dos moradores à sua eleição, de sorte eu em todo tempo se cnserve a mesma formosura do terreno para logradouro público e para nelle se poderem edificar novas casas, que serão feitas com a mesma ordem e concerto, com que se mandão fazer as primeiras, e deste terreno se não poderá em nenhum tempo dar em rogue esta: e se lhe determina, que, quando na deliberação do sitio para esta nova Villa se mova dúvida, vos dará conta para que determineis tudo da maneira que melhor conveir. O que assim executareis, ordenando-vos dois um de terra de sesmaria para logradouro público desta Villa, ainda que as terras já estejam repartidas, porue na confirmação das sés Maria reservo eu as terras, que forem necessárias para se renda do Conselho. Feita em Lisboa aos dois de Outubro de mil setecentos e quarenta e cinco. — REY.”⁶²

⁶² Cópia disponibilizada pelo Arquivo Público do município de Rio de Contas.

Anexo IV – Fotografias

As fotos anexas nesta dissertação são de autoria de Antonio Claudio Barbosa e realizadas durante pesquisas e entrevistas em 2008.



Figura 2 Ruínas de Riacho das Pedras.



Figura 3 Plantação de banana em Riacho das Pedras.



Figura 4 A travessia para o que sobrou da Comunidade.



Figura 5 Dentro das Comunidades.



Figura 6 Ainda havia o nome de Riacho das Pedras, mesmo alagada.



Figura 7 Antigo engenho das Comunidades.



Figura 8 Essa placa já não tem o nome de Riacho das Pedras.



Figura 9 Trecho da Estrada Real nas Comunidades.